FERNANDO DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI

EDUCADORES E EMPRESÁRIOS
CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA USP

Dissertação de mestrado
apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.

Orientadora: Profa. Dra.
Maria Hermínia Tavares
de Almeida.

1988

U N I C A M P
BIBLIOTECA CENTRAL

ÍNDICE

Introdução.....	01
Capítulo I Da Dissidência Republicana ao "Grupo do Estado": A Empresa, a Política e a Elite Cultural.....	22
Anexo ao Capítulo I.....	83
Capítulo II Os Educadores Profissionais e o Ensino Paulista...	84
Capítulo III A Causa Paulista.....	140
Capítulo IV Os Formandos da FFCL.....	187
Anexo ao Capítulo IV.....	234
Considerações Finais	246
Anexos.....	252
Bibliografia.....	269

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas merecem menção por sua colaboração decisiva à realização deste trabalho. Em primeiro lugar, os colegas e professores do programa de pós graduação em Ciência Política da UNICAMP. As marcas e influências de cada um em minha formação na área são imensas e não caberia aqui relacioná-las todas. Reforço, tão somente, o que já disse acima: elas foram decisivas para que eu pudesse escrever este trabalho.

No IDESP foram definidos os contornos deste trabalho. O próprio tema surgiu em função de minha participação na pesquisa História das Ciências Sociais, amparada financeiramente pela FINEP, realizada por este instituto de pesquisa. A equipe dedicada a esta investigação devo, além do estímulo, muito da orientação imprimida às pesquisas. As discussões das versões parciais deste trabalho foram valiosíssimas e, estou certo, cada um será capaz de identificar a sua contribuição para a alteração das idéias e suposições avançadas em diferentes momentos. Saberão identificar também onde a minha teimosia e incompreensão falou mais alto. Sérgio Miceli, coordenador da referida pesquisa, merece uma menção especial. Trabalhar com Sérgio foi uma experiência profissional riquíssima e marcante.

Eduardo Kugelmas e seu vastíssimo e infindável conhecimento sobre as coisas de São Paulo foi uma "fonte" imprescindível para a realização deste trabalho. Sem o seu auxílio, eu não teria conseguido sequer ingressar nesta confusa selva formada pela sociedade e a política paulistas da Primeira República. Ao Eduardo devo também agradecer a sua imensa paciência em ouvir os meus mais disparatados delírios sobre o assunto.

Maria Tereza Sadeck foi de uma gentileza sem par. Assumiu a minha carga didática por um semestre, liberando-me

para que me dedicasse integralmente à elaboração desta tese. Mais tarde, leu a versão original do trabalho, fez correções valiosas em meu português tucano além de importantes sugestões para seu desenvolvimento.

A colaboração da Esther foi importantíssima, direta e indiretamente, em todos os passos deste trabalho. A sua disposição em me auxiliar nos momentos mais difíceis esteve acima de qualquer expectativa. Sem este auxílio e sem a sua imensa compreensão, dificilmente teria sido possível escrever este trabalho.

Fernão Dias Leme supervisionou o trabalho quantitativo desde sua concepção e padronização para entrada nos programas de computador que até o nome desconheço. Quase todos os dados apresentados no último capítulo foram processados sob sua supervisão. Aproveito também para agradecer aos funcionários das inúmeras seções de alunos e arquivos a que recorri pela atenção e por terem se disposto a colaborar e facilitar o atendimento de pedidos tão inusuais. Viviane enfrentou a "parte do leão" da pesquisa na Faculdade de Direito com uma disposição e bom humor invejáveis.

Minha gratidão e dívida para com Maria Hermínia Tavares de Almeida são imensas. A sua contribuição para este trabalho e seu auxílio em toda minha formação foram essenciais e excedem aqueles normalmente esperados de um orientador. A convivência profissional intensa só reforçaram a admiração e o respeito por seu trabalho e por sua pessoa.

Contei com bolsas da CAPES e do CNPq enquanto completava os créditos do programa de pós graduação. Contei também com auxílio da FAPESP de quem recebi uma bolsa ao longo de nove meses.

INTRODUÇÃO

REVENDO A BIBLIOGRAFIA: A USP ENQUANTO PROJETO POLITICO

A bibliografia existente a tratar da criação da USP remete, invariavelmente, à existência de um projeto político do qual a iniciativa educacional faria parte.

Para um grande número de autores, a conjuntura política em que se deu a sua criação, um momento decisivo na definição da história política do país, conteria a chave para o entendimento dos objetivos esperados pelos mentores da iniciativa. A criação da Universidade, na bibliografia, aparece como uma das dimensões que permite apreender o comportamento de atores políticos fundamentais neste momento crucial.

Heládio Antunha, em seu trabalho Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma, procura demonstrar que "a existência da Universidade de São Paulo é um exemplo da tentativa para se implantar uma autêntica universidade liberal em nosso meio e das resistências que se levantaram a este projeto"(1971:3). Conforme esclarece adiante, "a

Universidade de São Paulo, no momento de sua fundação, resistiu às pressões da direita então em ascensão" (1971:44).

A concepção liberal e anti-autoritária que teria presidido a formulação do projeto universitário concretizaria um corpo de "idéias superiormente formuladas a respeito dos objetivos essenciais e da maneira de organizar uma universidade", presentes nas "manifestações de seus mais destacados e autorizados líderes e estudiosos" (1971:38/39). A indicação de onde encontrar estas "idéias superiormente formuladas" e a identificação dos "mais destacados e autorizados líderes" é feita na seguinte passagem: "nem o decreto de fundação, nem os primeiros estatutos incluem uma definição clara e precisa destes objetivos da FFCL, os quais se encontram expressos nas diversas manifestações de Júlio de Mesquita Filho a propósito do assunto. É preciso conhecer mais de perto as idéias do fundador da USP para melhor compreendermos a concepção que a fundamentou" (1971:82).

Em verdade, Antunha segue de perto a interpretação oferecida por Júlio de Mesquita Filho, segundo a qual a fundação da Universidade deveria ser compreendida tendo em vista a polarização ideológica do período, mais especificamente, no interior da luta dos liberais para fazer frente ao avanço das forças autoritárias de direita no

Brasil. Em discurso pronunciado em 1958, Mesquita Filho estabelece a seguinte relação entre a conjuntura política e o significado da criação da Universidade:

"Atravessava o mundo então um dos momentos mais críticos da sua evolução. Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha, de mãos dadas, assentavam as últimas medidas que os seus planos de conquista impunham. Para os espíritos mais atilados, já não havia dúvida que a Segunda Guerra Mundial se tornara uma questão de tempo. E essa convicção levava muita gente a dar como amplamente demonstrada, de um lado, a incapacidade da democracia para tolher o ímpeto com que progredia a doutrina fascista, e, de outro, a infalível vitória do totalitarismo de direita. O liberalismo parecia para sempre banido da face da terra. Nem mesmo o comunismo, apoiado no gigante eslavo, demonstrava disposição para enfrentá-lo. Ora, éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exarcebadamente liberal (...) Essa nossa posição obrigava-nos a evitar que as cátedras da Faculdade de Filosofia pudessem cair nas mãos de adeptos do credo italiano (...) [A colônia e o governo italianos] pretendiam impor a vinda de

numerosos membros das universidades fascistas para integrar a nova congregação. Contornamos a dificuldade oferecendo à Itália algumas das cadeiras de ciência pura(...) Conservamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos futuros alunos (...) As demais -Química e História Natural- seriam preenchidas por alemães expulsos ou em véspera de o ser de sua pátria pelo hitlerismo. Assim, evitava-se a quebra de sentido da evolução liberal brasileira. As futuras *elites* não seriam vítimas da deformação intelectual, resultante da prédica, nas cátedras, de teorias esdrúxulas, que repugnavam à índole e às tendências inatas de nossa gente" (1968:191/192)

Na interpretação oferecida por Antunha, a criação da Universidade, portanto, só pode ser compreendida tendo por pano de fundo a polarização ideológica do período. O espírito a inspirar a iniciativa nos esclareceria a posição tomada por seus *mais autorizados líderes* naquela conjuntura: eram *irredutivelmente liberais* e, enquanto tal, teriam se oposto a escalada das forças de direita que levariam ao Estado Novo.

Não deve passar sem nota o fato do Autor, tão identificado com Júlio de Mesquita Filho e sua obra, declarar que o verdadeiro espírito a orientar a iniciativa não deve ser procurado em textos contemporâneos à sua fundação, mas sim em discursos pronunciados tantos anos após. Em realidade, a conjuntura política que assitiu a criação da Universidade não foi a que fazem referência Antunha e Júlio Mesquita Filho. Em janeiro de 1934, os trabalhos constituintes estavam em andamento e, como se sabe, seu sentido geral é bem mais de uma recuperação liberal que de anúncio da ascensão de forças anti-liberais.

A polarização ideológica, no entanto, não era o único tema a agitar a conjuntura política do período e a exigir posicionamento dos atores políticos. A necessidade de revisar o Federalismo e reforçar o Estado Central também foram temas a marcar a conjuntura do pós 30. Para as forças políticas paulistas era necessário encontrar uma fórmula capaz de garantir e compatibilizar "autonomia estadual" e "unidade nacional". Para os Estados mais fracos economicamente, a revisão do Federalismo consagrado pela Constituição de 1891 era uma tarefa urgente. Advogavam, com apoio dos Tenentes, soluções que passassem por um Estado mais centralizado, capaz de ampliar sua intervenção na vida social e econômica. Para os Tenentes, enfraquecer

politicamente São Paulo, a mais poderosa das "oligarquias", era essencial para atacar as "oligarquias" como um todo e abrir espaço para as reformas sociais que defendiam. Estas foram, basicamente, as raízes do chamado "caso de São Paulo", um dos eixos sobre os quais girou a luta política da época e cujo ponto mais alto se encontra na Revolução de 1932.

Fundada em janeiro de 1934, antes mesmo que o interventor paulista e civil completasse o seu primeiro ano no cargo, a relação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, centro da Universidade criada, com as desventuras políticas vividas pela oligarquia paulista pareceria se impor como uma das chaves mestras para a compreensão de sua razão de ser. Este o caminho seguido por boa parte da bibliografia a tratar do tema.

Simon Schwartzman, por exemplo, postula a existência de uma relação direta entre a criação da USP e a luta dos paulistas para recuperar a hegemonia perdida. Segundo este Autor, a Universidade "foi criada num momento de intensa mobilização da elite econômica e intelectual de S. Paulo seguindo a derrota de 32, no conflito com Vargas (...) Uma nova universidade estruturada em torno de uma escola de ciências foi vista como um projeto a longo prazo que poderia

devolver ao Estado uma merecida posição de liderança nacional"(1978:74).

Em trabalho posterior, o Autor apresenta a mesma tese da seguinte maneira: "A idéia de fundar a Universidade de São Paulo enquanto projeto político transcendeu em muito as fronteiras do Estado. Não se limitava a uma preocupação com uma eventual autonomia do Estado, que partindo do cultural, passasse pelo político para redundar no econômico. Não se restringia ao empenho na formação de uma elite capaz de servir de antídoto contra as influências nefastas procedentes da esfera do governo central, contrárias ao interesse do Estado. O que movia Júlio de Mesquita Filho, e em grau menor os outros, era uma aspiração de reconquista de hegemonia, seriamente afetada em 30 e definitivamente perdida em 32."(1979:195).

Como na tese de Antunha, Schwartzman parte da história política, e dos desafios que a conjuntura lança a seus intérpretes, para nela encontrar os objetivos a inspirar os criadores da Universidade. Se Antunha busca esclarecer a posição de Mesquita Filho diante da polarização ideológica, Schwartzman o toma como uma liderança da elite paulista e, sendo assim, sua iniciativa se confunde com a reação desta. A atuação de Mesquita Filho é exemplar, comprobatória dos

instrumentos mobilizados pelos paulistas em sua luta para recuperar a hegemonia nacional. Júlio de Mesquita Filho também apresenta uma explicação para a iniciativa que passa pela referência ao "caso de São Paulo". No mesmo discurso de de 1958, afirma o jornalista:

"Saíamos de uma crise extremamente grave, que nos custara o sangue generoso de alguns milhares de jovens e a autonomia do Estado. Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação. Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos." (Mesquita Filho:1969,198/9)

Este discurso, juntamente com o que Mesquita Filho pronunciou na formatura da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, são citadas por Schwartzman em apoio a sua tese. O trecho relevante deste pronunciamento, proferido em janeiro de 1937, é o que se segue:

"Ao sairmos da revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar São Paulo em posição idêntica àquela em que se achava, após Iena, a Alemanha, o Japão no dia seguinte

ao bombardeio de seus portos pela esquadra norte-americana, e a França depois de Sedan. E se atribuimos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária dos seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelhamento escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1822, de 24, de 30 e 32 nada mais faziam que nos prenunciar. Para os males que nos acabrunhavam, a história daqueles países nos apontava o remédio. Sabíamos por experiência própria a que terríveis aventuras nos tinham arrastado, de um lado, a ignorância e a incapacidade dos homens que até 30 haviam discricionariamente disposto do destino tanto do nosso Estado como da Nação, e, de outro, a fatuidade vazia dos escamoteadores da revolução de outubro. Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta levaram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. Daí a fundação da nossa Universidade e conseqüentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras."(1969:164)

Estes dois discursos de Júlio de Mesquita Filho são, invariavelmente, citados ou mencionados pelos autores que vêem na Universidade um instrumento da elite paulista em sua luta para recuperar a hegemonia política perdida⁽¹⁾. Mais uma vez, o sentido e a imagem que o mentor projeta sobre a sua iniciativa acaba por influenciar decisivamente os intérpretes.

Deve-se notar, que a vantagem que esta versão parece ter sobre a defendida por Antunha - contar com uma fala de Júlio Mesquita Filho pronunciada no calor da hora - é apenas aparente. Em janeiro de 1937, Armando de Salles Oliveira já havia lançado sua candidatura à Presidência da República, rompendo politicamente com Getúlio e reabrindo, assim, o dissídio entre o governo central e São Paulo. Fica por investigar qual o significado que lhe atribuiu o seu mentor e as elites paulistas no momento de sua criação. Um momento em que, apesar de tensas, as relações da política paulista com o governo central eram antes de aproximação que de afastamento e conflito. A pacificação e a aproximação completam-se quando a primeira turma da Faculdade de

(1) Entre outros, apresentam a USP como parte do projeto paulista de reconquista da hegemonia: Cunha;1980:235, Witter;1984:12, Goldemberg;1986:40, Morel;1979:37 e Sandroni;1988:77

Filosofia, Ciências e Letras iniciava, em julho de 1934, seu curso.

Conquanto retorne ao momento de estruturação da campanha em defesa da criação da Universidade, o trabalho de Irene Cardoso está marcado por sua polêmica com Antunha e, portanto, pela explicitação daqueles que seriam os verdadeiros intentos e princípios ideológicos a orientar a iniciativa educacional. Desmistificar a interpretação proposta por Antunha, por intermédio da identificação dos "traços autoritários" a tingir o liberalismo dos mentores da Universidade, é o fio condutor de suas pesquisas. Cardoso recupera a história do engajamento do "*grupo do Estado*" com a idéia da criação da Universidade, retornando a 1925, ano em que Júlio de Mesquita Filho publica seu primeiro artigo em defesa desta idéia. Em sua reconstrução histórica, as diferentes conjunturas políticas e as acomodações do "*grupo do Estado*" frente a elas configuram diferentes momentos do projeto político de que a Universidade é o centro. São atualizações de um projeto de cunho autoritário e cujos objetivos centrais não se alteram.

Segundo a Autora, "o 'grupo do Estado' tem um projeto de hegemonia cultural e política, contido no projeto da Universidade e do sistema educacional como um todo, que se

evidencia numa proposição de sociedade construída a partir das categorias de elites/classes médias/massas, e imbuído de uma perspectiva liberal e democrática, nas acepções aqui delineadas [compatibilização entre democracia e governo pelas elites]. Neste projeto a Universidade aparece como o núcleo fundamental, na medida em que, sendo o centro de formação e reprodução das elites dirigentes, o seu controle permitiria, em termos culturais e políticos, imprimir uma dada direção, em termos de concepção de mundo, à formação daquelas elites. Nessa medida, o controle da Universidade aparece, para o 'grupo do Estado', como condição para o exercício da hegemonia cultural e política." (1982:52).

Como se vê, na interpretação de Irene Cardoso, a associação entre a iniciativa e um projeto político atinge seu ponto mais elevado; a criação da Universidade só pode ser compreendida tendo por referência um projeto político de fôlego. A suposição sobre a qual estrutura seu trabalho é de que a atuação do "*grupo do Estado*" só pode ser compreendida quando se leva em conta que se está diante de um típico "partido ideológico".(2)

(2) Uma nota esclarece: "Partido ideológico na acepção de "estado-maior intelectual" que opera como força dirigente completamente independente (e) superior aos partidos". A definição é de J. M. Piotte, citada por Cardoso:1982:46.

Partindo do suposto que a iniciativa de criar a Universidade deva ser atribuída a um "partido ideológico", sua explicação acaba por prescindir da demonstração das mediações entre o projeto universitário e a vida política. Dado que o "*grupo do Estado*" é um "partido ideológico" e dada a definição de "partido ideológico", segue-se que suas iniciativas visam, necessariamente, a construção de um projeto de hegemonia. As relações concretas entre este projeto e os interesses que representaria acabam por não ser explicitadas e, tampouco, é discutido se o que se apresenta como sendo um projeto de hegemonia reúne as credenciais necessárias para tanto. Estes são pontos tomados como dados por Irene Cardoso, cuja preocupação maior volta-se para a análise da ideologia contida nos escritos relacionados com a campanha em prol da Universidade, derivando desta análise os fins políticos pretendidos pela iniciativa educacional. Procurando atacar e desconstruir o *mito*, Irene Cardoso acabou por reforçá-lo ao aceitar as premissas sobre as quais foi construído. Por que devemos aceitar a imagem da Universidade projetada por seu criador? Será este o melhor ponto para o início das investigações? Seria a Universidade, de fato, o primeiro e necessário passo em uma obra de regeneração da vida política nacional?

Em última análise, os três trabalhos comentados partem de um suposto comum, qual seja, que a Universidade foi concebida como um meio para se obter resultados políticos muito precisos. Além disto, como estaríamos diante de um ator político privilegiado, através do qual seria possível penetrar e reconstituir a história política do período, o trabalho do analista pode se resumir a decifrar quais suas verdadeiras, manifestas ou recônditas, intenções. Por adotarem este mesmo ponto de partida, os trabalhos comentados acabam por concentrar-se na análise do discurso de Júlio de Mesquita Filho procurando revelar o seu verdadeiro significado. Por paradoxal que possa parecer, apesar de privilegiarem a dimensão política, esta mesma dimensão acaba por desaparecer das análises que realizam. Não apenas a política, como também a sociedade, que aparece apenas por vagas alusões aos interesses paulistas, "elites" e assim por diante.

Iniciamos as pesquisas para a realização deste trabalho investigando as relações do chamado "*grupo do Estado*" com a política partidária paulista. Por intermédio destas pesquisas, pudemos questionar os supostos de que parte a literatura estudada. No momento em que toma corpo a campanha pela criação da Universidade, em meados dos anos vinte, a facção político-partidária ligada ao jornal, a Dissidência

Republicana, dissolvera-se após ser derrotada no interior do PRP.

Por intermédio desta pesquisa, a questão sobre a campanha em favor da Universidade pode ser colocada de forma radicalmente distinta do que fez Irene Cardoso. O problema está em compreender por que se constitui um discurso político que acredita estar na reforma educacional a solução para todos os males do país. A relação do jornal *O Estado de S. Paulo* com o movimento em favor da criação da Universidade pode ser melhor compreendida se atentarmos para suas fortes relações com a expansão do mundo cultural paulista verificada no período, expansão esta que tem em *O Estado de S. Paulo* um de seus centros gravitacionais.

Para a melhor compreensão da construção e evolução deste discurso e, sobretudo, para entender quais os dilemas e problemas para os quais pretendia oferecer resposta, acompanhamos, no capítulo I, a constituição e evolução do grupo desde a formação da *Liga Nacionalista*, em 1917, até a publicação de *A Crise Nacional*, em 1925, por Júlio Mesquita Filho. Interessa-nos, neste primeiro capítulo, acompanhar a evolução doutrinária deste grupo e entender a ênfase progressiva de suas propostas políticas na necessidade de empreender uma reforma educacional, tida como medida

política indispensável. A marginalização política imposta às camadas urbanas médias, a "incômoda" e marcante presença dos imigrantes no cenário urbano e a afirmação e expansão do mundo cultural são as dimensões pelas quais é possível resgatar o significado daquela pregação. Tratava-se, sobretudo, de uma reação dos grupos ligados ao mundo cultural que, a um só tempo, retiravam sua vitalidade das transformações sociais em curso e se sentiam ameaçados em seu poder e *status* social.

No segundo capítulo, aprofundamos as dimensões trazidas à luz ao longo deste capítulo, retomando o acento na reforma educacional a partir da perspectiva dos educadores ligados à campanha. A intenção é deslocar o foco analítico do aspecto doutrinário para o prático, frisando que medidas educacionais concretas eram implementadas e defendidas por intermédio do discurso já analisado.

A expansão do aparelho de ensino paulista e as lutas pelo seu controle são as variáveis centrais para o entendimento das posições e medidas defendidas pelos educadores identificados com o movimento de renovação pedagógica em São Paulo. Não apenas estava em jogo o controle sobre o Ensino Público de São Paulo, à época praticamente restrito ao Ensino Normal, como também, o seu

desdobramento e expansão, englobando o Ensino Secundário e Superior. A disputa diz respeito, principalmente, ao controle sobre as instâncias de reprodução de profissionais para o setor educacional - Escola Normal da Praça e uma possível Faculdade de Educação e Letras - e, menos, a expansão quantitativa do ensino. Veremos que privilegiar as reformas e ampliações do topo do sistema educacional era a principal característica deste grupo de educadores. Nesta luta, se estabelece uma linha de continuidade que vai da apenas projetada Faculdade de Educação de 1920 até a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em 1934.

Em sua empreitada, as alianças constituídas pelos "renovadores educacionais" com o jornal *O Estado de S. Paulo* - onde a maioria de seus membros trabalhou - são de fundamental importância para a vocalização e repercussão de suas pretensões. Tão ou mais importantes são os contatos estreitos que estabelecem com sociólogos e educadores franceses que, à época, visitam periodicamente São Paulo. Em meio a esta luta e contando com as referidas alianças e apoios, empenham-se na campanha em defesa da criação da Universidade como parte da estratégia de controle sobre o ensino paulista. Neste período, a Universidade já ganha seus contornos básicos - estruturada em torno de uma Faculdade de Filosofia e Letras - e são definidos os seus principais

objetivos - formar professores secundários e "elites desinteressadas". Nestes aspectos, a contribuição dos franceses é essencial.

O terceiro capítulo retorna à análise política. Para a construção do argumento central deste trabalho, sua contribuição é marginal, ou melhor, tem fins puramente negativos. O objetivo central é questionar o cerne das teses dominantes sobre as origens da USP, qual seja, que esta deva ser relacionada à luta dos paulistas para recuperar a hegemonia que haviam perdido. Reconstituindo o envolvimento de Júlio Mesquita Filho com a "causa paulista" desde as primeiras tensões entre o PD e Tenentes, passando pela Revolução de 1932 e período que esteve exilado, até a fundação e organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pretendemos mostrar que, ao longo de todo este período, em que pese o forte comprometimento de Júlio de Mesquita Filho com a "causa paulista", a Universidade não foi relacionada a esta luta. Em um primeiro momento, período marcado pela Revolução de 1932, a Universidade e a ênfase na reforma educacional desaparecem da cena. Em um segundo momento, de sua criação ao início de suas atividades, não é relacionada às pretensões políticas dos paulistas. Nesta oportunidade, sequer o "antigo" discurso sobre a reforma educacional e sua urgência é recuperado. Acompanhando a

política nacional pelas páginas de *O Estado de S. Paulo* veremos que, neste período, a "causa paulista" confunde-se com a preservação, pela constituinte, da autonomia estadual. Findo os trabalhos constiuintes, o jornal *O Estado de S. Paulo* considerou plenamente satisfatórios os seus resultados para a "causa paulista". De onde, atrelar a iniciativa de criar a universidade a um projeto de reconquista da hegemonia nacional, projeto este ancorado em reformas culturais, é uma reconstrução dos fatos.

O último capítulo coloca a discussão a respeito da criação da Universidade a partir de novo ângulo. Em lugar das expectativas e aspirações que seus líderes projetavam sobre a iniciativa, privilegiamos como foco analítico os resultados obtidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, expressos no movimento de matrículas e formaturas que registrou, assim como pela análise do perfil social do aluno que atraiu.

Esta segunda parte da análise foi baseada em levantamentos das fichas escolares dos alunos formados nas quatro primeiras turmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e dos formandos das turmas correspondentes por ano de ingresso da Faculdade de Direito e Politécnica. O quadro que emerge desta análise encontra-se muito distante das

projetadas por seus mentores e, por decorrência, contrasta vivamente com a imagem que poderíamos inferir das interpretações presentes na bibliografia.

As "elites" continuaram a se encaminhar para as mesmas Faculdades que seus pais e as inscrições para os cursos da nova Faculdade foram tão pequenas que esta só pôe sobreviver a partir de estímulos especiais às inscrições e à manutenção dos seus alunos. Seguindo a tradição do pensamento e da prática educacional que forneceram os princípios da iniciativa, a reforma do sistema de ensino foi iniciada pelo topo. Argumentava-se que a tarefa inicial haveria de ser o treinamento e preparo dos futuros professores, pois, de outro modo, a empreitada acabaria por ser minada pela raiz. Professores secundários mal formados não seriam capazes de preparar adequadamente os alunos que chegariam à Universidade. Sem a expansão do secundário, no entanto, de onde recrutar bons alunos para a Faculdade? Ainda mais, se não se expandia o ensino secundário de que valeria a posse de um diploma de professor para este nível de ensino?

Enquanto projeto de reforma educacional radical e profunda, o projeto a fundamentar a criação da USP se mostra frágil e inconsistente. Por outro lado, se retornamos às suas origens, traçadas nos dois primeiros capítulos deste trabalho, veremos que há uma nítida continuidade e coerência na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com o movimento que lhe antecede. A expansão do topo do sistema volta a ser privilegiada, expressando a luta entre os diferentes grupos de educadores pelo controle de postos mais altos na hierarquia escolar. Destes postos, por certo, poderiam garantir e ampliar a sua influência na área cultural, imprimindo suas marcas às gerações futuras.

Capítulo I

Da Dissidência Rerpublicana ao "Grupo do Estado":

A Empresa, a Política e a Elite Cultural

A associação imediata do assim chamado "grupo do Estado" aos grupos políticos dominantes no Estado de São Paulo está na raiz das interpretações comentadas acerca da criação da Universidade de São Paulo. Tomados como representantes das classes dominantes paulistas ou como uma facção política autônoma, a atuação dos Mesquitas, e do grupo de profissionais que reunia, são automaticamente remetidas à arena política. A suposição comum é que através de sua atuação e/ou escritos seria possível resgatar as idéias e práticas políticas dos grupos dominantes em São Paulo. Nestes termos, a Universidade passa a ser vista como obra dos paulistas. Um dos objetivos centrais deste capítulo é o de problematizar esta suposição, apresentando, digamos assim, um cenário um pouco mais complexo das relações do jornal *O Estado de S. Paulo* com a política e a sociedade paulista.

A parte inicial deste capítulo trata da relação entre a história política de São Paulo e a evolução da empresa *O Estado de S. Paulo* de sua fundação até os anos vinte. Em que pesem as inovações introduzidas por Júlio Mesquita em seu

jornal, o seu sucesso econômico não está dissociado de fatores políticos. Júlio Mesquita foi membro do Partido Republicano Paulista (PRP), filiando-se a uma facção partidária, a Dissidência Republicana. Os períodos de estreecimento dos laços de sua facção com o PRP correspondem aos piores momentos para a empresa e vice-versa. Mesmo neste primeiro momento em que o jornal se mostra fortemente dependente das oscilações da vida político-partidária, os dados disponíveis não permitem tomar o jornal *O Estado de S. Paulo* como um representante político legítimo e autorizado dos paulistas. Desde este período, sua relação com o PRP foram antes tensas que harmônicas e marcadas por sucessivas derrotas em suas lutas internas.

Em Júlio Mesquita, a figura do político ligado à Dissidência não pode ser separada da do empresário, proprietário de uma próspera e moderna empresa jornalística, ainda que se destaque e seja melhor sucedido nesta última atividade. O mesmo não se aplica a seu herdeiro, Júlio de Mesquita Filho, cuja atuação nos anos vinte, período em que se constitui em um dos líderes da campanha em favor da criação de uma universidade em São Paulo, será objeto de análise na segunda parte deste capítulo. Neste caso, o empresário cultural, nitidamente, sobrepuja o político.

Nos anos vinte, as relações do jornal com a política se alteram substancialmente. A Dissidência foi definitivamente

derrotada no interior do PRP e possíveis reaproximações vêem-se prejudicadas pelas alterações internas do partido, que se oligarquiza e "fecha-se" ainda mais, dificultando e impondo maiores exigências para os pretendentes a uma carreira política. Face a este quadro, para o grupo congregado pelo jornal, estes serão anos de marginalização da vida político-partidária. Este afastamento se deu simultaneamente à expansão empresarial do setor cultural. O jornal é um dos eixos propulsores desta modernização, o que possibilitou que voltasse a crescer sem a habitual pacificação de suas relações com as facções a controlar o PRP. O centro articulador das atividades do grupo congregado pelo jornal deixa de ser a política partidária para se concentrar na área cultural.

As profundas transformações da sociedade paulista nos anos vinte, impulsionadas, em última análise, pelo novo surto expansionista da economia cafeeira, estão na raiz tanto do incremento das oportunidades abertas aos empresários culturais como das alterações internas ao PRP. Por certo, tais transformações não repercutem apenas nestes setores. Abrem espaços, por exemplo, para que se faça sentir com maior força a presença dos imigrantes na vida social, econômica e política de São Paulo. Para o grupo ligado ao desenvolvimento das atividades culturais a presença dos imigrantes, em especial por seu sucesso material e pela

força de suas tradições culturais, passa a ser vista como incômoda e perigosa para o futuro da nação.

O objetivo deste capítulo é mostrar como na confluência entre estas três variáveis - marginalização político-partidária, ampliação das atividades culturais e a presença "incômoda" dos imigrantes - vai se constituindo um discurso político centrado na reforma educacional, defendida como a tarefa necessária e urgente para a solução de todos os males a afligir a nação. Reconstituindo este processo, pretendo mostrar como o debate em torno da criação da Universidade de São Paulo está profundamente imbricado com as transformações sociais e políticas deste período. Podem ser melhor compreendidas como as respostas a estas mesmas transformações que partem de um grupo particular, que se sentia, a um só tempo, beneficiado e ameaçado em seu *status* social.

A PROVINCIA de S. PAULO, nome com que o jornal foi fundado em 1875, nasce intimamente associada ao recém organizado Partido Republicano. Através de uma campanha de levantamento de fundos capitaneada por Américo de Campos e Campos Salles, o jornal é lançado como um órgão de propaganda dos ideais do partido, ainda que não deixe

expressa sua vinculação a este. (Goulart;1981:166 e Schwarcz;19897:74). Júlio Mesquita⁽¹⁾ só veio a ingressar no jornal em 1884, quando este era dirigido por Alberto Sales. No ano seguinte, Sales afasta-se do jornal que retorna à propriedade individual de Rangel Pestana, enquanto Mesquita passa a ocupar importantes postos na redação e administração do jornal.⁽²⁾

Em 1888, a propriedade do jornal é transferida a uma sociedade comanditária sob a firma Rangel Pestana & Cia., sendo Júlio Mesquita o seu redator-gerente (Goulart;1981:194). Apesar das relações estreitas do jornal com o PRP, com a proclamação da República, caberá ao antigo jornal monarquista, o *Correio Paulistano*, assumir a posição de órgão oficial do partido(Schwarcz;1987:69). *O Estado de S. Paulo*, por seu turno, em outubro de 1890, deixa de ser propriedade de Rangel Pestana & Cia., passando a ser propriedade da Companhia Impressora Paulista, sob o comando

(1) Filho de um imigrante português bem sucedido no comércio, Júlio Mesquita, segundo um biógrafo, "começa a projetar-se como propagandista republicano" durante seu curso de direito, feito entre 1879 e 1883, (Goulart;1981:175). Casa-se logo após formar-se com Lucila de Cerqueira César, filha de José Alvares de Cerqueira César, sócio de seu pai em uma casa comissária em Santos. Muda-se para Campinas onde monta escritório de advocacia, transferindo-se para São Paulo no ano seguinte para trabalhar no jornal.

(2) Segundo Paulo Duarte, sob a direção de Alberto Sales "o jornal entrou numa seríssima crise que quase o levou a fechar-se". Com a saída de Sales, "Júlio Mesquita passa a participar ativamente da administração e redação do jornal"(1977:8) Consultar também Goulart;1981:168

efetivo de Mesquita, que, no entanto, ainda não era seu proprietário (Goulart;1981:194)⟨3⟩.

Sem ser o jornal oficial do PRP, *O Estado* não deixava de aumentar as suas tiragens e modernizar-se. Mesquita era o principal redator político do jornal, assumindo este posto em 1890, com o afastamento de Rangel Pestana. (Goulart;1981:194) Embora influenciasse a sua administração, só veio a ter participação acionária no jornal em 1897, quando seu pai, Francisco Ferreira de Mesquita torna-se coproprietário da Cia. Imprensa Paulista. A esta época, o jornal já atingira uma circulação média superior a 15.000 exemplares diários(Duarte;1977:25). A propriedade do jornal só passaria integralmente às mãos de Mesquita no início de 1902. (Goulart;1981:194, Duarte;1977:37 e Sodré;1977:371)

Neste período em que, paulatinamente, assume o controle do jornal, modernizando-o e ampliando a sua circulação, Mesquita comprova a proximidade entre o jornalismo e a atividade política. Ligado à campanha republicana desde sua

(3) "O substituto de Rangel Pestana, na direção efetiva, é Júlio de Mesquita, o qual se dedica inteiramente a *O Estado de S. Paulo*, introduzindo novos melhoramentos, como o contrato com a Agência Havas, a publicação da primeira ilustração em Notícias Diversas(...) Esses aperfeiçoamentos, parece dão resultados./ Em julho de 1890, sai a primeira edição de oito páginas e a tiragem já ultrapassa sete mil exemplares." (Duarte;1977:13) Segundo Love (1982) não há dados completos sobre as tiragens dos principais jornais durante a Primeira República. Os dados sobre a tiragem de *O Estado de S. Paulo* a serem apresentados ao longo deste trabalho foram retirados de Duarte;1977, cuja fonte é o próprio jornal.

passagem pela Faculdade de Direito⁽⁴⁾, onde destacou-se como jornalista e orador, ocupará posto de destaque no governo provisório quando foi secretário de Prudente de Moraes. Eleito Deputado Federal em 1892 e Deputado Estadual por várias legislaturas a partir de 1894, Mesquita foi membro da Comissão Executiva do PRP de 1892 a 94, voltando a integrá-la em 1896. Assim, apesar de não se tornar o órgão oficial do PRP, os laços entre o jornal e o partido continuaram estreitos até a virada do século, quando têm início as dissensões no interior do partido que culminariam, em 1901, na Primeira Dissidência.

Mesquita figura entre os principais membros do grupo dissidente, liderado por Prudente de Moraes e Cerqueira César. Segundo Casalecchi, a origem da dissidência liga-se à marginalização política a que Campos Salles confinara Prudente de Moraes. "A cisão é o choque entre dois grupos de políticos no interior do Partido. Um agrupado em torno de Campos Salles - chamado de 'oligarquia', que apoiava os governos paulistas e federal, conivente com a 'política dos governadores'. Outro, em torno de Prudente de Moraes - os 'dissidentes'; 'os empurrados' que acabaram por lançar o Partido Republicano Paulista Dissidente. Estavam contra a política dos governadores, propunham uma revisão

(4) As relações de Júlio Mesquita com a campanha republicana antecedem sua passagem pelas Arcadas, já que seus estudos secundários foram feitos no Colégio Culto à Ciência de Campinas, fundado por republicanos ligados à maçonaria, muitos deles fundadores, também, de *A Província de S. Paulo*. Sobre o Colégio Culto à Ciência, consultar Moraes;1981.

constitucional no âmbito federal e no estadual, uma república parlamentar como forma de atacar a ação política de Campos Salles, calcada no presidencialismo, além de uma moralização dos costumes políticos" (1987:101).

O Estado de S. Paulo será o porta-voz dos dissidentes, publicando seus manifestos e apoiando explicitamente a sua causa⁽⁵⁾. O partido dissidente concorre com candidatos próprios nas eleições municipais realizadas em dezembro de 1901. O resultado do pleito foi amplamente favorável às forças governistas, derrotadas apenas em 3 dos 160 municípios em que se realizaram eleições. (Casalecchi; 1987:111)

Os magros resultados obtidos pela dissidência anunciam a sorte das oposições e dissidências futuras: a fraude eleitoral acabava por se constituir em uma barreira intransponível, garantindo aos situacionistas a perpetuação

(5) O conflito envolvia a sucessão estadual e federal. Os candidatos da Dissidência eram, respectivamente, Cerqueira César e Prudente de Moraes. A defesa da revisão constitucional proposta envolvia a possibilidade da Presidência do Estado vir a cair nas mãos de Cerqueira César, Presidente do Senado (Duarte;1977:34). Cerqueira César, vale notar, era sogro de Júlio Mesquita e não deve ser mera coincidência que a esta época o jornal passasse a ser propriedade de Júlio Mesquita.

no poder.⁽⁶⁾ A plataforma política das oposições e dissidências futuras também é anunciada no curso deste evento. Os dissidentes apresentam-se como os defensores dos ideais e princípios dos primeiros republicanos, ideais e princípios traídos e abastardados por uma política cujo único objetivo seria a conquista do poder, a qualquer custo e por todos os meios. Outras bandeiras a serem empunhadas nas futuras dissensões internas do Partido, como a reforma eleitoral - medida mais do que necessária e urgente para o sucesso de um grupo oposicionista - e a educacional também são levantadas pelos primeiros dissidentes (Casalecchi; 1987:127). Em futuras dissidências e, mesmo, na fundação do

(6) Impedidos de ter acesso ao poder por meios legais, as oposições serão constantemente atraídas pelo recurso à sedição. A Primeira Dissidência exemplificará esta situação quando, após serem esmagados pelas forças situacionistas nas urnas, aliam-se aos monarquistas no levante restaurador de 1902. (Ver Janotti;1986) Em discussão pública com Carlos Campos, Júlio Mesquita evoca o direito à revolução: "A revolução é direito e um dever dos povos livres oprimidos. A causa da dissidência paulista triunfou na consciência nacional e, ou a revisão da constituição se faz por bem ou se fará por mal-à força. (in Janotti;1986:230) Como veremos ao longo deste trabalho, não foi esta a única vez em que esta alternativa atraiu um membro da família Mesquita.

PD estas serão as bandeiras levantadas pelos grupos oposicionistas. (7)

Os apelos ideológicos e programáticos, não escondem, como observa Afonso Arinos de Melo Franco o fato de o dissídio político se apresentar "também como briga de famílias ou no seio de uma família, o que comprova o caráter oligárquico do regime. Adolfo Gordo, líder parlamentar oposicionista, era cunhado de Prudente. Cerqueira César era cunhado de Campos Sales, de quem era irmão Alberto Sales, outro dissidente. Júlio Mesquita era genro de Cerqueira César." (1973:187) (8) As rachaduras na oligarquia paulista, que não eram as primeiras desde a proclamação da República, foram provocadas pela necessidade de encontrar os mecanismos capazes de assegurar a estabilidade institucional ao regime recém fundado. Apesar de intra-oligárquicas, nem por isto eram destituídas de importância. Estava em jogo a

(7) O programa dos dissidentes e, mais especificamente do chamado "grupo do Estado", pode ser tomado como uma expressão acabada do que Wanderley Guilherme dos Santos chama de "liberalismo doutrinário". Para esta tradição, "O Estado liberal brasileiro oferecia pobres resultados por conta da monopolização do poder político por pessoas com baixa qualidade moral", de onde "o problema político central consistia agora na purgação das instituições que haviam permitido à corrupção viciar o processo político brasileiro", isto é, via reforma institucional, garantir que "somente homens de elevada estatura moral pudessem ter acesso a posições de autoridade". (1978:95) Os maiores expoentes desta tradição seriam Rui Babosa e Assis Brasil, não por acaso dois políticos exemplares para O Estado de S. Paulo.

(8) Love também comenta os laços familiares do conflito: "a dissensão incorporou uma dimensão familiar, com seis líderes dissidentes sendo aparentados com Cerqueira César ou Campos Sales" (1982:160)

construção das bases sobre as quais o regime viria a operar nas três décadas seguintes.(Kugelmas;1987:74)

O fato é que, apesar da derrota e dos magros resultados de suas atividades nos anos posteriores, o grupo dissidente mantém-se em atividade, fazendo oposição ao PRP. Em 1906, procurando explorar novas divisões no interior do partido e se aproveitar da Reforma Eleitoral de 1905, os dissidentes propõem "a criação de uma *Liga Republicana* que reuniria, em Congresso, os dissidentes e opositoristas de todos os matizes" (Casalecchi; 1987:126). Em abril de 1906, em reunião presidida por Cerqueira César, a Liga lançava seu programa, reproduzido na edição do dia 15 daquele mês pelo *ESTADO de S. PAULO*(9).

Antes mesmo do final de junho, o então Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, promove o "congraçamento", isto é, o retorno dos dissidentes ao PRP, ao qual voltam a se incorporar como um grupo a que é reservada participação minoritária na Comissão Executiva(10). Paulo Duarte registra

(9) Segundo Paulo Duarte, "no mesmo dia em que se verificava essa grande assembléia política, *O Estado* iniciava a sua mudança para a Praça Antonio Prado, Palacete Martinico. (...) O endereço da Praça Antonio Prado aparece pela primeira vez no dia 13 de junho de 1906, e a 19 a primeira 'nota' anunciava que a instalação se concluíra, com material tipográfico inteiramente reformado. (...) Aí preparava-se o jornal para ser, praticamente, o órgão da Liga Republicana ou pelo menos a sua grande tribuna. Mas os fatos dispuseram de maneira diferente."(1977:40)

(10) Como exigência dos dissidentes, a Comissão Executiva é ampliada de cinco para sete membros, cabendo a estes indicar os dois novos membros.(Casalecchi;1987:128)

que Júlio Mesquita opôs-se ao "congraçamento" e, a partir de então, totalmente descrente quanto as chances de "regeneração" do partido, teria se afastado completamente do PRP.

Segundo este mesmo Autor, em função desta desilusão, "o seu jornal seria a sua única preocupação, durante largos anos."(1977:41) As transformações pelas quais passa o jornal no período são relacionadas a esta nova atitude de seu proprietário: "Dedicando-se inteiramente ao *Estado*, que começava a passar por transformações que o deveriam modernizar inteiramente, e abrir um largo período de prosperidade. Assim, em junho de 1907 (...) há uma modificação na fisionomia do jornal. O cabeçalho apareceu mais discreto, muito melhorado em sua estética. De dez colunas, passaram as páginas a ter oito. No fim do ano, a 27 de dezembro de 1907, transformava-se a empresa numa sociedade anônima, cuja constituição se anunciava por uma nota publicada no dia oito de janeiro de 1908. Assim constituído em Sociedade Anônima, lançara um empréstimo de trezentos contos de réis em debêntures, do valor nominal de cem mil réis, ao tipo 85, juros anuais de oito por cento. Em poucas horas o empréstimo fora coberto."(1977:41)<11>

(11) "Em dezembro de 1907, organiza-se a sociedade anônima *O Estado de S. Paulo*. Cerqueira César preside a assembléia de constituição(...) Das 1.750 ações do capital social, 1715 foram subscritas por Julio Mesquita; 5 pela esposa; 15 pelas três filhas, Maria Raquel e Esther; 5 por Cerqueira César e 5 por Maria do Carmo César."(Goulart;1981:195)

Deixando de lado as "motivações" de Júlio Mesquita apresentadas por Paulo Duarte - desmentidas pelos fatos - como veremos adiante, é inegável que o período que se segue ao "congraçamento" foi um período de rápido e bem sucedido crescimento da empresa. Em dezembro de 1908 o jornal passa a ter 16 páginas, graças a nova máquina impressora recém instalada. A tiragem continua a crescer e a composição passa a ser feita por linotipos mais modernos. (Duarte;1977:42) As inovações e o crescimento da empresa seguem a passos largos. Assim é que, pelo final de 1913, o jornal passa a ser editado em um prédio novo, especialmente preparado para receber uma nova rotativa capaz de imprimir uma edição de 64 páginas. Para a compra das novas instalações e modernização de seu parque gráfico, que dado o vulto da empreitada exigiu a compra de novos imóveis, a empresa lança mão de novo empréstimo, rapidamente coberto graças a excelente situação financeira da empresa. (Duarte;1977:55/56)<12>

Mas não era apenas no campo empresarial que o jornal vinha alcançando sucesso. O jornal se notabilizou por contar com a colaboração fixa de intelectuais consagrados em suas páginas, não se restringindo apenas aos paulistas. A contratação de Euclides da Cunha para fazer uma série de

(12) Paulo Duarte apresenta os seguintes dados para atestar a boa situação financeira do jornal:

Ano	Renda Líquida
1.908	275:264\$918
1.909	277:060\$676
1.910	295:044\$542
1.911	318:076\$687

reportagens sobre Canudos - uma inovação, afirma Werneck Sodré(1977:308), pois se trata do primeiro correspondente de guerra da história da imprensa brasileira - é um dos muitos exemplos de intelectuais de renome a colaborar nas páginas do jornal⁽¹³⁾. Segundo Miceli, *O Estado de S. Paulo* "era o único órgão da imprensa fora da capital federal a contar com a colaboração regular de intelectuais de prestígio, dentre os quais José Veríssimo, Olavo Bilac, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Artur Azevedo, Amadeu Amaral etc." (1979:3) Brito Broca, para quem os jornais constituíam o principal meio de sustento e consagração para os intelectuais da *Belle Epoque* carioca, assinala que o *Estado de S. Paulo* era um dos dois únicos jornais paulistas a competir em prestígio com as folhas cariocas.⁽¹⁴⁾

Mesquita, ao contrário do que sugere Paulo Duarte, não abandona a política. Em 1906 é de novo eleito deputado estadual, tendo inclusive chegado a exercer a liderança da maioria na Câmara Estadual. (Love;1982:405 e Duarte;1977:46) Em realidade, a política e as atividades empresariais do "jornalista", como sugere Paulo Duarte, não parecem ser conflitantes, antes o contrário. O período do

(13) Nas vendas, o jornal também foi um pioneiro, sendo o primeiro jornal brasileiro a recorrer a vendas avulsas na capital do Estado (Sodré;1977:262) e, posteriormente, a estabelecer uma rede de vendas pelo interior paulista. (Nobre;1950:62)

(14) A outra folha de prestígio intelectual em São Paulo seria *O Jornal do Comércio*; Ver Broca;1956:215. Para a importância dos jornais para vida intelectual do período, além dos títulos já citados, consultar Miceli:1977:15 e Sevcenko;1983:99

"congraçamento" corresponde a uma fase ascendente dos resultados econômicos da empresa. Para retomar a conhecida frase de Werneck Sodré, os jornais do início do século vivem da e para a política(1977:315). Um exemplo desta relação íntima pode ser encontrado na Campanha Civilista, reverenciada por Julio Mesquita como a mais importante campanha política apoiada pelo jornal, mas, ao mesmo tempo, "um belo negócio para ele, com as imensas transcrições políticas pagas que publica em seu jornal."(Carone;1978:159)

Em 1911, com a morte de Cerqueira César, a cadeira deste no Senado estadual passa a ser ocupada por Mesquita, herdeiro, também, da liderança do grupo dissidente. Já na sucessão estadual de 1912, Mesquita exercita a liderança do grupo nas gestões que levaram a recondução de Rodrigues Alves à presidência do Estado - uma solução negociada, onde as desavenças internas são postas em segundo plano dada a ameaça heremista.(Melo Franco;1973:615)

A crise sucessória de Rodrigues Alves, precipitada e acirrada pela morte de Rubião Junior, encontra Mesquita no comando da facção. Segundo Paulo Duarte, "na véspera da Convenção do Partido Republicano, os antigos dissidentes reuniam-se em casa de Júlio Mesquita e a este delegam poderes para representá-los na Convenção." (1977:84) A indicação do nome de Altino Arantes é contestada pelos dissidentes, que, uma vez mais derrotados, abrem a Segunda

Dissidência, a qual se filiam, basicamente, os mesmos nomes congregados pela primeira. (Casalecchi;1987:149 e Duarte; 1977:91)

A atuação da nova dissidência será tão infrutífera quanto a anterior, isto é, pouco abala o PRP. Casalecchi observa que "em vão Júlio de Mesquita, em meados de 1918, tentou organizar um Partido de oposição."(1987:150)⁽¹⁵⁾ Em realidade, a derrota da segunda dissidência é bem mais profunda que a verificada pela primeira em função das transformações internas do PRP.

Buscando neutralizar a ação da dissidência, o partido modificou as suas estruturas internas, fechando-se e oligarquizando-se ainda mais. Comentando estas alterações, Love afirma: "Até 1916, as eleições para a comissão [Comissão Executiva do PRP] eram anuais. A partir dessa data, introduziu-se o mandato de quatro anos, destinado a coincidir com o período de governo. Tal mudança segue-se à disputa que ocorreu dentro do partido relativa à indicação de Altino Arantes para o governo do Estado na convenção de 1915. Resultou, provavelmente, do empenho do governador Rodrigues Alves no sentido de assegurar a seu sucessor uma

(15) Ainda segundo Casalecchi, o programa do novo partido de oposição reuniria os seguintes pontos: liberdade de pensamento, respeito à lei, verdade nas urnas, representação das minorias e emprego competente dos recursos públicos. Mais um exemplo, portanto, da filiação do grupo ao "liberalismo doutrinário" de que fala Wanderley Guilherme dos Santos (1978). A avaliação citada no corpo do texto foi publicada em *O Estado de S. Paulo* de 14.10.1919.

comissão executiva disposta a cooperar." (1982:164) A operação foi bem sucedida: a indicação do candidato oficial para o mandato seguinte foi unânime, sem que ocorressem as habituais dissensões verificadas nos momentos sucessórios.

O processo de "fechamento" da Comissão Executiva se completa nos anos seguintes: "Em 1920, a comissão foi formalmente eleita numa convenção partidária. Mas logo tornou-se ditatorial: a partir de 1922, os novos membros passam a ser escolhidos por meio de 'convites' a substitutos, decididos pelos próprios participantes. /Em abril de 1925, aparentemente pela primeira vez, a comissão executiva indicou os candidatos à câmara estadual sem ter antes consultado os diretórios municipais, nem mesmo como um gesto formal." (Love;1982:164)

Na análise geracional da elite política paulista apresentada por Love, o significado deste "fechamento" do PRP pode ser melhor avaliado. Segundo afirma este Autor, "um dos persistentes problemas do partido era a sua incapacidade de transferir o poder para a geração de políticos mais jovens." (1982:227)⁽¹⁶⁾ O controle do partido concentrava-se

(16) "Durante os 41 anos em que o PRP monopolizou o poder, 56 políticos serviram como membros da comissão (executiva) e 51 deles faziam parte da primeira geração" (Love;1982:227), isto é, a dos nascidos antes de 1.868. Os cinco políticos restantes, faziam parte da segunda geração, a dos nascidos entre 1.869 e 1.888. Love alinha a "não incorporação dos grupos mais jovens na hierarquia superior do Partido Republicano" (1982:166) como uma das principais causas da criação do Partido Democrático.

nas mãos das gerações mais velhas, que o exerciam de forma cada vez mais rígida e discricionária. As exigências, em especial aquelas ditadas pela disciplina partidária, postas aos pretendes a uma carreira política eram cada vez maiores. Tais exigências eram mais pesadas para os jovens, sobretudo para os que não contavam com um "sobrenome abonador" ou um bom padrinho, as pretensões de muitos deles em iniciar uma carreira política eram cortadas pela raiz ou passavam por uma competição cada vez mais acirrada. (17)

As alterações no PRP fizeram com que a derrota da "Segunda Dissidência" fosse definitiva. Os poucos resultados obtidos pela nova dissidência anunciavam a morte da facção partidária comandada por Cerqueira César e seu genro, que sequer chegaram a atuar na sucessão de vinte e encontraram-se, no máximo, como forças auxiliares e subordinadas na crise de

(17) Registre-se a tentativa de fundar um Partido da Mocidade em 1925. Por sobrenome abonador não se entenda um nome tradicional, como comprova o caso de Paulo Nogueira Filho, ligado por parentesco às mais tradicionais famílias paulistas. Como seu pai, deputado estadual, manteve-se neutro durante os conflitos que culminaram na Segunda Dissidência e, por isto teve sua carreira política cortada, Nogueira Filho tinha poucas chances de fazer política no PRP. (Ver Nogueira Filho; 1958:64). Por outro lado, uma boa parcela da renovação interna do partido se faz pela ascensão de filhos dos velhos chefes partidários, como Júlio Prestes para citar apenas um exemplo.

24⁽¹⁸⁾. Alguns ex-dissidentes encontram-se entre os fundadores do Partido Democrático, em fevereiro de 1926, mas não mais como membros do grupo dissidente. Enquanto grupo, os "dissidentes" já não mais existiam e, mesmo individualmente, não estiveram na liderança da formação do novo partido.⁽¹⁹⁾ Quando da fundação do PD já não se fala em dissidentes liderados por Mesquita, mas sim em "grupo do Estado", sem que a continuidade entre um grupo e outro seja reivindicada no momento. A facção política se dissolvera, enquanto a empresa, após sofrer os efeitos da guerra, solidificara-se ao longo dos anos vinte. Entre a derrota definitiva dos "dissidentes" e a fundação do PD não é apenas o nome do grupo congregado pelo jornal que se altera, mas sim, sobretudo, a natureza do grupo e a sua forma de atuar politicamente, cada vez mais dependente dos recursos derivados da empresa jornalística.

(18) A sucessão de 1924 é marcada por nova ruptura no interior do PRP, com a formação da Coligação Republicana. A crônica partidária já não mais registra a atuação do grupo dissidente, cuja morte é reconhecida pelo próprio Mesquita no desenrolar dos acontecimentos. Seus membros seguiram cursos diversos frente a situação, alguns aproveitando-se para procurar retornar ao partido, enquanto outros, como Júlio Mesquita, aliaram-se aos Coligados, entre os quais estavam seus mais ferrenhos inimigos de 1915. (Ver Duarte;1977:153 e Casalecchi;1987:164)

(19) "A organização do partido se fez a partir de embriões de três grupos políticos distintos: 1) o da Faculdade de Direito, em volta das figuras de Waldemar Ferreira e Francisco Morato; 2) o grupo de Marrey Junior; 3) o do jornal *O Estado de S. Paulo*, em torno Julio de Mesquita. A figura do Conselheiro Antônio Prado atraiu e uniu esses grupos na tarefa de concretizar o surgimento de partido de oposição." (Prado; 1986:13).

Como vimos, a carreira política de Júlio Mesquita caminha paralelamente a do empresário. Com a derrota da "Segunda Dissidência", as portas da política partidária fecham-se para ele, abrindo-se novamente quase uma década após, com a fundação de um partido de oposição, alternativa para qual já havia se voltado, sem sucesso, em duas oportunidades. A sua militância no Partido Democrático, no entanto, foi pequena, já que faleceu um ano após sua fundação.

Coincide com o período em que ocorre a "Segunda Dissidência" nova alteração na situação econômica da empresa. Devido a dificuldades com a importação de papel, ocasionadas pela Guerra Mundial, e a um desfalque de um gerente, a situação da empresa piora, interrompendo-se o ciclo de crescimento verificado nos anos anteriores. A alteração da situação política, uma vez mais, é acompanhada da alteração da situação empresarial. Apesar disto, ou, o que é mais provável, como resposta a esta situação, as atividades da empresa se diversificam. Em 1915, o jornal passa a contar com uma edição vespertina, *O Estadinho*, e, em janeiro de 1916, é lançada a *Revista do Brasil*. Além disto, ganha corpo a atividade da *Seção de Obras de o Estado de São Paulo*, responsável pela maioria dos lançamentos do incipiente mercado editorial paulista. (20)

(20) Trataremos destas duas últimas iniciativas adiante.

A esta época, nesta situação adversa, onde se combinam derrota política e problemas econômicos a assediar a empresa, é que se inicia o processo de incorporação da nova geração ao jornal. Enquanto Júlio de Mesquita Filho, diplomado pela Faculdade de Direito em 1916, começa como redator no *Estadinho*, seu irmão, Francisco Mesquita, assume postos na direção administrativa.⁽²¹⁾ Para a segunda geração, o jornalismo e a política já não caminharão de forma tão associada e íntima quanto ocorrera com seu pai. Se, em parte, esta separação pode ser explicada pela derrota política da facção comandada pelo pai e às transformações internas do PRP, de outra parte, o próprio sucesso da empresa acaba por determiná-la. A empresa se especializa e encontra condições para a sobrevivência e reprodução do grupo independente de suas afinidades com o PRP.

A sociedade paulista já não era a mesma do início do século, isto é, já não era mais aquela em as dissensões políticas, por mais importantes que fossem, circunscreviam-se ao seio de uma família. As alterações internas do PRP não podem deixar de ser relacionadas às transformações em curso na sociedade paulista. O mesmo se aplica à compreensão da atuação de Júlio de Mesquita Filho enquanto empresário e líder cultural que, neste papel, constituiu-se em um defensor ardoroso da criação da universidade.

(21) Data de 1914 a entrada do genro de Mesquita, Armando de Salles Oliveira para a Sociedade Anônima. Empresário bem sucedido, Salles de Oliveira assumirá o controle da administração da empresa.

A literatura a tratar da expansão da economia cafeeira em São Paulo tem sublinhado com alguma insistência a diversificação interna do "complexo cafeeiro", a um só tempo agrário, mercantil, industrial e financeiro. O seu crescimento e expansão leva necessariamente a uma maior especialização dos setores a compô-lo. Um ponto frisado por esta literatura diz respeito ao fato desta expansão não se esgotar ou resumir ao setor agrário, levando a importantes desdobramentos e ramificações no setor urbano. Em uma palavra: o dinamismo da economia cafeeira traz consigo um processo de diferenciação interna da sociedade através da maior especialização de seus diversos setores. (Aureliano;1981, Cardoso de Mello;1982, Cano;1979)

Conforme observa Eduardo Kugelmas, este processo teria alcançado tal magnitude que, já nos anos vinte, não mais se pode tomar os interesses cafeeiros e paulistas "como um bloco inteiriço". (1987:10) Afirma o mesmo Autor, que o universo paulista "vai se transformando pelo seu próprio crescimento e diversificação em uma sociedade recortada por cortes e clivagens de diferentes tipos e distintos alcances. E neste contexto que se tornará mais inteligível como o PRP terá progressivamente dificultado o seu papel de agregador e aglutinador de interesses."(1987:151) Visto sob este prisma, o "fechamento" do PRP pode ser entendido como a resposta possível para a manutenção do partido como o representante

exclusivo dos interesses paulistas. Interessa sublinhar, sobretudo, baseando-se na análise de Kugelmas, a existência de múltiplas clivagens a recortar a sociedade paulista do período, a trazer dificuldades crescentes ao PRP enquanto detentor do monopólio da representação política da sociedade paulista.

A diversificação de interesses apontada acima se expressa, por exemplo, no desenvolvimento da produção agrícola voltada para o mercado interno, registrando-se um significativo crescimento da agricultura mercantil de alimentos e a pecuária. Deixando de lado a precisão exata do processo, objeto de polêmica na bibliografia, também estava em curso um processo de sub-divisão da propriedade fundiária e, sobretudo, de um novo surto de expansão da fronteira agrícola, feita sob novos moldes, com a intervenção de empresas colonizadoras. Para alguns autores, ainda que discordem quanto a magnitude e conseqüências deste processo, as maiores oportunidades de acesso à terra teriam representado um importante canal de ascensão social, em especial para os imigrantes⁽²²⁾.

Tendo por eixo fundamental a economia cafeeira, desenvolvendo-se a partir de seu dinamismo, a indústria

(22) Para Font (1985:53) estas transformações estariam a alterar radicalmente a sociedade e a política paulista. Kugelmas (1987:149) relativiza a força dos dados apresentados por Font, assim como suas conseqüências. Não nega, no entanto, a existência das transformações na estrutura fundiária.

paulista já aparece como o principal polo industrial do país no censo de 1920. (Dean;1971:20) Por tímida que fosse, a expansão da indústria paulista anunciava a importância crescente de seu setor urbano. O ritmo do crescimento urbano do período é outro importante índice para indicar as transformações sociais em curso. Em 1920, a população da cidade de São Paulo ultrapassara a casa de 500 mil habitantes, o que representou um crescimento populacional de 141% em vinte anos.

Conquanto ainda não fosse propriamente uma cidade caracteristicamente industrial, é certo também que São Paulo deixara de ser a vila provinciana do início do século, cuja vida, praticamente, se resumia à Faculdade de Direito e seus estudantes (Morse;1970:216). Talvez a mais forte característica da São Paulo deste período, além de uma evidência adicional das transformações que atravessava, esteja na forte e marcante presença dos imigrantes, sobretudo os de origem italiana, na definição da vida urbana. Em 1920, algo como dois terços dos paulistanos eram estrangeiros ou filhos de estrangeiros (Dean;1971:58). Os estrangeiros ultrapassavam a casa dos 30% dos habitantes da cidade (Rodrigues;1966:22), um dado tão impressionante quanto pouco enfatizado pela literatura.

Como é fartamente sabido, os imigrantes desempenharam papel proeminente nos primeiros passos da industrialização

em São Paulo, não só pelo vulto de seus empreendimentos, mas também pela liderança junto aos empresários. Muitos destes imigrantes, como o Conde Matarazzo, acabaram por assumir a imagem paradigmática do *self made man*. (Martins;1974:19 e Dean;1971:58) Além de capitães de indústria, os imigrantes constituíam a parcela majoritária do operariado paulista e de suas lideranças que, como se sabe, foram responsáveis pela força demonstrada pelo movimento operário de inspiração anarquista naquele período. <23>

A cidade de São Paulo em 1920 era antes de mais nada uma cidade de imigrantes, cuja vida propriamente urbana não pode ser pensada sem a menção a sua presença e influência, como se pode comprovar pela leitura dos romances urbanos dos modernistas, em especial os de Alcântara Machado. Como veremos adiante, para o grupo ligado à campanha pela criação da universidade, um grupo eminentemente urbano, esta convivência forçada com proporção tão elevada de estrangeiros não deixava de lhes causar apreensões e temores. Em seu ideário, a assimilação dos imigrantes à nação é uma tarefa prioritária, a exigir uma atuação enérgica e decidida do Estado no setor educacional.

(23) Para Leôncio Martins Rodrigues, em função dos critérios utilizados pelo censo de 1920, a participação dos estrangeiros na composição da mão-de-obra industrial de São Paulo não é retratada fielmente pelos dados disponíveis, isto é, de fato seria superior aos 51% registrados pelos dados oficiais. Segundo este Autor: "irão compor, em esmagadora maioria, o proletariado das manufaturas e fábricas de São Paulo no período." (1966:22) Sobre o movimento operário no período, consultar também Fausto;1977 e Maram;1979.

A recuperação econômica de *O Estado de S. Paulo*, ocorrida no início dos anos vinte inscreve-se no interior deste quadro de expansão material e de crescimento das atividades urbanas decorrentes de um novo surto expansionista da economia cafeeira. Verifica-se no período, uma expansão das atividades empresariais ligadas ao mundo cultural que tem em *O Estado de S. Paulo* um de seus centros gravitacionais. Estas transformações são de capital importância para que possamos especificar a inserção de Mesquita Filho na sociedade paulista, assim como apontar as raízes de seu comprometimento com a idéia da criação da universidade em São Paulo.

Os resultados financeiros satisfatórios alcançados pelo jornal nos anos de 1922, 1923, 1924 e 1925 anunciavam o início de uma nova fase de prosperidade, sem que se verificasse a habitual alteração das relações do órgão com a política dominante no Estado - alteração a marcar as flutuações econômicas da empresa no passado. Importam-se novas rotativas e a mudança para um novo prédio, mais espaçoso, é providenciada. O capital da Sociedade Anônima eleva-se em 1923 para 6.500 contos de réis e as 17.500 ações

emitidas são subscritas por Júlio Mesquita. (Goulart;1981:195)(24)

As condições sociais estavam dadas para o sucesso de uma empresa jornalística que podia dispensar os laços de dependência para com a política dominante. Mais do que isto, a diferenciação interna alcançada pela sociedade paulista levava esta a comportar maiores possibilidades para as mais diversas especializações, entre elas as referentes aos empreendimentos culturais. Exemplos neste sentido podem ser encontrados no sucesso sem precedentes alcançados pela *Revista do Brasil* e em seu desdobramento editorial, a *Monteiro Lobato & Cia.* Iniciativas estas que, não por acaso, têm por ponto de partida o "grupo do Estado".(25)

(24) Paulo Duarte oferece os seguintes, extraídos do balanço do jornal, sobre sua situação econômica:

Ano	Lucro Líquido
1922	635:000\$000
1923	1.164:174\$000
1924	730:811\$000
1925	2.050:509\$136
	(1977:145,154,159 e 162)

Segundo Goulart, os rendimentos auferidos com a venda avulsa, assinatura e publicações, foram, respectivamente, os seguintes em 1922: 628:346\$609, 1.635:705\$100 e 3.333:818\$620. (1981:195)

(25) Mesmo no campo jornalístico, *O Estado de S. Paulo* esteve ligado à abertura de novas empresas, como a *Folha da Noite* em 1921. Os fundos para o início de suas atividades foram emprestados por Armando de Salles Oliveira então Diretor-superintendente da S/A "*O Estado de S. Paulo*" a um grupo de jovens jornalistas descontentes com o fechamento de *O Estadinho*, além de, em sua maioria, membros da *Liga Nacionalista*. O próprio Mesquita Filho encontrava-se entre os fundadores da nova empresa. (Ver Mota e Capelato;1980:38 e os anexos à página 309 e seguintes)

Lançada em janeiro de 1916, sob a direção Luis Pereira Barreto, Júlio Mesquita e Alfredo Pujol⁽²⁶⁾, a *Revista do Brasil*, observa Sérgio Miceli, em função das inovações de sua linha editorial, distinguiu-se das demais revistas literárias do período e pôde, com isto, alcançar imenso sucesso intelectual e comercial. Este sucesso, afirma o mesmo Autor, "possibilitou a criação de uma editora com o mesmo nome, a mais importante da Primeira República (...). A *Revista do Brasil* tornou-se o empreendimento editorial de maior prestígio antes de 1930 e constitui um marco na história da hegemonia paulista no campo cultural." (1979:5)

Este sucesso, como se sabe, não deve ser creditado aos primeiros proprietários da revista, mas sim a Monteiro Lobato⁽²⁷⁾ que, convidado a assumir sua direção, em 1918, acaba por comprá-la. Os laços a unir Lobato ao "grupo do *Estado*" eram e continuaram a ser muito estreitos. Seu sucesso como escritor e editor são impensáveis sem referência a estes vínculos. A carreira do escritor Monteiro Lobato ganhou fôlego a partir de suas colaborações para *O*

(26) A *Revista do Brasil* acabou por vir a ser, praticamente, o braço cultural da *Liga Nacionalista* de que falaremos adiante. Afirma o editorial de seu primeiro número: "O que há por trás do título desta revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente, numa projeção vigorosa e fulgurante de sua personalidade." (citado por Skidmore; 1976:186)

(27) Lobato, como Luis Paereira Barreto e Julio Mesquita, foi membro da *Liga Nacionalista*. Para a lista dos membros desta organização consultar o anexo deste capítulo.

Estado de S. Paulo e para a própria *Revista do Brasil*.⁽²⁸⁾ O seu interesse pela atividade editorial, tudo indica, era antigo e precede o sucesso de seu primeiro livro, *Urupês*, editado pela *Seção de Obras de O Estado de S. Paulo*. Como observa Hallewell: "Sugere-se, às vezes, que o posterior envolvimento de Lobato no negócios do livro foi resultado accidental de seu êxito com *Urupês* (...) [Porém,] Os planos de Lobato devem datar até mesmo do tempo em que começou a colaborar com a *Revista do Brasil*, pois seus companheiros da revista já debatiam a criação de uma nova editora de obras literárias nacionais, em São Paulo, e haviam publicado um artigo sobre o assunto em novembro de 1916"(1985:245)

O "debate" a que se refere Hallewell encontra-se na seguinte notícia, publicada na *Revista do Brasil* de novembro de 1916: "Acha-se em vias de organização, nesta capital, uma sociedade por ações cujo fim é editar obras de escritores paulistas. A sociedade encarregar-se-á da propaganda de livros que publicar, procurando extrair para si apenas os

(28) Para as diferentes versões para o início de sua carreira consultar Vaz;1957:65, Cavalheiro;1955:188, Hallewell; 1985:240, Lajolo;1985:29 Koshiyama;1982:67 e Fiorentino; 1982:40. Qualquer que seja a versão, o próprio Lobato em sua correspondência fornece uma medida da importância de se colaborar em *O Estado de S. Paulo*: "Para quem pretende vir com livro, a exposição periódica do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio (...) Escrevendo no Estado, consigo um corpo de oitenta mil leitores, dada a circulação de quarenta mil do jornal (...) Ora, se me introduzir num jornal do Rio de tiragem equivalente, já consigo dobrar meu eleitorado. Ser lido por duzentas mil pessoas é ir gravando o nome - e isso ajuda." Citado por Fiorentino;1982:40. Quanto a importância específica de suas colaborações na revista do Brasil ver Koshiyama;1982:58.

lucros necessários à sua manutenção". Na continuação da notícia, temos a avaliação da *Revista do Brasil* sobre o significado da empreitada: "A idéia é muito boa, pois todos sabem que a falta de editores ativos e cultos, entre nós, entrava lamentavelmente o nosso desenvolvimento literário." (citado por Fiorentino;1982:79)

Se, na pior das hipóteses, não ocorreu a filiação e inspiração direta sugerida por Hallewell, não será incorreto frisar que o movimento cultural paulista reclamava a falta de um editor "ativo e culto" e mobilizava-se para encontrar meios para superar este entrave a seu desenvolvimento. Lobato era um destes escritores paulistas sem editor e, como tantos outros, teve que recorrer à *Seção de Obras de O Estado de S. Paulo*, uma das principais "editoras" paulistas do período, para ter seus primeiros livros publicados⁽²⁹⁾. Dispondo de recursos obtidos com a venda da fazenda que herdara, Lobato aplicou-os, com sucesso, neste espaço aberto e a espera de um empresário "culto e ativo." (Koshyama; 1982:60 e Lajolo;1985:32)⁽³⁰⁾

(29) Os dados apresentados por Fiorentino, revelam que a Seção de Obras de O Estado de S. Paulo foi a terceira maior editora do estado em número de títulos publicados entre 1916 e 1922. Ver Fiorentino;1982:66.

(30) Fiorentino oferece outro ponto de referência do movimento intelectual paulista em favor de sua auto-organização, a criação da Sociedade dos Autores, noticiada pela *Revista do Brasil* de Fevereiro de 1917, com o objetivo de defender os direitos autorais dos escritores. Para seus objetivos e membros, entre os quais destacam-se Vicente de Carvalho, Amadeu Amaral, Julio Mesquita, Alfredo Pujol, Reinaldo Porchat, Carlos Campos e Washington Luís, além dos comentários tecidos pela *Revista do Brasil*, consultar Fiorentino;1982:76).

As relações estreitas entre Lobato e *O Estado de S. Paulo* não se localizam apenas nas origens de seu empreendimento. A comunicação entre a redação do *Estado* e a *Revista do Brasil* nunca deixou de ser intensa, o que se comprova facilmente a partir da identificação dos muitos nomes que passaram pela direção da revista, quase todos ligados à redação de *O Estado de S. Paulo*.

Olhando com maior atenção este recrutamento profissional comum, veremos que há um grupo especial de profissionais que merece destaque, aqueles que posteriormente vieram a ser chamados de "educadores profissionais" (Nagle;1977:263), envolvidos em um movimento de renovação dos métodos pedagógicos e expansão do sistema de ensino paulista⁽³¹⁾. Três educadores ligados a este movimento passaram pela redação de *O Estado* e pela direção da *Revista do Brasil*, a saber: Lourenço Filho, Léo Vaz e

(31) O capítulo seguinte é dedicado a análise da atuação deste grupo no interior do setor educacional, as reformas que empreenderam e sua contribuição para a fundação da universidade. Vale notar que a maior parte destes educadores participou ativamente da *Liga Nacionalista*.

Breno Ferraz do Amaral⁽³²⁾. Outros educadores, como Fernando de Azevedo e Sud Menucci foram redatores do jornal e colaboradores assíduos da revista. Há, ainda, o caso daqueles educadores, como Sampaio Dória, que escreveram com frequência para um e outro, mas sem vínculos empregatícios.

Estes mesmos educadores manterão uma relação íntima com a expansão editorial, da qual participam ativamente, não tanto enquanto autores publicados por Lobato⁽³³⁾, mas sim devido à colaboração para a conquista do que o próprio editor percebeu ser a área mais importante para a expansão dos seus negócios: o livro didático e infantil. Quanto a

(32) Alguns dos nomes citados não são normalmente ligados ao movimento, como Léo Vaz e Breno Ferraz do Amaral, cujas atividades profissionais tomaram outra direção. O fato é que naquele momento eram educadores ligados ao referido movimento, sendo sócios e líderes da Sociedade de Educação. Vaz foi um dos *Best-Sellers* de Lobato em 1920 com *Professor Jeremias*, um romance humorístico que vendeu algo em torno de 4.000 exemplares. Com este sucesso e assumindo postos de direção no jornal *O Estado de S. Paulo* Vaz pôde, para usar suas próprias palavras, "sacudir a canga do magistério primário". O relato que faz do início de suas atividades na imprensa fornece um bom quadro do mercado profissional no setor naquela época; ver Vaz;157:77 e seg.. Breno Ferraz do Amaral encontra-se entre os diplomados em Filosofia na primeira turma da USP.

(33) Aparentemente, no início de suas carreiras muitos dos educadores tinham os mesmos objetivos que Vaz, isto é, conseguir sacudir a "canga do magistério primário" e ingressar no mundo do jornalismo e das letras. Os primeiros livros que publicaram eram de ensaios, e não livros educacionais. Lourenço Filho publica *Joazeiro do Padre Cícero* em 1924, Fernando de Azevedo estréia com *No Tempo de Petrônio - Ensaios sobre a Antiguidade Latina*, enquanto o primeiro livro de Sud Menucci, lançado em 1918, chamava-se *Alma Contemporânea - Ensaios*. A auto-definição enquanto especialistas educacionais vai se forjando ao longo do tempo e não deve ser dissociada das oportunidades profissionais crescentes no setor. Estes pontos serão discutidos no próximo capítulo.

este último, as boas relações com aqueles que controlavam o ensino paulista no governo Washington Luís, valeu-lhe, em 1921, uma compra oficial de trinta mil exemplares de *A Menina do Narizinho Arrebitado*, seu primeiro livro infantil. Para uma idéia do vulto desta compra, basta dizer que, no ano anterior, *Urupês* havia sido o seu livro de maior vendagem atingindo a casa dos oito mil exemplares. A tiragem de *A Menina do Narizinho Arrebitado*, 50.500 exemplares, igualava o total de suas edições no ano anterior.⁽³⁴⁾ (Koshiyama;1982:83, Hallewell;1985:259 e Fiorentino;1982:69)

Quanto aos didáticos, Lobato declarava em carta de 1923: "Estamos rareando as edições literárias para intensificação das escolares. O bom negócio é o didático. Todos os editores começam com a literatura geral e por fim se fecham na didática: veja o Alves." (citado por Koshiyama; 1982:86) Os planos de Lobato no tocante a este campo, no entanto, foram adiados pela crise de sua empresa, obrigada a fechar suas portas em 1924, mas serão retomadas por sua sucessora, a *Companhia Editora Nacional*, fundada no ano seguinte. Em seu novo empreendimento, Lobato abandona a direção dos negócios a seu sócio, Octalles Marcondes, que concentra as atividades da editora nas áreas tidas como mais

(34) Como quase todos os membros da *Liga*, Lobato mantinha boas relações com Washington Luís e Alarico Silveira, seu secretário do Interior, pasta a que estava subordinada a educação. A ligação com o primeiro era antiga, sendo este o responsável direto por sua nomeação para o cargo de promotor em 1907 (Koshiyama;1982:53) e inspirador de sua fracassada tentativa de ingressar na política em Buquira, local onde possuía fazenda. (Cavalheiro;1955: 156)

rentáveis: literatura infantil e didáticos⁽³⁵⁾. Embora não se restrinja a este último setor, a intensa colaboração de Fernando de Azevedo com esta editora é fundamental para o processo de "substituição das importações" no campo dos didáticos. Este educador dirigiu para a *Editora Nacional* a Coleção Brasileira, de grande prestígio intelectual mas com tiragens não muito altas, e a Biblioteca Pedagógica Brasileira, que continha uma série voltada especificamente para os livros didáticos, todos eles escritos por autores nacionais, em geral por educadores ligados ao movimento Escola Nova de que Azevedo era um dos principais líderes.⁽³⁶⁾

Uma outra editora sediada em São Paulo, a *Melhoramentos*, desenvolveu as suas atividades ao longo dos anos vinte sobre estes dois eixos centrais - os didáticos e a literatura infantil - contando com a colaboração decisiva de um outro líder do movimento educacional, Lourenço Filho. Segundo Hallewell: "A partir de 1926, ele [Lourenço Filho] fazia sistematicamente a revisão de todos os livros infantis da casa, num esforço para ampliar a faixa etária de cada título pela simplificação do vocabulário e pela eliminação

(35) Para se ter uma idéia da importância dos didáticos, basta dizer que praticamente todo o capital investido na editora pôde ser recuperado em poucos meses com a venda de 20.000 gramáticas (Koshiyama;1982:93). Quanto aos infantis, o Autor mais publicado e responsável pelas maiores vendas da editora era o próprio Lobato. Ver Hallewell;1985;277 para os dados relativos a produção desta editora em 1933.

(36) Para um tratamento mais específico e aprofundado da expansão do mercado editorial da época consultar Miceli; 1979;Cap II e Pontes;1988

de quaisquer passagens que pudessem provocar "sentimento de medo ou de terror." (1985:259) Nesta mesma editora, Lourenço Filho dirigia A Biblioteca de Educação, responsável pelo lançamento de traduções de obras de Henri Piéron, Claparède, Henrique Geenen, Durkheim, Alfred Binet, Theodore Simon entre outros, além de autores nacionais como Sampaio Dória, Octávio Domingues e outros.

O mundo cultural paulista, cujo processo de expansão procuramos traçar acima, tem como um de seus centros vitais a empresa jornalística *O Estado de S. Paulo*, por cuja redação passavam educadores, editores e escritores. Para este grupo, *O Estado de S. Paulo* era um importante ponto de referência profissional e intelectual, local das rodas em que se discutiam os problemas e projetos culturais. Referindo-se a estas rodas, afirma Lourenço Filho: "Há uma investigação a fazer-se sobre a influência da redação desse jornal, especialmente entre 1917 e 1934, no movimento cultural de São Paulo. Júlio Mesquita, como depois Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira, animavam as idéias de progresso cultural. *O Estado* era, na verdade, um pequeno seminário de debates sobre a vida social, política, literária e científica. Aí se reuniam à tarde e à noite, como num clube de cultura, professores de escolas superiores, profissionais liberais, em geral colaboradores

do jornal e mesmo redatores de outros periódicos." (Depoimento a Antunha, in Antunha;1967:287)<37>

A reconstituição deste grupo fica incompleta se não nos referirmos aos laços de natureza doutrinária a uni-los, expressos pela pregação da *Liga Nacionalista*, que passaremos a analisar a seguir. Nesta análise, as variáveis já apontadas, o "fechamento" do PRP, a expansão do mundo cultural paulista e a "incômoda" presença dos imigrantes contribuirão para o entendimento da emergência e características deste movimento cívico e de seus desdobramentos. Daremos especial atenção aos textos programáticos que escrevem, *A Comunhão Paulista* e *A Crise Nacional* de autoria de Mesquita Filho e o manifesto da *Liga pelo Voto Secreto*. Ao invés de derivarmos destes textos um "projeto político", procuraremos demonstrar que podem ser melhor compreendidos como as respostas que partem deste grupo às transformações sociais e políticas a ameaçá-los e, ao mesmo tempo, à tentativa de expandir ainda mais as oportunidades profissionais na área cultural.

Veremos como a reforma educacional é definida como uma tarefa urgente e necessária para fazer frente aos desafios,

(37) Vê-se que a reconstituição do "grupo do *Estado*" que apresento é radicalmente diversa da de Irene Cardoso, seja quanto a sua natureza, objetivos e recrutamento. A relação com os educadores, ao meu juízo, é central para a compreensão quer de sua ideologia, quer da criação da universidade é descartada por Cardoso (ver pag 105) e por isto mesmo Fernando de Azevedo tem que ser considerado como uma espécie membro "anfíbio" do grupo (ver pag 43).

de ordem política e cívica, postos pelo momento. Ao longo do período analisado, a ênfase desloca-se da educação básica, tida por necessária e indispensável à formação da cidadania, para a Universidade. Este deslizamento trai não apenas o caráter elitista e frágil do liberalismo que pretendiam defender, como também as preocupações com a abertura de novas oportunidades profissionais para os homens de cultura.

A *Liga Nacionalista* foi fundada em São Paulo, em julho de 1917, um ano e meio após a *Liga de Defesa Nacional*, sediada no Rio, tendo sido Rui Barbosa seu primeiro presidente. O discurso pronunciado por Olavo Bilac, em 1915, na condição de paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Direito de São Paulo, como é fartamente sabido, deu origem aos dois movimentos. Enquanto sua congênere carioca desenvolveu-se sob o apoio e incentivo explícito do Exército, concentrando sua campanha na necessidade de implementar a lei do serviço militar obrigatório, a *Liga* paulista, sem descuidar dos aspectos patrióticos e militaristas, concentrou a sua pregação em três pontos; a necessidade de reformas políticas moralizadoras, como a adoção do voto secreto e obrigatório (Skidmore:1976:176 e Love;1982:323), a erradicação do analfabetismo (Antunha;1967:142 e Tanuri;1979:62) e a assimilação do imigrante (Love;1982:323 e Font;1985:400).

Em um dos poucos trabalhos existentes dedicados exclusivamente ao estudo da *Liga Nacionalista*, Silvia Levi Moreira relaciona a passagem por esta ao incremento das dificuldades de ingresso na carreira política. Afirma a Autora: "a *Liga Nacionalista* se constituía num 'estágio' quase obrigatório para aqueles indivíduos com pretensões a se projetarem na arena política."(1982:47) Esta interpretação é confirmada pelo relato de Paulo Nogueira Filho, para quem a *Liga* era o caminho natural a ser trilhado por aqueles que, como ele, haviam se decidido "a ingressar nas lides políticas". (Nogueira Filho;1958:63)

Levi Moreira, Edgar Carone(1978:164) e, em menor medida, o próprio Paulo Nogueira Filho, associam a *Liga* a oposição ao PRP e, por decorrência, tomam-na como embrião do Partido Democrático. Para Levi Moreira, para citar apenas um exemplo, a passagem pela *Liga* era um "estágio" necessário "principalmente para aqueles indivíduos que almejavam fazer uma carreira fora das fileiras do situacionismo perrepista." (1982:47) O problema desta afirmação está no fato de inexistir, à época, qualquer chance de carreira fora do situacionismo. O PRP era o único partido regularmente organizado e a *Liga* não se transformou, ou mesmo procurou se transformar, em partido. Tampouco as suas relações com o PRP foram exclusivamente de confronto. Embora seus líderes pregassem reformas políticas e, portanto, no mais das vezes, criticassem o PRP, isto não significa que acomodações e,

mesmo, colaborações estivessem afastadas. Membros do partido filiaram-se à *Liga*⁽³⁸⁾ e, para alguns, a *Liga* permitiu reunir as disputadas credenciais para o ingresso no PRP.⁽³⁹⁾

Matizada a idéia de um oposicionismo radical ao PRP, a caracterização da *Liga* oferecida por Skidmore aponta para a relação entre as suas bases de recrutamento e sua pregação. "A propaganda da Liga Nacionalista tinha forte acento moralista, refletindo a reação das classes profissionais urbanas - cujo bastião era a cidade de São Paulo - contra as atas falsas dos chefes políticos do interior. Era o nacionalismo classe-média." (1976:177) No entanto, se o fato da *Liga* recrutar seus membros nas "camadas urbanas educadas" - sobretudo entre alunos e professores da Faculdade de Direito - pode explicar as suas críticas implícitas e explícitas aos "coronéis" do PRP, é insuficiente para se entender o seu nacionalismo.

O ponto de contato entre a luta pela verdade eleitoral e a pregação nacionalista pode ser encontrada nas denúncias constantes de membros da *Liga* ao alistamento eleitoral de imigrantes e à aproximação do PRP com a colônia italiana (Font1985:400). Mas o "nacionalismo classe-média" não se

(38) Pertenciam tanto ao PRP como a *Liga*, entre outros, João Sampaio, Abelardo Vergueira César e Rui Paula Souza.

(39) Sampaio Dória, educador e um dos principais tribunos da *Liga*, assume a Diretoria-Geral da Instrução Pública, em 1920, para implementar uma peça central de seu programa, a erradicação do analfabetismo. Esta reforma seus objetivos e relações com a criação da universidade constituem-se em tema do próximo capítulo.

esgotava neste ponto. Love observa que brasileiros naturalizados não eram admitidos na *Liga*, enquanto Maurício Font enfatiza o caráter xenofobista de muitas de suas manifestações. Font vai além e afirma que a *Liga* surge justamente em um período de ascensão material dos imigrantes, o que explicaria não apenas o seu xenofobismo, como também o fato de seus membros se auto-intitularem a "elite intelectual do Estado" (40).

A preocupação com a assimilação do imigrante e o sucesso destes na vida econômica encontram expressão nos escritos dos educadores vinculados à *Liga*, verdadeiramente alarmados com a situação existente. Os educadores não se cansam de frisar que a proporção de crianças alfabetizadas era muito superior entre os filhos de imigrantes, origem última da vantagem que estes levariam sobre os nacionais na competição econômica. O problema era ainda maior devido ao fato desta educação ser ministrada em escolas controladas pelos próprios imigrantes que, em geral, alfabetizavam as crianças também na língua pátria de seus pais. Os Anuários de Ensino de 1917 e 1918, documentos oficiais organizados pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, membro e entusiasta da *Liga*, estão repletos de

(40) Font cita artigo de *O Estado de S. Paulo* de 28/09/1920 onde se encontra esta auto definição generosa.

dados neste sentido⁽⁴¹⁾. Sampaio Dória, um dos principais tribunos da *Liga* e professor da Escola Normal da Praça, defendendo a urgência de um programa estatal para erradicar o analfabetismo, sustenta que: "A alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela, o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca da fortuna esquiva. Do contrário, é o nacional que desaparecerá absorvido pela inteligência mais culta dos imigrantes. Não há fugir ao dilema: ou o Brasil manterá o cetro dos seus destinos, desenvolvendo a cultura de seus filhos, ou será dentro de algumas gerações, absorvido pelo estrangeiro, que para ela afluí"(1923:17)⁽⁴²⁾

Os dados disponíveis permitem afirmar a existência de uma aproximação entre a *Liga* e Washington Luís. Paulo Nogueira Filho registra em suas *Memórias* que considerou a hipótese de liderar um grupo de acadêmicos "para apoiar a ação de um homem que se revelava, a nosso entender, honesto e diligente administrador: o Dr. Washington Luís de Souza."(1958:65) O jornal o *Estado de S. Paulo*, em

(41) Thompson faz do programa da *Liga* o programa oficial do ensino paulista, recomendando que os professores se filiassem a ela e aplicassem alguns de seus princípios em sala de aula. Consultar os Anuários referidos acima e Tanuri;1977:62.

(42) Este texto contém o programa da Reforma de 1920, e foi publicado em 1918 no *Jornal do Comércio* e, posteriormente, no Anuário do Ensino do mesmo ano. Trata-se de uma carta aberta a Thompson que teria feito uma solicitação pública de colaborações e planos que lhe permitissem combater o analfabetismo. A repercussão obtida por esta resposta teria valido a Dória o convite para assumir a direção do ensino paulista. A Reforma de 1920 e o movimento dos educadores será discutido em maiores detalhes no capítulo seguinte.

editorial, saúda a indicação do novo presidente do Estado em termos similares.(Casalecchi;1987:151 e Duarte;1977:137)<43>
A maior indicação desta aproximação, sem dúvida, foi o convite a Sampaio Dória.<44>

Se eram muitas as esperanças depositadas em Washington Luís, que assumira o governo afirmando que não compactuaria com fraudes eleitorais, o tempo logo se encarregaria de frustrá-las. Dória, em conflito com os líderes políticos locais, cujos interesses sua reforma contraditara, é levado a demitir-se em maio de 1922. Em novembro ocorrem eleições, nas quais a *Liga* apoia algumas candidaturas extra-oficiais. O presidente do Estado não teria cumprido sua promessa, a fraude imperou retirando as chances de sucesso dos candidatos apoiados pela *Liga*. Em editorial de *O Estado de S. Paulo*, Amadeu Amaral, membro da *Liga* e um destes candidatos independentes derrotados, critica o Presidente do Estado, relembrando suas promessas ao tomar posse<45>.

(43) Monteiro Lobato, como já observamos, é outro nome a registrar passagem pela *Liga* e a manter boas relações com Washington Luís, responsável pela sua nomeação para o cargo de promotor em Areias em 1907. As ligações de Lobato com o futuro Presidente permaneceram estreitas e não deixaram, como vimos, de ser importantes para seus negócios. Notar ainda que o nome de Washington Luís encontra-se os prováveis membros do conselho Superior da Sociedade dos Autores a que fizemos referência páginas atrás.

(44) A reforma dirigida por este educador será objeto de análise mais detida no capítulo seguinte. Ela marca não apenas a ascensão dos "educadores profissionais" na hierarquia educacional paulista, como também é a expressão mais acabada de seu "programa".

(45) Segundo Paulo Duarte (1977:143) que se baseia no artigo de Amadeu Amaral, estas palavras teriam sido: "Não tolerarei a fraude nem com ela farei transações."

Tendo por pano de fundo estes fatos, o texto de Júlio de Mesquita Filho, A Comunhão Paulista, publicado originalmente em o *Estado de S. Paulo* (21 e 22/11/1922) e reproduzido na *Revista do Brasil* (n.84, dez de 1922) pode ser melhor compreendido. Em última análise, trata-se de uma reflexão motivada pela desilusão de membros da *Liga* com os rumos que tomara Washington Luís e a política paulista.<48>

Invertendo os termos do problema, Mesquita Filho procura justificar o desinteresse do paulista ilustrado pela "política militante". A justificativa encontra-se na completa falta de ideais a marcar a prática política no Estado, desconhecendora da "missão fundamental dos bandeirantes para com a construção e grandeza da nacionalidade". Os "políticos militantes" não partilhariam destes ideais; "é que os norteia um único desejo: mandar a todo transe, custe o que custar." (1922:376)

(46) O período de governo de Washington Luís conhece uma série de desdobramentos no conflito entre imigrantes e nacionais, o principal deles envolvendo Antônio Prado e o consulado italiano. O conflito leva à fundação da *Liga Defensiva Nacional* por parte de nacionais mais exaltados. A ela reagem os imigrantes, em 1923, quando um deputado do PRP de origem italiana, Antonio Corvello, cria a *Associação Brasileira dos Descendentes de Italianos*, defendendo a idéia que estes deviam manter a dupla nacionalidade. Menotti del Picchia, filho de imigrantes italianos e membro do PRP, defenderá a adoção da nacionalidade brasileira. Font descreve a aproximação de Washigton Luís com as lideranças da colônia italiana, sendo homenageado em banquetes organizados por Matarazzo. Vale recordar que o PRP, durante este período governamental, fecha-se ainda mais.

Além de justificar o seu afastamento da "política militante", leia-se PRP, Júlio de Mesquita Filho vai adiante e mostra-se totalmente descrente das chances de uma regeneração deste partido: "Eis a política militante de São Paulo./ Encarada em si mesma, o seu aspecto é para infundir profundo pessimismo para quem nela deposita esperanças, de que não participamos."(1922:376). Não havendo mais o que de bom esperar do PRP, Mesquita Filho afirma que o afastamento deste era o caminho mais adequado para os paulistas fiéis à missão histórica de seu Estado.

Este afastamento assume um ar grandioso, pois seria uma lei das Ciências Sociais o fato de "os povos, quanto mais afastados estão da política militante, mais próximos estão das grandes realizações. Esse axioma ainda, da ciência social, parece encontrar em São Paulo um poderoso argumento a seu favor. Somos fortes, somos ainda dignos do passado das bandeiras, justamente porque às enganosas vitórias da política militante, sabemos ainda preferir as rudes vitórias que pontilham a história da nossa evolução. (...) Desprezando o círculo acanhado em que se debatem as correntes políticas da atualidade, mostra o paulista que é, ainda hoje, o que era nos primórdios da nacionalidade; um lutador vitorioso" (1922:376)<47>

(47) A referência a leis das Ciências Sociais não é casual. A esta época Mesquita está entrando em contacto com a sociologia francesa, introduzida em São Paulo por George Dumas, de quem falaremos adiante. Ver cap.2.

Como se vê, o artigo de Mesquita Filho está fortemente marcado por seu desencanto com o PRP, desencanto este que não é fruto pura e tão somente de sua reflexão. A compreensão de seu artigo passa pela referência ao seu legado político e às transformações internas por que passava o partido a dominar a política paulista. O texto se dirige aos que, como muitos membros da *Liga Nacionalista*, depositaram suas esperanças em Washington Luis e as tiveram frustradas pelo seu comportamento posterior. A proposta de Mesquita Filho, ante este cenário, é de que os membros da "elite cultural" devem se afastar, conscientemente, da "política militante", pois esta, moral e eticamente, não estava à sua altura. Não deve deixar de ser notado que esta "opção" é tomada depois que a "política militante" fechara as suas portas aos membros da "elite cultural", isto é, nada tem de livre e racional como pretende fazer parecer Mesquita Filho.

O fato de Mesquita Filho pregar "grandes realizações" a serem levadas adiante pelos que reverenciam o passado bandeirante e "desprezam o círculo acanhado em que se debatem as correntes políticas da atualidade" não pode ser dissociado da crescente importância, diversificação e

autonomia do mundo cultural paulista daquele período.(48) Uma proposta deste tipo seria impensável para seu pai nos primeiros anos em que comandou *O Estado de S. Paulo*. Não se trata aqui de procurar uma medida para se saber o quanto a empresa era efetivamente autônoma ou não de benefícios oficiais diretos ou indiretos. O que nos importa frisar é a própria possibilidade de um jornalista propor o alheamento da vida político partidária. A força econômica da empresa permite se pensar em um mundo cultural cada vez mais autonomizado da política e regido pelas suas próprias leis.

A relação de *O Estado de S. Paulo* com a política dominante no Estado merece alguns comentários extras para evitar mal entendidos. O que se está a frisar é a posição dos que dirigiam o jornal no interior da hierarquia interna do PRP e, por decorrência, de seu acesso a cargos públicos. Neste sentido é que se verifica a marginalização política referida acima. Para que o argumento se sustente não é necessário que a influência política do grupo seja tomada como nula. Antes o contrário. A hipótese já adiantada é de que esta influência depende cada vez menos da política partidária e de suas lutas internas e passa a depender cada vez mais do controle sobre o principal órgão de informação

(48) Ainda quanto ao texto de Mesquita Filho, não se pode deixar de notar o aspecto algo messiânico da missão que, acreditava, o futuro reservava a si e a seus pares, visão esta alimentada pela referência ao papel dos bandeirantes na construção da nação. Notar esta concepção contribui para a compreensão de seu envolvimento posterior com a causa revolucionária dos paulistas em 32 a ser analisada no capítulo três.

do período, à testa da expansão do setor e responsável por suas mais importantes inovações técnicas e mercadológicas. Se esta posição conferia ao grupo um "cacife" político não desprezível, é preciso, no entanto, não exagerá-lo, já que o eleitorado urbano e educado, aquele mais atingido pelos órgãos de imprensa, tinham pouco peso efetivo durante a Primeira República, não apenas devido a sua participação minoritária no total de eleitores, como também em função da prática institucionalizada da fraude⁽⁴⁸⁾.

Por certo, Mesquita Filho, diretor de *O Estado de S. Paulo*, não é um cidadão qualquer e detinha em suas mãos parcela considerável de poder e influência. Por outro lado, é certo também que este "trunfo" acabava por desestimular um "investimento" em uma carreira política cada vez mais custosa e difícil, controlada com mãos de ferro pelos chefes partidários. Frente aos "trunfos" que possuía, parece impensável que Mesquita Filho viesse a se submeter a estas condições para fazer uma carreira político-partidária - uma carreira, diga-se, cada vez mais profissionalizada.

Em realidade, a posição de marginalização da política partidária em que Mesquita se encontrava era comum a todo um grupo a militar na *Liga Nacionalista*. A visão da política *peerrepista*, baixa e destituída de qualquer ideal, contida

(49) Como veremos, em texto de 1925, Mesquita Filho refletirá sobre o pequeno poder da "opinião pública" em um sistema político onde imperava o "voto de cabresto".

em seu texto, também era partilhada por este grupo, que vendo-se como a "elite cultural" paulista votava profundo desprezo aos que queriam mandar a todo transe, guiados apenas pelo gosto pelo poder.

Ainda que se propusessem a voltar as costas para a pequenez da política e concentrar os seus esforços em atividades à altura dos seus antepassados, por vezes, aqueles que se reuniam naquele verdadeiro "clube de cultura" ouviam o distante canto das sereias e consideravam que era chegada a hora de voltar à "política militante". Tal se deu com a Revolução de 1924. Como alguns de seus componentes manifestaram publicamente sua solidariedade para com os militares e o posicionamento geral da *Liga* frente aos eventos foi, no mínimo, dúbio, esta acabou por ser declarada ilegal e fechada por decreto presidencial em 7 de agosto de 1924. As sanções estenderam-se ao jornal *O Estado de S. Paulo*, cuja publicação foi suspensa por alguns dias em função de seus contatos com os revoltosos. (Correa;1976:157 e Moreira; 1982:120)<50>

Seja qual for a natureza exata destes contatos e possíveis colaborações, o certo é que os membros desta "elite intelectual" não abandonam o seu ideário e não deixam de refletir sobre as condições políticas do país e, mais

(50) Portanto, em 1924, como na revolta monarquista de 1902, a ausência de perspectivas de chegar ao poder por via eleitoral, levou os "liberais doutrinários" à participação, como força auxiliar, em um levante armado.

especificamente, sobre a situação de marginalização política a que se viam confinados. A 9 de agosto de 1924, sob a liderança de Monteiro Lobato, os ex-membros da *Liga Nacionalista* publicam uma carta aberta ao Presidente da República, Artur Bernardes, em nome da *Liga pelo Voto Secreto*. O documento traz 24 assinaturas, pontificadas por ex-membros da *Liga Nacionalista*, educadores e jornalistas ligados a *O Estado de S. Paulo*, entre os quais destacam-se os nomes de Monteiro Lobato (encabeçando a lista), F. Vergueiro Steidel (ex-presidente da *Liga Nacionalista*), Sampaio Dória, Fernando de Azevedo, Renato Jardim, Plínio Barreto, Mário Pinto Serva, O. Pires de Camargo, Breno Ferraz do Amaral, Prudente de Moraes Netto e Paulo Nogueira Filho.

O documento defende a adoção do voto secreto como a única maneira de evitar que o país caminhe para a ruína, ruína similar a que convulsionou a Rússia. Na avaliação de seus signatários, "o estado de espírito do povo brasileiro é de franca revolta", que se expressa na "simpatia do povo" às revoluções militares. A raiz destes males, afirma o documento, está no "completo divórcio entre a política e a opinião", divórcio expresso no "horror que a elite da nação, a sua melhor parte, a parte rica, a parte culta, a parte cérebro, a parte nobre por excelência, demonstra" em sua relação com a política e os políticos.

Aqui, como no texto de Mesquita Filho, o que se procura explicar é o afastamento da elite intelectual da "política militante". A razão para a distância entre a prática política e as elites é creditada ao "nosso regime eleitoral de censo baixo". A explicação oferecida pelo texto sobre este ponto é primorosa. "Pergunta-se: mas por que a elite não concorre às urnas? A resposta é rápida: porque considera absoluta inutilidade ela, minoria consciente, lutar contra a massa bruta inconsciente, que é maioria. No corpo humano também, se o cérebro, na balança quisesse apostar em peso com o músculo, claro que seria vencido. O raciocínio geral é este: se meu voto, estudado, ponderado, calculado, livre, tem de ser anulado pelo voto do meu criado, que é um imbecil, sem discernimento nem cultura, prefiro ficar em casa. E não há outro raciocínio no caso. Desse modo temos automaticamente afastado das urnas justamente os homens possuidores de capacidade natural de voto."

O tom geral do texto é o de uma lamúria indignada, causada pelo reconhecimento de que a "superioridade espiritual" de que são - ou julgam-se - portadores os seus signatários é de pouca valia na competição política tal qual esta estava estruturada. "Como consequência imediata deste absurdo (vota a 'massa bruta' e a 'elite' afasta-se da política), temos que a política, a nobre arte de governar, se transforma em monopólio dos políticos, isto é, dos que fazem da política profissão e meio de vida. Como a massa

bruta, que elege e não tem discernimento para eleger, o político no mau sentido, apossa-se dela e fá-la um passivo instrumento referendatário da sua permanência no poder. E surge o mal tremendo do censo altíssimo; controle de tudo por parte de um grupo, cuja mira fica sendo um só - não cair. Fecha-se, destarte, a carreira política a todas as vocações, a todas as forças novas. Não há mais ventilação possível. Não há mais renovação possível. Há apenas uma classe que se cristaliza em casta. A admissão na política não procede mais da eleição e sim de escolha dos que estão de posse da máquina. O homem de maior capacidade que suria não consegue fazer-se eleger pela força de suas idéias e só penetrará na política se de cima lhe derem licença. Assim é e assim será enquanto durar a funesta inversão de valores, que transfere a faculdade de eleger para o músculo e a retira do cérebro." (in Casalecchi; 1987:281 - grifos meus) (51)

A situação de impotência a que estavam relegados os aspirantes à carreira política não bafejados pelo situacionismo não poderia ter uma expressão mais completa. O voto secreto é a bandeira levantada pelo grupo, pois, acreditam, por seu intermédio seria possível inverter o quadro descrito, abrindo a carreira política a homens de

(51) Ideologicamente o texto deve ser lido como mais uma manifestação típica do "liberalismo doutrinário" de que fala Wanderley Guilherme dos Santos, assim como das inconseqüências e contradições internas que lhe são características. Ver Santos;1978:95 e seg.

"capacidade". Na opinião dos signatários do documento, em função do afastamento das elites da política, o país se aproximava da ruína. Como no texto de Mesquita Filho, a questão é apresentada de forma invertida, isto é, perguntam-se por que as elites optaram por se afastar da política, quando, como o fato de terem escrito este texto mostra, esta opção não foi tomada, mas sim, imposta.

Por esta época, esta auto-definida "elite" não procura se distinguir e nem critica apenas os políticos profissionais. Além destes, há preocupação em demarcar seu espaço próprio frente aos grupos imigrantes ascendentes socialmente. Em 1925, Reynaldo Porchat, professor da Faculdade de Direito e ex-membro da *Liga Nacionalista*, após renunciar à sua cadeira no senado estadual, criticando o processo de decomposição moral a corroer o PRP, organiza a *Associação Paulista de Defesa Social*. No discurso que pronuncia na inauguração do Centro de Debates desta associação, Porchat critica os imigrantes que pretendem ingressar nos círculos aristocráticos e culturais com seu dinheiro (Font;1985:447). Porchat afirma que "é um dever imperioso, portanto, cuidar da formação da elite, que fatalmente há de ser sempre a orientadora das questões

sociais e políticas." (citado por Casalecchi;1987:173)⁽⁵²⁾ A "elite cultural", portanto, encontra-se empenhada em uma dupla cruzada, procurando se distinguir ao mesmo tempo dos "políticos profissionais" e dos "imigrantes materialistas", buscando erigir uma escala de valores que lhe seja própria, em que o poder e o dinheiro sejam termos acessórios e subordinados.

O primeiro texto de autoria de Mesquita Filho a defender a criação da universidade - *A Crise Nacional*, publicado originalmente na edição de 15 de novembro de 1925 de o *Estado de S. Paulo*, com o sugestivo sub-título "reflexões a partir de uma data" - deve ser lido como uma versão atualizada dos diagnósticos que analisamos anteriormente. O objetivo expresso do texto é discutir o "problema da adaptação definitiva da democracia ao Brasil".

Em sua opinião, a crise política vivida pelo país teve origem no momento da proclamação da República, quando teria se iniciado um processo de decadência política. A expressão desta decadência manifesta-se "na brusca deserção dos elementos intelectuais, da vida pública nacional."(1925:4) Encontrar a explicação para esta deserção que tanto alterou

(52) Porchat veio a ser o primeiro reitor da USP. Data de 1925 a fundação do Liceu Franco-Brasileiro primeira colaboração concreta de Dumas com o ensino paulista e que contou com a participação de Porchat. As linhas gerais da defesa desta iniciativa por *O Estado de S. Paulo* acompanham as formulações de Porchat. Sobre o Liceu e sua relação com a USP, ver o capítulo seguinte.

a face política do país, portanto, é explicar este processo de decadência. Dito de outra forma, a crise do país se deve ao divórcio entre a sua elite e a classe política. Nestes termos, elites aptas a dirigir os negócios públicos existem, apenas encontram-se afastadas em função das deformações do regime político. A questão reside em encontrar os meios para que ela retorne à vida política.

A explicação para esta deserção das camadas intelectuais da política fundamenta-se na comparação das condições sociais vigentes no Império e na República. No império, as "elites intelectuais" encontravam as condições ideais para participar da vida política, pois esta repousava sobre a presença de uma "massa homogênea de cidadãos livres" (1925:7)⁽⁵³⁾ Com a proclamação da República, que coincide com a perda desta homogeneidade, em função da abolição da escravatura e da imigração⁽⁵⁴⁾, ocorre o retraimento da "opinião pública" e sua substituição, na direção dos

(53) Como a escravidão mantinha "à distância a fração semi-bárbara da população, tornou-se possível a formação de uma opinião pública esclarecida" (1925:7). Outro arrimo do bom andamento dos negócios públicos era o exercício do poder moderador pelo "espírito liberal e culto" de D. Pedro II, neutralizando a "tendência autocrática do brasileiro".

(54) Com a abolição, "entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais" (1925:9). O imigrante, por seu lado, conspirava contra a opinião pública, pois "penetrava em nosso meio no propósito inabalável de fazer fortuna, sem preocupação alguma de ordem cívica" (1925:21 - grifos meus) A longo prazo, vale notar, a contribuição do imigrante é julgada benéfica, pois com sua "integração na nacionalidade, a sua presença em determinadas regiões ia afastando a toxina africana" (1925:.23)

negócios de Estado, pela "oligarquia". "A autoridade da opinião pública, em crise letárgica resultante do traumatismo sofrido, via-se, assim, substituída pela autoridade das famílias de mais prestígio nas diferentes regiões da República. (...) Era o advento da oligarquia, única forma de governo compatível com o estado geral da nação" (1925:15 e 16)

A recuperação da "homogeneidade do corpo eleitoral", a variável a explicar a aproximação ou afastamento da elite da política, é um processo já em curso em São Paulo, dada a transformação de sua estrutura agrária, onde a pequena propriedade vai tomando o lugar do latifúndio⁽⁵⁵⁾. Resulta daí, a formação de uma massa com independência política, isto é, "libertada da proteção governamental e do senhor do latifúndio". No entanto, apesar de "remodelada a feição social do Estado", os oligarcas, "encastelados no poder", resistem aos novos tempos, estabelecendo-se assim, um

(55) Em seu discurso de posse na presidência do Estado, Washington Luís também enfatizara a existência de um processo de transformação da estrutura fundiária do estado com o crescimento da pequena propriedade. Ver Font;1985:340. Esta referência é um tema constante em escritores paulistas interessados em acentuar a excepcionalidade do Estado na Nação.

"insanável conflito" entre o "político profissional" e a "vontade popular".(56)

A tendência ao crescimento da pequena propriedade é vista com bons olhos, não só por diminuir o poder da oligarquia, mas também por fornecer o elemento de equilíbrio ao sistema político frente a ameaça do proletariado.(57) Some-se a esta transformação social a adoção do voto secreto e teríamos que "as elites intelectuais, refugiadas desde o advento das oligarquias nas carreiras liberais, nas letras, na indústria e na agricultura, voltariam à tona, atraídas pela pacificação da atmosfera política".(1925:62)

O diagnóstico e o projeto de reforma política, como se vê, estão muito próximos do que consta no manifesto de 1924, ainda que Mesquita Filho o construa sobre uma argumentação mais completa e complexa, apelando para possíveis transformações sociais tendentes à "homogeneização do corpo social". A questão básica, como já notamos, continua a ser o que se acreditava ser uma completa aberração do sistema político brasileiro; negar às elites culturais a direção dos

(56) Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal estariam passando pelo mesmo processo de "progresso econômico" e de "transformação do espírito público local", enquanto os outros Estados da União pouco, ou quase nada sofreram na sua fisionomia social primitiva"(1925:37), de onde a recomendação para que se lhes negasse a participação na federação até que atingissem o "grau de maturação indispensável" para a prática da democracia.

(57) O que, pretende, ocorreria na França e nos Estados Unidos, onde "o pequeno proprietário agrícola atua como pêndulo regulador do mecanismo político-social"(1925:61)

negócios públicos. A reforma política preconizada continua a ser a mesma: a adoção do voto secreto. O argumento sociológico, digamos assim, que adiciona, casa-se bem ao cerne do argumento pré-existente. (58)

A última parte do texto de Mesquita Filho se volta para a análise de outro ponto privilegiado pelos egressos da *Liga Nacionalista*, a necessidade de combinar as reformas políticas com a reforma educacional, única forma de tornar as primeiras efetivas e consequentes. A originalidade de *A Crise Nacional* quando comparada aos escritos anteriormente analisados está em definir a universidade como o centro e, enquanto tal, como o primeiro e decisivo passo da reforma educacional advogada. (59)

A Universidade é definida como o "organismo concatenador da mentalidade nacional", uma vez que nela se formam "essas admiráveis legiões de estudiosos

(58) Segundo uma série de depoimentos, Mesquita Filho seria um admirador de Durkheim, de onde a sua tendência a fazer incursões pela sociologia. Os contatos com intelectuais franceses ligados a tradição Durkheineana serão tratadas no capítulo seguinte.

(59) Em verdade, Mesquita Filho subordina a reforma política à educacional. A adoção do voto secreto é vista como uma medida de emergência, destinada a acalmar os espíritos e "renovar o sangue impuro que asfixia o parlamento nacional e assim provoca a monstruosa hipertrofia do executivo". A esta reforma devem se somar outras, mais lentas e de muito maior importância, e sem as quais "seriam efêmeros os seus resultados práticos". Esta tarefa maior é a criação das universidades, pois, de outro modo, "não lograremos, tão cedo, alçar-nos àquele grau de educação geral, sem o qual cedo ou tarde nos advirão consequências idênticas às que o obscurantismo retrogrado dos conservadores russos expôs a grande nação eslava" (1925:73).

desinteressados, que do ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação."(1925:76) Não se pense que com isto se pretenda que, tão somente, venham os cientistas a fornecer as diretrizes para a ação dos homens públicos. O que se projeta é mais que isto. É a emancipação nacional que está em jogo, entendida como o encontro da nação com o seu destino, com a definição dos ideais que deve perseguir. Caberia a estes "intelectuais desinteressados" trabalhar para "dotar o povo de um mínimo de princípios gerais em harmonia com o nosso passado histórico e com as tendências naturais da nacionalidade, isto é, procurando, num esforço continuado e sincrônico a fórmula intelectual que mais se aproxime de uma ideal unidade de doutrina, sob cuja orientação evolva livremente a coletividade brasileira" (1925:86)

Além desta missão tão elevada, Mesquita Filho acredita que caberia às universidades uma função aparentemente mais prosaica, mas mais fundamental, qual seja, a de formar os professores secundaristas, tornando possível a estruturação deste nível de ensino. Afirma o Autor: "o papel fundamental nessa obra de regeneração caberia, evidentemente, aos institutos de ensino secundário que (...) criassem esta mentalidade média nacional e se constituíssem em reserva permanente de elemento para a constituição das elites

intelectuais, a cuja maior ou menor perfeição devem hoje a sua maior ou menor eficiência na luta pela existência"(1925:87) A universidade caberia formar as "mentalidades" à altura de "desempenhar tão delicada missão". O autodidatismo vigente, professores secundários mal formados e improvisados teriam demonstrado seus limites e efeitos nefastos, levando o país à beira do abismo.<80>

A reforma educacional advogada como necessária e urgente desde os tempos da *Liga Nacionalista* vai assumindo novos traços. A tarefa inicial nesta obra urgente passa a ser a criação da universidade, cujos fins também são enunciados: formar "elites desinteressadas" e professores secundários. Que a Universidade tenha ocupado, desbancando o apelo anterior em favor da formação da cidadania, pode ser

(80) Wilson Martins (1978:359), em que pese o tratamento altamente elogioso que dispensa ao texto de Mesquita Filho, não indica qual a repercussão do texto quando de sua publicação. Na literatura da época, a única referência encontrada está em Joazeiro do Padre Cícero, obra de autoria de Lourenço Filho, cuja primeira edição é de 1926.

tomado como uma prova adicional do "elitismo" presente nas reflexões dos ex-membros da *Liga Nacionalista*⁽⁶¹⁾.

Apontar as contradições, insuficiências e os fortes traços elitistas das reflexões deste grupo, revelados pela análise precedente, poderiam explicar um possível "deslizamento" da preocupação educacional da alfabetização para a universidade. No entanto, a prática educacional do grupo, desde seus primórdios na Reforma Sampaio Dória de 1920, mostra-se bem menos atenta à extensão da educação básica que o seu discurso deixa entrever. As medidas tomadas apontam antes para a preocupação com a ampliação do Ensino Superior através da criação de uma Faculdade de Educação e Filosofia ou algo similar.

O capítulo seguinte procurará, justamente, retomar a campanha em favor da criação da universidade a partir da luta pela liderança do aparelho de ensino paulista e a direção a ser imprimida a sua expansão. O grupo de

(61) Retornando do Ceará, onde dirigira uma "Reforma do Ensino", Lourenço Filho escreve Joazeiro do Padre Cícero. Segundo o Autor, "o rápido erguimento social dos sertões" dependia, basicamente, da educação. Engana-se, no entanto, quem pensar que educação aqui refira-se ao ensino primário e à alfabetização, pois, como esclarece o reformador: "Dadas as nossas fracas tradições de cultura, o problema não pode ter uma solução simplista como essa.(...) A questão da quantidade e da qualidade de ensino num país de população rarefeita como o nosso, é muito mais séria do que a primeira vista possa parecer. (...) A ilusão da necessidade e urgência de alfabetização, está na falsa analogia entre o grande organismo do país, tomado como unidade, e o indivíduo. (...) O problema cultural brasileiro se resume neste momento, mais que tudo, numa formação de elites."(1930:200)

educadores com vínculos com a *Liga Nacionalista* e com o jornal *O Estado de S. Paulo*, envolvido diretamente com a campanha e a construção da universidade, será privilegiado pela análise, já que por seu intermédio é possível resgatar mais plenamente o sentido e as bases sociais da iniciativa.

De outro lado, a partir do movimento que empreenderam é possível resgatar a colaboração decisiva de George Dumas e outros intelectuais franceses para a definição de seu objeto de luta. Quanto a este último ponto, encontramos valiosas sugestões no próprio jornal *O Estado de S. Paulo* quando noticia a morte de George Dumas. "A própria idéia da criação da universidade em São Paulo e o espírito que presidiu a sua organização, constitui, na quase totalidade, obra de George Dumas. Foram os seus artigos publicados nesta folha e as inesquecíveis palestras mantidas por ele nesta redação, que inspiraram os que, há dez anos atrás, apoiados por Armando de Salles Oliveira organizaram a nossa universidade. O Lyceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur, foi um dos empreendimentos levados a cabo por George Dumas, na esperança que dele adviesse para o nosso país os benefícios da cultura geral francesa."(19/0246)

Consideremos a história da fundação da Universidade de São Paulo a partir deste novo ângulo e procuremos entender o significado que a Universidade tinha para o principal grupo a defendê-la e mobilizar-se por sua criação.

Anexo ao Capítulo IRelação dos membros da Liga Nacionalista

Abelardo Vergueiro Cesar	José Ferreira da Silva
Adelardo Caiuby	José Garcia Braga
Adolfo Schimidt Sarmiento	José J. Cardoso de Mello Neto
Affonso Paes de Barros	José Maria Lisboa Junior
Amadeu Amaral	José M. de Aguiar Whitaker
Amado Sarti Prado	Julio Cesar F. de Mesquita
Américo Brasiliense A. Moura	Júlio Joaquim Gonçalves Maia
Antônio J. da Fonseca -Cap.	Julio de Mesquita Filho
Antônio Pereira Lima	Luiz Barbedo -Gal.
Antônio Prado Jr.	Luiz B. da Gama Cerqueira
Antônio de Sampaio Dória	Luiz Pereira Barreto
Archimedes Pereira Guimarães	Luiz Wanderley
Armando de Salles Oliveira	Manfredo Leite
Arnaldo Vieira de Carvalho	Manuel E. Pereira Queiroz
Arnaldo V. de Carvalho Fº.	Marcello T. da Silva Telles
Ayres Neto	Mário Sérgio Cardim
Bento Pires de Campos	Mário Pinto Serva
Carlos Bellegarde	Moacyr de Toledo Piza
Clovis Ribeiro	Nestor Rangel Pestana
David Ribeiro	Nicolau Schmidt
Egberto Penido	Octávio Ferraz Sampaio
Emilio Ribas	Ovídio Pires de Campos
Ernesto de Souza Campos	Oscar Thompson
Eurico Sodré	Oswaldo Portugal
Firmino Whitaker	Paulo Nogueira Filho
Fonseca Telles	Pedro Batista de Andrade
Francisco Alves dos Stos. Fº.	Pedro Dias de Campos -Cel.
Francisco Macambira	Plínio Barreto
Francisco Machado de Campos	Prudente de Moraes Neto
Francisco Ant. de A. Morato	Raul Machado
Francisco Malta Cardoso	Renato de Andrade Maia
Francisco Mesquita	Reynaldo Porchat
Francisco Paula de R. Azevedo	Roberto Moreira
F. T. de Souza Reis	Rodolfo Santiago
Frederico Vergueiro Steidel	Rui Paula Souza
Gabriel da Veiga	Silvio de Andrade Maia
Gastão Mesquita Filho	Silvio Soares
Genserico de Vasconcelos -Te.	Spencer Vampré
Geraldo H. de Paula Souza	Theodoreto de Carvalho
Henrique Bayma	Thomaz Lessa
Henrique Neves Lefevre	Vicente Augusto de Carvalho
Horácio Berlinck	Vital Brasil
Jacob T. Itapura de Miranda	Waldemar Ferreira Martins
João Sampaio	Waldomiro de A. Vergueiro
Joaquim A. de Sampaio Vidal	Washington de Oliveira
João P. da Gama Cerqueira	
José Bento Monteiro Lobato	
Jorge Street	
José Alves Cerqueira Netto	
José Carlos de Macedo Soares	

Fonte: Moreira: 1982:52,53

Capítulo II

OS EDUCADORES PROFISSIONAIS E O ENSINO PAULISTA

O objetivo central deste capítulo é o de reconstituir o percurso e preocupações centrais dos educadores paulistas identificados com o movimento de renovação educacional normalmente chamado "Escola Nova"⁽¹⁾. É nossa intenção entender o surgimento deste grupo e de suas propostas reformistas no interior do sistema educacional existente e em sua relação com as disputas pelo seu controle e expansão.

Procuraremos mostrar quais as principais linhas de continuidade deste movimento, cujos principais traços encontram-se expressos na Reforma de 1920, comandada por Antônio Sampaio Dória. As propostas reformistas do grupo giram, basicamente, em torno de dois eixos, quais sejam, subjugar os critérios de natureza político-partidária a preceitos técnicos - daí por que, com o passar do tempo, passem a ser chamados de "educadores profissionais" - e pela

(1) A impossibilidade de definir com clareza os objetivos deste movimento é enfatizada tanto por Autores que procuram defini-lo a partir dos princípios pedagógicos que professava (Nagle;1978:265), como pelos que o apreendem a partir das políticas que defendia para o setor (Romanelli;1988:143). Em realidade, como ressalta Schwartzman, após frisar a as diferenças entre seus seus adeptos, o movimento definiu-se "ao redor de alguns grandes temas e de alguns nomes mais destacados."(1984:52) De onde a coerência e um programa claro não podem ser esperados do movimento considerado como um todo. Procurarei apontar traços que marcam o movimento destes educadores em São Paulo.

maior atenção à expansão do topo do sistema de ensino, isto é, pela luta constante em prol da criação de um instituto de ensino de nível superior voltado para a formação de novos profissionais para o setor.

Destas características, dado o escopo deste trabalho, esta última merecerá maiores atenções. Procuraremos mostrar como através da luta destes educadores é possível traçar uma linha de continuidade que parte da Faculdade de Educação projetada por Dória em 1920, passa pelo Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários de 1931 (Reforma Lourenço Filho) e pelo Instituto de Educação de 1933 (Reforma Fernando de Azevedo), para atingir seu ponto mais alto na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934. Mostraremos que, seja em suas origens - na campanha pela defesa da criação de uma universidade em São Paulo, campanha desencadeada em meados dos anos vinte - seja no momento de construí-la em 1934, a Universidade de São Paulo é impensável sem o concurso destes educadores e da lógica subjacente a seu movimento.

Por certo sem os contatos que mantinham com *O Estado de S. Paulo* e com o mundo cultural paulista, contatos estes apontados no capítulo precedente, tal campanha não teria o mesmo ímpeto e força. Mas há novos contatos a serem apontados, tão ou mais fundamentais que os anteriores. Trata-se da inspiração francesa que inspirou a campanha e

veio a presidir os princípios da iniciativa educacional. George Dumas colaborou na elaboração dos planos da Faculdade de Educação, chamada na proposta inicial Faculdade de Filosofia, Letras e Educação, e, por intermédio do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, será responsável pela visita de vários intelectuais franceses a São Paulo no período em questão. Estes intelectuais defenderão a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como uma tarefa indispensável e imprescindível para o futuro do país. Fornecerão não apenas o modelo e a concepção da universidade criada, como também conferem maior legitimidade e força às reivindicações dos educadores.

Frisado o comprometimento dos "renovadores educacionais" paulistas com a ampliação do Ensino Superior, pelo que se batem desde 1920, é preciso notar que tal atenção não é acompanhada por medidas concretas no sentido de ampliar o ensino básico. Ou seja, o elitismo notado no discurso político dos ex-membros da *Liga Nacionalista* se traduz em políticas educacionais pautadas pelo mesmo elitismo. Toda ênfase e preocupação concentra-se na qualidade da formação dos professores, daí porque estes tenham que ser objeto de um treinamento profissional cada vez mais apurado e requintado. Resulta desta preocupação excessiva, defesa da necessidade premente de uma faculdade especialmente destinada para este fim, cujas Cátedras, não por acaso, serão ocupadas por aqueles que advogaram a sua criação. A

reprodução dos especialistas do setor, dado o sucesso do grupo, viria a se dar sob o crivo de seus mais autorizados líderes.

Ao conferirem prioridade ao aprimoramento da qualidade dos professores, as políticas implementadas por estes educadores ou, na melhor das hipóteses, não são acompanhadas por medidas consequentes que visem a expansão do ensino básico e, por decorrência, aproveitamento destes mesmos professores, ou, na pior alterantiva, são responsáveis por bloqueios à expansão da base do sistema. Em que pese o fato de armarem o seu discurso a partir de uma preocupação com a incorporação de novos setores sociais à cidadania, as suas atenções estão voltadas para os controles e recursos que disporiam na estruturação do ensino médio.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Para um melhor entendimento da atuação daqueles que vieram a ser conhecidos como os "educadores profissionais" será útil retomar, ainda que de forma sumária, a evolução do ensino paulista durante a República Velha, isto porque o contexto institucional sobre o qual se moviam os "educadores profissionais" permite uma melhor compreensão do movimento renovador e, por conseguinte, das origens da universidade.

Começamos por deixar firmado que o Ensino Secundário e Superior receberam pouca atenção do poder público ao longo de todo o período. Até 1930, São Paulo contava apenas com três ginásios públicos, um na capital, fundado em 1892, e dois no interior, o de Campinas, que abriu suas portas em 1895, e o de Ribeirão Preto, inaugurado em 1906. Isto significa dizer que o ensino secundário não foi alvo das atenções públicas no período, constituindo-se em área aberta à iniciativa de particulares⁽²⁾. A ausência de uma atuação do poder público neste nível de ensino contribui para manter o acesso ao Ensino Superior restrito às elites, isto é, a criação de três novas faculdades no período⁽³⁾ em nada alterou, o que de resto sequer se cogitou, a principal faceta que o caracterizara no período imperial⁽⁴⁾.

Assim, neste período, a história do ensino público praticamente se resume à educação básica e ao Ensino Normal, sendo a segunda uma parte necessariamente complementar à primeira. Ou seja, o sistema escolar existente reduzia-se ao

(2) Avaliado a partir do número de alunos matriculados ou diplomados o mínimo que pode se dizer é que seus resultados foram medíocres. Em 1909 registram-se apenas 471 matrículas neste nível de ensino em escolas públicas. Em 1910 diplomam-se apenas 21 alunos nestas mesmas escolas. Em 1916 são 36 os diplomados. Em 1920 a rede oficial registra apenas 764 matrículas, quando as escolas particulares aproximam-se da casa das 9.000 matrículas.

(3) A Faculdade de Direito, fundada em 1827 e sob controle federal, vieram a se somar a Escola Politécnica, aberta em 1894, a Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz de 1901 e a de Medicina de 1913.

(4) Entre os anos 1908 e 1926, o total de alunos matriculados nas faculdades paulistas variará entre um máximo de 976 e um mínimo de 801 alunos.

mínimo necessário para assegurar a educação básica. Esta, é preciso observar, foi objeto de uma decidida atuação governamental nos anos iniciais da República. Em 1889, para cada mil habitantes apenas dezesseis estavam matriculados em escolas primárias (públicas e privadas). Em 1907 esta razão havia dobrado, ou seja, chegava a trinta e dois o número de matriculados por cada mil habitantes. Como neste mesmo período a população quatruplicou, passando de 21.989 para 98.710, houve um significativo crescimento na oferta de vagas a indicar o investimento do setor público nesta área (Tanuri:1879:77).

O Ensino Normal não foi capaz de acompanhar esta expansão. A origem desta incapacidade pode ser localizada na estruturação da única escola destinada especificamente à formação para o magistério, a Escola Normal da Capital, mais conhecida como Normal da Praça. As grandes linhas do Ensino Normal paulista foram traçadas por Caetano de Campos e Rangel Pestana, este último, um professor secundário ligado à propaganda republicana⁽⁵⁾. Para ambos, o fundamental era o preparo dos professores, pois a estes cabia formar o cidadão de amanhã, isto é, da qualidade dos professores dependia o sucesso do regime republicano. Nos planos que elaboram, para atender a tão altos reclamos, a Escola Normal ocupará posição de destaque, procurando-se dotá-la de um

(5) Como vimos no capítulo precedente, Pestana era também jornalista, tendo sido proprietário e principal redator de *O Estado de S. Paulo* em seus primeiros anos de vida.

ensino de alto nível, definido por muitos autores como verdadeiramente "enciclopédico" (Tanuri,1979:112 e Reis Filho,1981:68). A criação de novas Normais - os planos originais previam duas outras⁽⁶⁾ - encontrou obstáculos nestas exigentes prescrições, o custo para abri-las seria muito alto. Logo a oferta de salas excedeu o número de professores formados pela única Normal existente, incapaz de formar profissionais com a mesma rapidez com que se expandia a rede de ensino primária (Tanuri,1979:120).

Para suprir as vagas não preenchidas, o acesso ao magistério foi aberto a não-normalistas, aos diplomados nas Escolas Complementares, inicialmente idealizadas como um suplemento optativo ao curso primário, após uma rudimentar preparação profissional⁽⁷⁾. Os complementaristas eram admitidos como professores provisórios, e, apesar deste rótulo, como comprovam os dados apresentados por Tanuri (1979;115), constituíam a grande maioria dos professores primários até 1910.

Divorciada daquela que é a sua razão de ser, a formação do professorado, a Normal da Praça foi preservada intacta, apesar de dificultar a formação profissional mínima para

(6) Os planos previam ainda a abertura de Faculdade de Educação.

(7) O curso primário fora dividido em duas partes, a Preliminar e a Complementar, de quatro anos cada. Segundo Tanuri, nos planos de 1892, o curso complementar pretendia oferecer uma alternativa para aqueles que não pretendiam, ou não podiam, cursar o Secundário. Cursá-lo não era obrigatório para o ingresso no secundário.

aqueles que de fato entravam para o magistério. A sua preservação tal qual planejada se devia as outras funções que desempenhava; a de ser uma opção aos ginásios e a de preparar aqueles que ocupavam os postos de direção do aparelho de ensino paulista.⁽⁸⁾ O ambicioso "ensino de alto nível" da Escola Normal da Praça foi, também, a base institucional que conferiu uma alta respeitabilidade ao ensino paulista, habilitando os educadores paulistas a agir nos demais Estados da Federação. O prestígio dos educadores paulista evidencia-se no fato de, entre 1910 e 1922, terem sido responsáveis por nada menos que sete reformas e reestruturações oficiais do ensino em outros Estados, isto para não se referir às inúmeras missões de educadores de outros Estados que vinham a São Paulo para estudos e aperfeiçoamento. (Tanuri;1979:100 e Reis;1981:6)

O monopólio da Normal da Praça se mantém até 1910, quando tem início uma rápida expansão da rede de ensino normal. Em menos de três anos são abertas dez novas escolas normais, sendo oito delas localizadas no interior. A maior parte destas novas escolas eram antigas complementares que, apesar das transformações que sofrem⁽⁹⁾, não foram igualadas

(8) Como por exemplo a Diretoria Geral do Ensino, os Cargos de Inspetores de Ensino etcétera. Ver Tanuri;1979:116

(9) Estas transformações não podem ser menosprezadas no que tange à expansão do diminuto mercado para professores até então existente. Nas complementares atuava o professor polivalente, isto é, um único professor para todas as matérias do ano. Nas normais primárias há lugar para onze professores, seis catedráticos e cinco contratados, cada um com o controle sobre sua cadeira.

a Normal da Praça. A esta foi reservada a condição de Normal Secundária, estatuto conferido tão somente a duas das novas escolas, a de Itapetininga e a de São Carlos. As restantes coube a designação de Normal Primária, obviamente, como o nome indica, de condição inferior às Secundárias.<10>

Como explicar uma expansão tão concentrada e acentuada? Os dados e justificativas oficiais apresentadas apontam para a persistência do problema já enfocado: a incapacidade da Normal existente em formar profissionais no mesmo ritmo de crescimento da rede básica de ensino. Criavam-se novas classes para as quais não havia professores habilitados. Em 1909, para dar um exemplo, das 2.934 salas de aulas existentes, 1.727 estavam vagas, a espera de professores que as assumisse. A situação piorara em 1913, quando as primeiras turmas das novas normais obtinham seus diplomas, quando para as 3.573 salas criadas, 2.481 aguardavam por professores (Tanuri;1979:128).<11> O "gargalo" provocado pela Normal da Praça obstaculizava a expansão da rede básica. As novas escolas normais, portanto, visavam atender com maior eficiência a demanda por professores em função da contínua expansão do número de classes primárias.

(10) A localização e a data da fundação das Normais Primárias é a seguinte: Capital, Guaratinguetá, Campinas e Piracicaba datam de 1910. De 1911 são as de Pirassununga e Botucatu, enquanto as de Casa Branca e a do Brás, esta última só para mulheres, foram abertas em 1913. As duas novas Escolas Normais Secundárias foram abertas em 1911.

(11) A própria autora afirma que é preciso relativizar estes dados, pois era praxe dar existência legal a escolas sem que de fato as condições mínimas para sua instalação estivessem asseguradas.

No entanto, como este déficit tem origem no momento mesmo em que se concebe o sistema, ele não pode explicar o momento em que se procurou equacionar a questão. Por que não antes? A resposta é indicada por Kugelmas, que observa que esta expansão está relacionada ao próprio crescimento e afirmação da máquina estatal paulista no período. O processo estava em marcha em vários setores, como comprovam a modernização da Força Pública e a criação da polícia de carreira.⁽¹²⁾ Ou seja, a ampliação da rede de ensino normal se inscreve em um processo mais amplo de crescimento da máquina estatal paulista.

Na pequena literatura disponível a tratar da expansão do sistema de ensino paulista, a força motriz deste crescimento tende a ser localizada na atuação de líderes políticos empenhados em atender e beneficiar suas clientelas (Ver Tanuri, 1979:128 e Nogueira; 1963:61). A observação de Kugelmas relativa ao crescimento e fortalecimento da máquina estatal paulista ao final da primeira década deste século, além da própria magnitude assumida pelo aparelho de ensino paulista permitem apontar para a emergência de um padrão mais complexo de gestação das políticas no setor. Ainda que incipientes e tímidas, as bases para uma gestão mais burocratizada e institucionalizada do aparelho de ensino

(12) Para Kugelmas: "estava em marcha um típico processo de centralização, burocratização e institucionalização do poder público, controlando e limitando, ao menos em tese, o poder local" (1987:88).

estavam lançadas. Como veremos, as tensões entre, de um lado, o atendimento à lógica da expansão ditada pelas transações coronelísticas e, por outro lado, aquela ditada por critérios técnicos estarão na raiz dos conflitos a dividir os educadores paulistas na década seguinte. Enquanto os "renovadores" alçarão a bandeira da competência técnica para obstar as influências políticas e pressionar pela ampliação do topo do sistema, os "tradicionalistas", mais afinados com o partido dominante e suas exigências, privilegiam a expansão da base do sistema, fiéis à lógica "coronelista".

A magnitude do setor no interior da máquina burocrática governamental pode ser atestada pela referência à sua participação crescente no interior dos gastos públicos estaduais. Em 1900, os gastos com a educação representavam 16,5% do total das despesas estaduais, passando a 22,5% em 1910, período no qual as despesas públicas mais que dobraram em termos reais (em valores de 1912, passaram de 33,6 a 79,4 milhares de contos). O crescimento da participação relativa do setor sobre o total das despesas públicas se mantém na década seguinte, mas em taxas menos espetaculares. Para o ano de 1920, quando os gastos públicos mostram uma ligeira queda em termos reais, o setor educacional ficou com 24% destas despesas, demonstrando a força do setor em manter

suas despesas ascendentes mesmo em um período de diminuição dos gastos públicos⁽¹³⁾.

Para uma idéia ainda mais precisa da importância deste setor, a comparação das despesas públicas em alguns setores primordiais é extremamente útil. A Tabela I traz os dados relativos às despesas públicas em setores selecionados, onde se comprova a importância da educação no cômputo geral dos gastos estaduais.

TABELA I
Despesas Públicas em Setores Selecionados
(Em milhares de contos, valores correntes)

ano	1890	1900	1910	1920	1930
Educação	1,1	5,6	10,2	25,9	77,0
Saúde	11,1*	3,2	6,6	12,5	55,0
Força Pública	6,5	7,1	6,4	18,0	41,6
Subsidio Imigração	2,9	0,8	3,0	2,3	0,5

*1894

Fonte: Love (1982:417 e 418).

Os dados mostram que a Educação e a Força Pública são os setores mais contemplados pelo orçamento público. Nos anos iniciais da República, os gastos com a educação são os

(13) Os dados foram retirados de Infantsi;1983:130 e de Love;1982:414

mais baixos de todos os setores selecionados. Entre 1890 e 1900, enquanto caem os gastos relativos à saúde e aos subsídios à imigração, a educação vai abocanhando, lentamente, maiores fatias. Esta progressão é contínua, não se registrando quedas entre os diferentes anos, enquanto os gastos com a Força Pública mostram maiores oscilações. Demonstra-se, assim, não só a crescente importância relativa do setor, como também sua capacidade de se manter em constante expansão.

A criação das novas normais contribui para maiores possibilidades de contato entre o ensino básico e o Superior. O diploma de uma normal podia ser equiparado ao obtido no secundário por intermédio de exames especiais. A opção pelo curso normal, praticamente a única existente no interior do ensino público, levava uma vantagem evidente sobre o ensino médio regular no fato de ser profissionalizante e, por certo, menos exigente⁽¹⁴⁾. Por outro lado, em um sistema educacional tão pouco desenvolvido, as novas normais criadas multiplicavam as ofertas de vagas, abrindo maiores possibilidades de ascensão social. Como observa Antunha as novas normais desempenharam importante papel "no processo de ascensão social verificado

(14) É preciso notar que, por exemplo, o Ginásio do Estado da Capital era considerado mais exigente e elitista que a maioria dos secundários particulares. Ver Antunha;1967:81 que chama o Ginásio do Estado da Capital de "aristocrático"

no período, sobretudo entre os descendentes dos imigrantes" (1967:42)⁽¹⁵⁾.

As normais cobriam a lacuna deixada pela não expansão do ensino médio, formando parcela considerável dos profissionais exigidos pelo crescimento do aparelho estatal e de uma economia que começava a desenvolver o setor urbano. Comentando a situação da educação paulista neste período, Ana Maria Infantosi observa: "A implantação, em São Paulo, de um aparelho de serviços urbanos mais complexo, anexo ao setor cafeeiro, gerou um quadro ocupacional no qual o exercício de diferentes profissões exigia diferentes graus de aptidão, qualificação ou responsabilidade, o qual faz surgir graduações de valorização social para os quais o fator educação passou a ter, no conjunto da sociedade, maior peso, pois a esfera de serviços sofrera extensa modificação." (1983:40) Estando em marcha este processo, o que chama atenção é a pequena diversificação do sistema educacional, que, praticamente, só avança no ensino normal.

(15) No depoimento que prestou a Antunha, Lourenço Filho, um filho de imigrante a ingressar em uma das normais abertas no interior, afirma que estas escolas "eram as únicas que permitiam o prosseguimento de estudos a jovens menos favorecidos (...) Jovens da classe média baixa, filhos de imigrantes, muitas vezes mesmo de colonos, eram atraídos às escolas normais, porque ofereciam elas depois de um curso relativamente rápido uma profissão definida e satisfatoriamente remunerada". O tema é retomado adiante: "Nesse movimento de ascensão social, uma modesta carreira intelectual se havia aberto a filhos e netos de imigrantes. Era a do magistério primário." (in Antunha, 1967:268)

No interior deste quadro, entende-se a seguinte observação de Oracy Nogueira: "Não poucos normalistas ou se abstinham de ingressar no magistério, ou mesmo depois de fazê-lo, logravam mover-se para as profissões liberais e outras esferas ocupacionais.(...) Pode-se, ademais, dizer sem perigo de exagero, que, pelo menos até a criação da Universidade de São Paulo, com a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o normalista foi, em São Paulo - mesmo sem qualquer outro diploma - de uma versatilidade ocupacional e intelectual só comparável, em todo o Brasil, à do advogado."(1963:62)

O caso específico dos "educadores profissionais" que analisaremos a seguir confirma a afirmação de Nogueira. Atuando na imprensa, escrevendo ensaios e críticas literárias, dirigindo revistas e auxiliando diretamente na expansão do mercado editorial, lutando para obter diplomas nas faculdades de direito ou de medicina, estes educadores, em geral formados em normais primárias do interior, comprovam a polivalência deste diploma.

Com a ampliação da oferta de vagas aos candidatos a ingressar no magistério, em pouco tempo, a situação do mercado de trabalho se inverterá: em lugar da falta crônica de professores, o sistema passa a produzir um excedente de

profissionais (16). Como observa Tanuri, já em 1917, em sua mensagem ao Congresso Legislativo, o Presidente do Estado "chamava atenção para o excesso de professores primários que o sistema de ensino não estava conseguindo absorver." (1979:145)

No interior do aparelho de ensino paulista, cujas dimensões estavam a se alargar rapidamente, a presença de um maior número de escolas normais acaba por se constituir em ameaça ao predomínio tranquilo dos egressos da Normal da Praça sobre os seus principais postos. Embora ameaçados pela nova conjuntura, o diploma que recebiam continuava ser um importante "trunfo", mantendo muito do seu prestígio. Por outro lado, o sucesso dos originários das novas normais passava pela sua capacidade de suprir o menor prestígio de seus diplomas com a adesão a novos métodos de ensino. A renovação pedagógica será a arma com que desafirão o monopólio que os oriundos da Normal da Praça exerciam sobre os principais postos.

No interior deste novo cenário é que se desenrola a disputa entre dois grupos de educadores pelo controle do ensino paulista. De um lado está o grupo que virá a ser conhecido como o dos "educadores profissionais" ou "reformadores", grupo este cuja ascensão no interior do

(16) Tanuri calcula que entre 1911 e 1918 receberam o diploma nas normais 6.050 novos professores que disputaram 2.135 novas vagas abertas no magistério

aparelho de ensino paulista está intimamente associada à Reforma de 1920. De outro, os chamados "tradicionalistas", grupo este que será responsável pela Reforma de 1925 e 1927. Os que empunham a bandeira da reformação pedagógica são os que "forçam" a sua entrada no sistema, os mais jovens e que não detêm diplomas da Normal da Praça, empenhados em construir suas "modestas carreiras intelectuais", nas palavras de Lourenço Filho. Os defensores da tradição, postos na defensiva com a Reforma de 1920, procuram responder a este assédio evocando o passado de glórias do ensino normal paulista, baseado na alta qualidade do ensino da Normal da Praça, onde, não por acaso, se formaram.⁽¹⁷⁾

As origens do chamado movimento renovador, por contraditório que possa parecer, devem ser localizados na própria Normal da Praça, precisamente em 1914, data em que Antonio Sampaio Dória entra para o seu corpo docente, ao vencer concurso aberto em função do parcelamento da cadeira de Pedagogia, Psicologia, Metodologia e Educação Cívica. Desde a reorganização da Escola Normal por Caetano de Campos, esta importante cadeira fora ocupada apenas por um professor, Ciridião Buarque. A partir de 1914, Buarque e Dória passam a dividir a cadeira. Ao historiar a evolução das teorias pedagógicas na Normal da Praça, Almeida Jr.

(17) Dória foi o primeiro líder do movimento "renovador", sendo sucedido por Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Sud Menucci e Almeida Jr. são outras duas lideranças ligadas ao grupo. Quanto aos "tradicionalistas", seus principais membros foram Américo Moura, Pedro Voss e Antônio Firmino Proença.

oferece uma boa perspectiva para uma avaliação dos resultados desta convivência. Em sua análise refere-se a Buarque como o "mestre que, por três decênios, representou a pedagogia oficial da Escola". Quanto a Dória, diz que: "Em 1913 parcela-se a cadeira de Ciridião Buarque. Sampaio Dória faz então concurso e cai como paraquedista sobre a cidadela da pedagogia oficial. A influência de Sampaio Dória, pela cátedra da Escola Normal da Praça durou dez anos: pelo livro dura até hoje"(1946:17/18). A afirmação do "paraquedista", como deixa entrever Almeida Jr., passa pelo ataque à "cidadela da tradição"⁽¹⁸⁾. A renovação pedagógica é a arma utilizada. A posição estratégica que ocupa, a reforma que empreenderá, fazem de Dória o precursor e líder natural dos reformadores educacionais.

Entrando em 1914 para a Normal da Praça, Dória, um alagoano nascido em 1883, professor secundário do Ginásio Macedo Soares e bacharel em Direito, formado em 1908, logo se lança em campanha em prol da renovação dos métodos pedagógicos, difundindo novas teorias e teses a respeito da aprendizagem através, para citar um exemplo, da *Revista do*

(18) Ao comentar a reforma de 1920, Lourenço Filho define a condição de *out sider* de Dória da seguinte forma: "Sampaio Dória representava um tipo diverso do administrador comum. Não vinha do trabalho de tarimba. Não foi professor primário, com escala pela direção de escolas e cargos de inspeção escolar, classe onde tradicionalmente se recrutavam os diretores-gerais de instrução pública. Era professor de psicologia e pedagogia, com estudos sociais que a formação de jurista lhe havia dado. Conquistara o seu lugar de professor na Escola Normal por concurso."(in Antunha; 1967:279)

Brasil. Paralelamente, envolve-se em uma outra pregação, a pregação cívica da *Liga Nacionalista*, destacando-se como um dos seus principais tribunos, defendendo a adoção do voto secreto e obrigatório (Skidmore;1976:177). Publica por intermédio da *Liga* vários opúsculos, entre os quais *A Mocidade e o Carater e O que Todo Cidadão deve Saber*. A participação na *Liga*, em que pese sua ênfase na educação, não se esgotava nesta área, deixando entrever que as suas propostas renovadoras incluíam a política. Em meio a esta dupla investida, em 1919, candidata-se, sem sucesso, a uma cátedra na Faculdade de Direito. No ano seguinte, favorecido por suas relações com membros da *Liga* e pela repercussão que esta garantira a suas idéias acerca da educação, sobretudo no que tange ao combate ao analfabetismo, assumirá a Diretoria da Instrução Pública, onde empreenderá a reforma que leva seu nome. (18)

Os objetivos da reforma se confundem com os da *Liga Nacionalista*. Em seu discurso de posse, Dória declara que sua nomeação "foi uma declaração oficial de guerra ao analfabetismo, o mais insidioso inimigo da pátria"

(19) Dória tentará em duas outras oportunidades obter uma cadeira na Faculdade de Direito. Sua tenacidade foi recompensada em 1925, com o que se afatará da luta dos reformadores. Este afastamento também se deve ao sucesso do "empresário educacional", pois, em 1927, junto com Lourenço Filho e Almeida Jr., funda o Liceu Nacional Rio Branco cuja direção assume. As pretensões a uma carreira política são mantidas, assessor da bancada paulista na constituinte de 1934 e constituinte estadual no mesmo ano, recolhe-se ao ensino durante o Estado Novo e volta à liça com a redemocratização, tendo sido candidato ao Senado pela UDN.

(1923:40)<20>. Definindo com tanta pompa e alarde o seu objetivo central, a redução do analfabetismo "ao inevitável", as medidas que toma parecem indicar que as prioridades não eram as declaradas. A educação básica não foi privilegiada. A solução para o analfabetismo foi buscada no que poderíamos chamar de um artifício "estatístico-produtivista", mal sucedido diga-se, enquanto toda atenção se voltou para a reestruturação e ampliação do sistema voltado para a formação de professores e reforço do controle burocrático.

O plano de Dória para combater o analfabetismo era extremamente simples; diminuindo pela metade o tempo previsto oficialmente para a escolarização mínima seria possível obter com as mesmas classes e professores o dobro de alunos alfabetizados. Os custos seriam os mesmos e o rendimento, ao menos para as estatísticas oficiais, seria duplicado. Além disto, a idade para ingresso no curso primário foi elevada para nove anos. Conforme a exata e precisa análise de Tanuri, face a escassez de recursos,

(20) Segundo o reformador: "O maior mal do Brasil contemporâneo é sua porcentagem assombrosa de analfabetos". A razão para este juízo é explicada a seguir: "Nas democracias, o analfabetismo é o ventre maldito das maiores calamidades públicas, como na russia atual dos camponeses. Governo de origem popular e ignorância raza do povo são coisas que se chocam, se repulsam, se destroem, como as trevas e a luz, o inferno e o céu". A assimilação do "estrangeiro que aqui se instala em busca da riqueza esquiva"(1923:17) era outra das tarefas urgentes e necessárias para a qual a educação popular e universal se fazia necessária e urgente. Dória, vale lembrar, foi um dos signatários do documento da Liga pelo Voto Secreto que analisamos no capítulo anterior.

visando obter "a universalização das primeiras letras", o reformador optou pela "redução do período de escolarização obrigatória e gratuita para apenas dois anos e na elevação da idade limite inferior da obrigatoriedade para nove anos" (1979:159). Apesar destes estratagemas, segundo Antunha, um admirador confesso da reforma, o objetivo de reduzir drasticamente o analfabetismo ficou no papel. (1967:10). Ao menos, não foi este ponto que a tornou um símbolo e modelo para os reformadores educacionais cuja carreira impulsionou.

As medidas voltadas para a reformulação do Ensino Básico, quando contrastadas às transformações radicais que esta mesma reforma estabelecerá no topo do sistema, permitem identificar uma grande distância entre os ideais propalados e a realidade. As exigências para a obtenção do diploma normal, já elevadas em 1917 com a extensão da duração do curso complementar, serão reforçadas. A duração do curso sofre novo acréscimo e o professor polivalente é substituído pelo sistema de cadeiras com professores especialistas para cada matéria⁽²¹⁾. As escolas normais são unificadas segundo a categoria superior, o que, por um lado, fazia com que a Normal da Praça perdesse a sua condição excepcional, mas que, por outro lado, como observa Tanuri, reinstaurava um sistema unificado de treinamento profissional que

(21) O curso Complementar passava a ter 3 anos de duração. A justificativa para tal medida era a necessidade de dificultar o acesso às normais como forma de combater o excesso de professores lançados no mercado. Com tais medidas as complementares evoluem no sentido de ocupar a posição do curso secundário.

privilegiava a formação geral, recuperando-se, assim, os velhos ideais dos legisladores de 1892-93.

Outro ponto que se recupera dos velhos ideais: a criação da Faculdade de Educação, chamada inicialmente Faculdade de Filosofia Letras e Educação, prevista na lei que institui a reforma, cuja instalação estava programada para o fim do governo Washington Luís. Segundo o texto legal, tal Faculdade deveria ser um "instituto de aperfeiçoamento pedagógico e de cultura geral, destinado precipuamente ao preparo de inspetores, diretores de escolas normais, ginásios e grupos escolares e professores complementares" (Tanuri;1979:165).⁽²²⁾

Estes dados tornam evidente que a reforma, enquanto nivelava por baixo o ensino primário, investia fortemente no aprimoramento do processo de formação dos docentes e, como consequência, ampliava os postos no topo do sistema. A prioridade não podia estar definida mais claramente; os recursos ausentes para uma ponta do sistema pareciam sobrar na outra. Tudo isto em um momento em que as normais, dado o excesso de professores formados, excesso reconhecido pelo próprio Dória, estavam sendo objeto de críticas contundentes de políticos que pediam o fechamento de algumas delas

(22) Ou seja, independente da adoção de novos métodos pedagógicos, o grupo liderado por Dória não rompia com a característica principal da tradição do ensino paulista - a ênfase exagerada nas exigências para a formação do professorado. Antes o contrário.

(Antunha;1967:20). Para os fins desta pesquisa, esta tentativa de criação de uma Faculdade (de Filosofia) e Educação é um ponto de fundamental importância, já que, como veremos, esta iniciativa pode ser tomada como um verdadeiro embrião da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fundada em 1934.

Embora tenha ampliado consideravelmente o sistema, o efeito da Reforma de 1920 será um estrangulamento na formação do professorado similar ao verificado com a Reforma de 1892. Dados os altos "custos" impostos aos candidatos ao magistério, os normais passarão por um rápido processo de esvaziamento e, em pouco tempo, volta a ocorrer um déficit de professores que passam a ser recrutados sem o valorizado diploma.(Tanuri;1979:194)

Mas o "espírito" da Reforma de 20 não se resume a sua fidelidade aos princípios da tradição inaugurada por Rangel Pestana e Caetano de Campos. Como já fizemos referência, o seu movimento se desencadeia sob novas condições, em um sistema ampliado e razoavelmente robusto. Para Antunha, os maiores méritos da Reforma Sampaio Dória encontram-se em suas iniciativas racionalizadoras do aparelho de ensino paulista, evidenciadas, entre outras medidas, na criação das delegacias regionais de ensino, na regulamentação da carreira de professor e na reestruturação administrativa da inspetoria de ensino. Para este Autor, o sentido

racionalizador da reforma explicaria a maior parte das dificuldades que esta viria a enfrentar junto aos meios políticos, cuja influência nas nomeações e direção do ensino teriam sido sensivelmente abaladas. Neste conflito devem ser encontradas as razões da campanha contra Dória que o levou a demitir-se do cargo. (Antunha,1967:67) Nestes termos, a reforma de 1920, além das características já apontadas, pode ser interpretada como uma tentativa, que parte de um grupo específico de educadores, por uma gestão mais burocratizada e racional do sistema de ensino, e, por isto, autônoma e protegida das injunções mais imediatas dos políticos. (23)

As reformas de 1925 e 1927, tratarão de corrigir as distorções provocadas pela Reforma Sampaio Dória, privilegiando outro dos polos da "tradição", qual seja, manter a expansão da rede básica, atendendo aos interesses dos líderes políticos, e volta a distinguir a Normal da Praça das demais. A prioridade é invertida, simplificando-se o topo do sistema para atrair novamente candidatos ao magistério, assim como para drenar recursos para a expansão

(23) Segundo Lourenço Filho a maior oposição à reforma "provinha dos políticos locais, tanto quanto pudemos sentir no prazo da reforma em que vivíamos em São Paulo". Acrescenta adiante: "A criação das Delegacias de Ensino representava medida muito importante para a racionalização administrativa, como também para obstar maior influência político-partidária nos serviços de ensino. Essas delegacias foram extintas em 1925, mas restabelecidas por mim (1931). E desde então, permanecem." (in Antunha; 1967:290). Neste mesmo sentido cita a modificação introduzida no concurso para ingresso na carreira para evitar as irregularidades até então existentes. A linha de continuidade traçada por Lourenço Filho entre a reforma que dirigiu, a de 1931, e a de 1920 será explorada adiante.

da rede de ensino básica. (Tanuri;1979:173) Vale notar que, com a Reforma de 1925, o ensino primário volta a ser de 4 anos, obrigatório e gratuito dos 7 aos 12 anos. Além disto, a incipiente burocratização adotada por Dória é desmontada, extinguindo-se, por exemplo, as Delegacias Regionais de Ensino. A influência política dos chefes locais nas nomeações e na carreira dos mestres voltava a encontrar as condições ótimas para se desenvolver. (24)

A linha de clivagem entre os dois grupos, portanto, se estrutura basicamente em torno da maior ou menor independência frente aos mecanismos de negociação político-partidária na determinação das políticas a serem adotadas na área educacional. Enquanto os "tradicionalistas" são mais sensíveis e integrados aos reclamos da máquina partidária e sua lógica clietelística, os "renovadores" apelam para as exigências e critérios técnicos próprios. Neste enfrentamento, o apelo às novas correntes pedagógicas, o "escola-novismo", vinha a fornecer as armas para enfrentar

(24) O grupo dos "tradicionalistas" era formado por educadores diplomados na Normal da Praça, daí a óbvia evocação à tradição e o destaque que voltam a conferir a esta escola. Seus principais membros, Pedro Voss (n.1871), Diretor Geral da Instrução Pública de 1924 a 1927, Américo Moura (n.1881) e Antônio Firmino Proença (n.1880) tiveram carreiras mais modestas que seus adversários, praticamente restritas ao magistério. Quase todos percorreram um caminho relativamente longo por Ginásios e normais do interior, até obterem uma cadeira na Normal da Praça, não sem tentativas anteriores frustradas. Outro ponto que os distingue dos "renovadores" é o fato destes serem em média dez anos mais novos. Isto significa que com a Reforma de 1920, foram beneficiadas as carreiras dos mais jovens e possuidores de diplomas menos valorizados.

este inimigo duplo. De um lado, servia como um ariete para forçar as portas que resguardavam os principais postos do aparelho de ensino aos formados pela Normal da Praça, onde, como já notamos, haviam se formado os "tradicionalistas". De outro lado, oferecia os elementos para estabelecer o fosso protetor entre a competência técnica dos "educadores profissionais" e as exigências e ingerências dos "políticos profissionais".

A Reforma de 1925 ganha relevância maior para esta análise em função da reação que parte dos "renovadores", o *Inquérito sobre a Instrução Pública*, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e coordenado por Fernando de Azevedo, publicado por este jornal em 1926⁽²⁵⁾. Na introdução escrita para o jornal, Fernando de Azevedo, logo às primeiras linhas, esclarece que há dois tipos de reformas educacionais. Há aquelas que define como políticas, produzidas nos gabinetes e que de lá saem prontas para receber a aprovação do legislativo e, de outro lado, há as que atendem a uma política de educação, calcadas em princípios e levadas a cabo por profissionais. Os objetivos destas últimas seriam o de fazer da educação o instrumento

(25) A publicação em livro data de 1937 sob o título "*A Educação Pública em São Paulo*". A segunda edição, de 1960 aparece sob novo título: "*A Educação na Encruzilhada*", tendo sido a utilizada neste trabalho. Vale esclarecer que o Inquérito foi dividido em três partes, a saber Ensino Normal e Primário, Ensino Técnico e Profissional e Ensino Secundário e Superior. A cada parte corresponde um questionário elaborado por seu organizador, responsável também por comentários introdutórios e fechos, respondido por personalidades convidadas.

para a produção de uma "cultura original" e, ao mesmo tempo, "reduzir ao mínimo a interferência política nos departamentos técnicos" (Azevedo;1960:34). Mais adiante, Azevedo refere-se de maneira direta à Reforma de 1925: "A última reforma de ensino, a de 1925, armada sob a capa da tradição, touxe um contingente pesado de erros (...) Ela valeu por um retrocesso, tanto mais censurável, quanto foi uma reação maquinada contra o espírito de renovação esboçada na reforma precedente" (1960:39)

A primeira parte do referido inquérito, aquela dedicada ao ensino primário e normal, em verdade, nada mais é que uma peça de ataque dos "renovadores" à Reforma de 1925. São convidados a emitir seu juízo justamente aqueles educadores cuja carreira está ligada à Dória, como Sud Menucci, Renato Jardim, Almeida Jr. e Lourenço Filho. Em todos estes depoimentos há defesas ardorosas da reforma de Dória e ataques à última reforma. Lourenço Filho, para citar um dos exemplos mais conspícuos, inicia seu depoimento afirmando: "A iniciativa deste jornal, conforme se depreende da simples leitura do questionário que tenho presente, é a de uma campanha franca e decidida às normas do ensino vigente em São Paulo, não encarnadas nas pessoas das ilustres pessoas de sua atual administração, que não são por elas de todo unicamente responsáveis, - mas à mentalidade que entre nós tem dominado o assunto, com ligeiro intervalo, e que agora o empolga de modo completo." (in Azevedo;1960:98) Nas

conclusões que escreve Fernando de Azevedo faz referência a incidentes e reclamações em função dos ataques desferidos à Reforma de 1925. Após salientar que atacar tal reforma não seria o objetivo maior do Inquérito, acrescenta a ressalva: "Mas, homens de espírito novo, as pessoas consultadas não podiam saudar de chapéu na mão, sem um protesto, a bandeira renovadora que, ainda mal hasteada, já arriavam os reformadores de 1925, para içar em lugar dela, bem alto no tope, um velho estandarte de procissão, que já era tempo de estar recolhido e com que ainda uma vez saíram à rua para entoar, com intuitoslouvaminheiros, hinos nostálgicos ao passado" (Azevedo;1960:114)

Nesta primeira parte e em seções posteriores do Inquérito, a Faculdade de Educação, seus objetivos e oportunidade de sua criação, é um dos temas privilegiados de debate. Esta discussão liga-se diretamente à referente à reforma do ensino secundário e acerca da oportunidade da criação de uma universidade, temas da última seção do Inquérito. Nesta seção, são convocados a depor, entre outros, Ruy Paula Souza, Amadeu Amaral, Teodoro Ramos, Raul Briquet, Reynaldo Porchat, Artur Neiva e Ovidio Pires de Campo, este último o presidente da Sociedade de Educação e professor da Faculdade de Medicina. O "recrutamento" dos depoentes passava, basicamente, pelos laços com a *Liga Nacionalista* e com o movimento "reformador" iniciado por Dória.

Assim, se, por um lado, "O Inquérito de 1926" não pode ser dissociado da luta dos "educadores profissionais" pelo controle do aparelho de ensino paulista e à orientação geral que define a política educacional deste grupo, por outro lado, também não deve se perder de vista as alianças deste grupo forjadas no interior da *Liga Nacionalista* e no mercado de trabalho onde se inseriam, alianças que lhes conferiam um poder superior de vocalização de seus interesses.⁽²⁶⁾ Não apenas pelo acesso privilegiado a *O Estado de S. Paulo*, mas também pelas relações com o mundo editorial, onde, pelas coleções que dirigiam, introduziam novos modelos e referências para o pensamento pedagógico da época.

A capacidade de articulação e organização do grupo pode ser atestada também pela fundação, em 1922, da Sociedade de Educação sob a liderança de seus membros⁽²⁷⁾. Vale observar que, já em sua sessão inaugural, em novembro de 1922, o seu

(26) Como já dissemos, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Sud Menucci, três figuras de proa do movimento reformador, foram redatores de *O Estado de S. Paulo*. Outros nomes ligados à renovação do ensino, como Breno Ferraz do Amaral e Leo Vaz, acabaram por deixar o ensino pelo jornalismo, passando a ocupar postos de importância na estrutura interna do jornal.

(27) A importância dos "renovadores" nesta Sociedade pode ser atestada pelo fato de membros do movimento ocuparem seus principais postos. O secretário-geral não era outro que não o próprio Sampaio Dória, Renato Jardim o vice-presidente, enquanto Leo Vaz, Fernando de Azevedo, Almeida Jr. e Breno Ferraz do Amaral controlam a publicação da Revista, não por mero acaso publicada pela editora de Monteiro Lobato. Com o falecimento de Oscar Freire, o Dr. Ovídio Pires de Campos, diretor da Faculdade de Medicina assume o posto, enquanto Dória passa a ocupar a vice-presidência e Almeida Jr. o posto de Secretário-Geral.

primeiro presidente, Oscar Freire, defendia a criação de uma universidade em São Paulo. Foram estas as suas palavras: "Para consolidar o ensino superior paulista, que tanta opulência de vida evidencia, para que não pereçam, nem se empanem, os fortes estímulos que o revigoram, está a impor-se agora a fundação de uma universidade" (Revista da Sociedade de Educação, Vol.I. N#1:3).⁽²⁸⁾

Com estes poderosos recursos em suas mãos, os educadores deste grupo serão capazes de sustentar uma forte campanha em favor da realização dos princípios reformadores contidos no programa de Dória, sobretudo aqueles relativos a expansão do Ensino Superior paulista, através da criação de uma Faculdade de Filosofia e Educação ou da Universidade. Nesta cruzada, os "educadores profissionais" contarão com a colaboração decisiva de George Dumas e outros intelectuais franceses que, em vários e sucessivos contatos, defenderão a urgência da criação de uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, tida por indispensável para a definição da sorte do Brasil.

Já na formulação do projeto da Faculdade de Filosofia Letras e Educação, Dória e seus auxiliares contaram com a colaboração direta de George Dumas, então em sua segunda visita a São Paulo. Almeida Jr., discursando em uma

⁽²⁸⁾ Pela data do discurso, pode-se comprovar que, mesmo no interior deste grupo, as relações entre a reforma do ensino e a criação de uma universidade começam a ser agitadas antes do famoso Inquérito e da publicação de *A Crise Nacional*.

homenagem ao cientista francês afirma: "Em 1920, nas reuniões promovidas pelo professor Sampaio Dória, na Diretoria Geral do Ensino, vós, senhor professor Dumas, esforçando-vos, segundo a vossa maneira fidalga, por figurar como simples colaborador secundário, trazíeis precioso contingente para o plano da Faculdade de Educação, escola superior destinada ao aperfeiçoamento pedagógico dos professores e à disseminação da cultura geral. A faculdade de educação embora chegasse a ser criada por lei, não passou do papel. Mas a semente ficou." (Citado por Antunha 1971:94)(28)

Os contatos dos educadores paulistas com Dumas devem-se a Rui Paula Souza, um paulista de Itu que fizera seus estudos na França, bacharelando-se em Letras na Sorbone. Professor de Francês da Normal da Praça desde 1904, foi o fundador, ao lado do próprio George Dumas, Dr. Ramos de Azevedo Pujol e Vitor da Silva Freire, da "Union France-Amerique", cujo objetivo era a aproximação intelectual entre franceses e brasileiros(30).

(28) Almeida Jr. foi o chefe de gabinete de Dória. A semente que ficou teria tido como frutos, inicialmente, o Curso de Aperfeiçoamento, de 1931, e, mais tarde, o Instituto de Educação de 1933, além da própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde, não por mero acaso, foi pronunciado este discurso, uma saudação a Dumas quando este, em 1937, recebeu o título de Dr. Honoris Causa pela Universidade de São Paulo.

(30) Um dos beneficiados por estes contactos foi Almeida Jr. que fez um estágio de seis meses na França em 1913, tendo sido assessorado pelo próprio Dumas.

Quanto ao conteúdo das colaborações de Dumas, Lourenço Filho afirma: "Queremos crer, salvo lapso de memória, que, já em 1919, esteve em São Paulo, o professor George Dumas, que então iniciava suas visitas em prol de um maior intercâmbio cultural entre França e Brasil. /Dumas, já nessa ocasião (como em outras mais tarde, e delas lembro-me perfeitamente bem), lamentava que o Brasil não possuísse organização universitária. E pregava, ou aconselhava, a fundação de faculdade de filosofia, ciências e letras, como núcleo animador do espírito universitário. (...) Pessoas ligadas a Dumas eram o Dr. Rui de Paula Souza, professor de francês na Escola Normal da Praça da República, e Vitor Freire da Silva, professor da Escola Politécnica (ambos haviam feito estudos na França). O centro de algumas palestras de Dumas era nessa Escola Normal, aí levado por Paula Souza. O local de conversas menos formais sobre cultura, era no entanto a redação de *O Estado de São Paulo*. (depoimento a Antunha; 1967:287)

Dumas veio a ter participação ativa em outra das iniciativas ligada aos "educadores profissionais", a criação do Liceu Franco-Brasileiro, um instituto de ensino secundário montado em colaboração e sob supervisão de mestres franceses. Sua fundação data de 1925, sendo uma iniciativa do Instituto Franco-Brasileiro de Alta

Cultura⁽³¹⁾. *O Estado de S. Paulo* e os educadores ligados ao movimento de renovação pedagógica apoiam com entusiasmo a iniciativa, saudada como o primeiro passo dado no "sentido de soerguer o ensino nacional". Os termos em que a defendem serão os mesmos evocados em defesa da universidade: formar elites desinteressadas e constituir o ensino secundário calcado no humanismo.

O Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura será responsável pela vinda constante à São Paulo de intelectuais franceses para realização de conferências. A necessidade de se criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos moldes franceses, será o tema de várias destas conferências. Paul Fauconnet, por exemplo, pronuncia uma palestra na Sociedade de Educação, intitulada Estrutura e Organização das Universidades Francesas, publicada em *O Estado de S. Paulo* em 12/10/27. Nesta palestra, o professor francês, após comentar a situação do ensino superior em São Paulo indica a área onde devem se dar as novas iniciativas no setor. "Verifiquei que há em São Paulo uma magnífica Faculdade de Medicina, uma notável Faculdade de Direito e uma Escola Politécnica de renome universal. Não vi, entretanto, ensino

(31) Baseando-se em um discurso de Mesquita Filho, pronunciado em 08/04/1961, Irene Cardoso sustenta que a criação do Liceu foi uma iniciativa do "grupo do Estado". Como se vê, o *Estado* participou da empreitada, mas não lhe cabe a paternidade exclusiva da iniciativa. A Paula Souza, ex-membro da *Liga Nacionalista* e deputado pelo PRP caberá a direção do Liceu. O correto seria dizer que os contactos dos educadores e de Mesquita Filho com Dumas, e outros intelectuais franceses que este se encarrega de enviar ao Brasil, se amiam a partir de então.

superior de filosofia, de literatura ou de línguas. Pois bem, senhores, sem órgãos capazes de fornecer esse ensino, não se pode pensar em universidade. (...)E como vi que no campo das letras é que há maior deficiência, volto a dizer que será preciso cuidar de uma faculdade de filosofia ciências e letras, ou órgão semelhante."

Paul Fauconnet esteve em São Paulo pronunciando uma série de conferências públicas "durante cerca de dois meses na Escola Normal da Praça, sob os auspícios do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura", informa *O Estado de S. Paulo* quando de sua partida. E, além destas conferências, "o eminente sociólogo manteve palestras semanais de consulta e discussão, sobre assuntos educativos, com os professores deste estabelecimento de ensino." Homenageado nesta oportunidade na Normal da Praça, foi saudado por Lourenço Filho, que o brindou com livros de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Em seu agradecimento, "voltando a falar do ensino superior, o professor Fauconnet frisou a importância da organização universitária, sem ausência de uma Faculdade de Letras que prepare os

professores dos cursos secundários" (*Estado de S. Paulo*, 28/08/27; p.7) (32)

As teses defendidas pelos "educadores profissionais" desaguam na campanha pela universidade, com apoio explícito do principal órgão de imprensa do período, *O Estado de S. Paulo*, um dos principais eixos de estruturação do mercado para profissionais na área intelectual, ao lado, é claro, do próprio sistema de ensino. A ligação do movimento reformista com este jornal passa por velhas campanhas, como a *Liga Nacionalista*, e por esta relação orgânica fornecida pelo trânsito contínuo entre o jornalismo e o ensino.

Frisando a insistência dos reformadores em privilegiar os desdobramentos no topo do sistema e a atenção menor que dispensavam à extensão do ensino básico, é possível notar que a aliança se estruturava também sobre pontos ideológicos, isto é, os "educadores" se mantêm presos - quer no discurso, quer na prática - a um liberalismo meramente doutrinário, incapaz de enfrentar consequentemente o problema posto pela extensão da cidadania. As reformas educacionais que defendem ou empreendem tomam como tarefa

(32) No dia 29/12/27, à página 6, *O Estado de S. Paulo* publica, sob o título Ensino Superior - Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências, uma carta Dumas que assim se inicia: "Durante minha recente e brevíssima passagem por São Paulo, disseram-me alguns amigos que se cogita fundar aí uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Ciências e pediram-me que aqui expusesse, em algumas linhas, o papel que desempenham em meu país as instituições deste gênero" Não por acaso o papel que descreve é muito próximo do que Mesquita vislumbra.

primordial a aprimoração do sistema voltado para a formação de professores. A questão central desloca-se para a qualidade destes, formados em cursos de nível superior. Isto é, a preocupação aparente com a cidadania cede lugar à preocupação com a formação das elites desinteressadas, com as quais, por certo, se identificam. Este deslocamento da preocupação da cidadania para a formação dos mestres traem os verdadeiros interesses da campanha: o controle sobre a formação de profissionais para o setor.

Escrevendo para sustentar a criação do Liceu Franco-Brasileiro, Fernando de Azevedo assim define a missão a ser desempenhada por um verdadeiro sistema de ensino: "Já demonstramos mais de uma vez, e hoje não haverá ninguém que não esteja disso convencido, que a instrução secundária feita com bases sólidas e sério propósito de ministrar um preparo de humanidades completo, de jovens gerações, é o programa principal de todos quantos almejarem para o país um futuro condigno de seus destinos e de sua importância histórica. (...) Quando um materialismo onimodo satura quase todas as manifestações da atividade humana, mais e mais se faz necessário preparar, num país ainda em formação como o nosso, uma reserva de intelectuais, de idealistas, digamo-lo sem medo de falsas interpretações do termo, que garantam o futuro do país contra a hipótese sempre possível de um rebaixamento geral do caráter nacional, desamparado das vigas mestras que o sustentam a lhe dêem o aprumo em que

deva sempre permanecer." (in *O Estado de S. Paulo*; 18/02/1925) A sustentação da iniciativa, ancorada sobre o Humanismo e na oposição idealismo-materialismo⁽³³⁾, defendendo a necessidade de constituir uma reserva daqueles que professassem o primeiro princípio, traz consigo a inegável tentativa de auto-valorização de camadas intelectuais dedicadas ao ensino, projetando para si próprios um mundo em que possam estar protegidos das exigências e azares do mercado. Ao menos esta foi a posição adiantada por Sud Menucci ao defender a Faculdade de Educação proposta pela Reforma de 1920. Após afirmar que uma escola de "altos estudos desinteressados", como deveria ser a referida Faculdade, cumpriria um papel essencial na criação dos ideais da nacionalidade, completa o colaborador de Dória: "Tem que ser uma escola de altos estudos em que os lentes, amparados por salários que os ponham a cobro das vicissitudes da luta pelo pão, gozem da mais completa liberdade para cuidar dos assuntos com a mais absoluta independência. Qualquer restrição a essa liberdade faria falhar os fins essenciais da escola." (in Azevedo;1960:95)

O modelo vislumbrado é o de um sistema universitário bastante desenvolvido e impensável sem que se tivesse em mente um modelo plenamente constituído, como por exemplo o

(33) Para construir esta reserva de idealistas os educadores consideravam fundamental a preservação de um ensino estruturado em torno do humanismo clássico e despido de todo e qualquer utilitarismo. Para o exemplo mais acabado neste sentido ver as respostas de Rui Paula Souza ao Inquérito organizado por Fernando de Azevedo.

francês, o qual conheciam pelos contatos mantidos. O fato é que os "educadores profissionais", como veremos, conseguirão concretizar seus objetivos através das reformas que realizam, quando, progressivamente, passam de professores de uma Escola Normal a professores da Universidade de São Paulo. Tarefa impensável sem o apoio de intelectuais franceses com os quais mantiveram contatos tão estreitos e frequentes, principalmente pela legitimidade que conferiam às suas pretensões profissionais. Mas não eram apenas os interesses materiais imediatos - as suas carreiras - que estavam em jogo.

A defesa da abertura de uma provável Faculdade de (Filosofia) e Educação ligava-se à necessidade de preparar os profissionais a dedicar-se ao Ensino Secundário. As oportunidades de expansão abertas na área já haviam sido sentidas por estes mesmos educadores que lançam-se a iniciativas privadas na área do ensino secundário. A criação do Liceu Franco-Brasileiro é um sinal evidente desta ampliação das oportunidades no setor. (34)

(34) Em outro artigo em defesa do Liceu Franco-Brasileiro, Fernando de Azevedo, após afirmar que se fazia urgente a ação do Estado na estruturação do Ensino Médio, saúda a nova escola nos seguintes termos: "Não há que negar que o Liceu precedendo à obra de reorganização do ensino nacional, é a primeira iniciativa que se propõe, desinteressadamente, a enveredar por um caminho que todos reconhecem pelo melhor, mas poucos haviam decidido a percorrer." *O Estado de S. Paulo*, 17/03/1925.

Em termos empresariais, a iniciativa mais bem sucedida de membros do grupo foi, sem sombra a dúvidas, o Liceu Nacional Rio Branco, criado e gerido por Dória, Almeida Jr. e Lourenço Filho. Esta escola secundária, de meados dos anos vinte em diante, constitui-se em uma das mais reputadas escolas de São Paulo, sendo uma das poucas escolas particulares a competir em prestígio com o Ginásio do Estado da Capital e com as escolas controladas pela igreja, como o tradicionais Colégios São Luiz e o São Bento. (35)

Discursando na inauguração deste estabelecimento de ensino, Dória após afirmar em seu tom caracteristicamente grandiloquente que "No Brasil, então, hoje, mais do que nunca, a educação pública é uma questão de vida e de morte", passa a defender a necessidade de que o Estado regulasse e tornasse obrigatória a passagem pelo ensino secundário seriado. A sorte da nação, seria desnecessário lembrar, dependeria desta decisão (36). Em última análise, a campanha pela criação da Universidade está ligada à luta pelo

(35) Esta afirmação encontra-se sustentada pelos levantamentos estatísticos que fizemos para as comparações presentes no último capítulo. O Liceu Nacional Rio Branco e o secundário particular que maior número de alunos oferecia para a Escola Politécnica e Faculdade de Direito.

(36) O xenofobismo de Dória faz-se, uma vez mais, presente: "A não ser por influências estrangeiras, ou por ambição de estrangeiros, não há quase, entre nós, estabelecimentos de ensino secundário. E, no entanto, é nos estudos de humanidades que principalmente se formam os espíritos. E nele que reside a esperança da nacionalidade. Sem a base que ele cimenta, nunca poderao florescer "elites" indispensáveis. As camadas de escol, as natas de cultura, de que nenhuma nação pode hoje prescindir, e sem as quais será sacrificada e vencida nas competições internacionais" (*O Estado de S. Paulo*, 8/09/1927)

controle do setor educacional tomado em seu conjunto. Em ocorrendo a expansão que o sucesso da iniciativa do empresário educacional Sampaio Dória anunciava, o controle sobre as instâncias de formação de profissionais para o setor, está claro, garantiria a força do grupo no setor, fornecendo-lhes as armas para que suas concepções de ensino pudessem inspirar e guiar a formação de novos profissionais para o setor. (37)

Em 1927 e 1928, com alguns ecos em 1929, contando com o apoio emprestado pela presença constante de intelectuais franceses, a aliança entre os "educadores profissionais" e os "liberais doutrinários" leva ao seu ponto mais alto a campanha em defesa da criação da universidade. A inspiração no modelo francês é explícita, sendo mais correto talvez se falar em orientação, já que os intelectuais franceses são consultados sobre qual o formato mais adequado a ser adotado pela nova universidade.

A idéia tão agitada e propagandeada nestes anos, a ponto de se encontrar referências em *O Estado de S. Paulo* sobre a iminência de se criar a universidade, perde seu ímpeto no início dos anos trinta. A conjuntura política e suas múltiplas reviravoltas redefinem os objetivos dos parceiros desta aliança. A Revolução de 1930, apesar das

(37) As cartas trocadas entre Fernando de Azevedo e Alberto Venâncio Filho, publicadas por Penna; 1987, mostram bem a importância que o livro didático tinha nesta luta. Ver especialmente páginas 105 a 110.

frustrações posteriores, anunciava uma nova era para os grupos políticos ligados ao PD. A "política militante" voltava a abrir suas portas para aqueles que dela haviam sido afastados. O movimento renovador do ensino também verá materializar-se à sua frente novas oportunidades com a importância crescente que os debates sobre a reformulação do ensino passa assumir no cenário nacional. O esfriamento da campanha pela criação da universidade pode ser notado pela própria ausência de discussões públicas ou documentos relativos a implementação da idéia entre 1930 e 1934. O jornal *O Estado de S. Paulo*, pródigo em documentos desta ordem nos anos anteriores, não traz mais informações a este respeito.

Para o movimento dos "educadores profissionais", a reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal, em 1927, representou a primeira oportunidade aberta para um membro do "grupo" em por em prática seus "princípios" fora das fronteiras de São Paulo⁽³⁸⁾. Esta reforma e as participações nas Conferências Nacionais de Educação promovidas pela

(38) Para informações a respeito desta reforma, consultar Fileti;1982. Este Autor nota os praticamente nulos resultados obtidos por esta reforma no combate ao analfabetismo. Suas semelhanças com a refoma Sampaio Dória são enormes, a começar por seu ponto de partida, o recenseamento escolar dirigido pelo mesmo Sud Menucci.

A.B.E.⁽³⁹⁾ definirão novos campos de atuação para o grupo, potencializadas pela centralidade que a discussão a respeito da educação foi assumindo progressivamente naqueles anos. O objetivo maior deixa de ser o controle sobre o ensino paulista para se dirigir ao âmbito nacional, materializando-se, em última análise, na disputa pelos postos e orientação a ser seguida pelo recém criado Ministério da Educação e Saúde.

Em que pese a importância destes novos embates, em especial a disputa entre os defensores do ensino religioso e os da escola laica, entre os quais se perfilavam os profissionais paulistas, sua análise mais detida foge ao escopo deste trabalho. A bibliografia existente, em geral, tende a frisar as sucessivas vitórias dos grupos conservadores, ligados à igreja, que teriam frustrado as linhas mestras das reformas propostas pelos educadores mais progressistas, cujos líderes seriam Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Conforme esta mesma bibliografia, o programa do movimento de "renovação educacional" estaria organizado sobre três pontos básicos: ênfase na laicidade do ensino, expansão quantitativa da escola pública e igualdade

(39) Para as origens da A.B.E. e do movimento dos intelectuais cariocas em luta pela criação de uma universidade, consultar a aguda reconstituição de Paim;1981. A referência é importante por indicar que outros intelectuais com características muito semelhantes aos educadores paulistas lutavam pela mesma causa. As aproximações e distinções entre os dois movimentos serão objeto de análise mais detalhada nas conclusões deste trabalho.

de acesso à escola aos dois sexos. Sua representação programática mais acabada estaria contida no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, elaborado por Fernando de Azevedo em 1932 e assinado por 26 educadores. (Romaneli;1988:143).

Como disse, não cabe a este trabalho discutir em profundidade este ponto, até porque, no geral não há que discordar com o tom dominante na bibliografia. Apenas seria possível notar que, com base nas informações feitas anteriormente sobre as origens e orientações gerais dos "renovadores" paulistas, o caráter progressista do movimento pede qualificações. O discurso e a imagem forjados no decorrer do confronto com a "reação católica" - pelos quais, diga-se, o radicalismo destes é o maior responsável - não podem ser tomados como garantias suficientes de um comprometimento com políticas educacionais diversas daquelas de fato levadas a efeito pelos ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema.

É indiscutível que as principais lideranças ligadas ao "movimento renovador" - Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira - foram, em função da força estigmatizadora da campanha que sofreram da igreja e dos acordos desta com Getúlio e o Ministro Capanema, afastados dos postos de comando no setor. Note-se, ainda, que tal exclusão não se aplicava a todos os "renovadores" e nem a incorporação de

suas idéias. Lourenço Filho, para citar um exemplo, figura de proa do movimento e um dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros", não teve por isto sua carreira e colaboração junto ao governo federal impedida. Foi chefe do gabinete do Ministro Francisco Campos, membro do Conselho Nacional de Educação, além de ter organizado e dirigido o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Neste posto, contribuiu para a elaboração de um plano de nacionalização do ensino, que, como vimos, era uma idéia particularmente cara aos reformadores paulistas. (40)

Portanto, ainda que não se possa dizer que tenham sido totalmente derrotados, as pretensões dos educadores cuja carreira estamos a acompanhar sofreram abalos decisivos no nível federal (41). De outro lado, se acompanhamos o panorama regional, a realidade se mostra radicalmente diversa. Ao nível estadual, a partir da Revolução de 1930, os renovadores assumem a direção do aparelho de ensino,

(40) O mais interessante é que os documentos utilizados por Lourenço Filho para recolher subsídios para o programa são datados de 1921, período da reforma Dória, fortemente marcada por esta preocupação. Ver Schartzman; 1984:73.

(41) A correspondência de Fernando de Azevedo publicada por Penna; 1987 oferece um quadro vivo do envolvimento profundo deste educador com a disputa pelos postos junto ao Ministério da Educação e Saúde e o quanto foi pessoalmente "bombardeado" pela campanha católica. A correspondência fornece ainda valiosas informações para se avaliar o seu comprometimento e relações com a Cia. Editora Nacional no processo de "substituição das importações" no campo do livro dos didáticos. Ver p.103 a 178

revezando-se nos principais postos até o golpe de 1937.<42> Em meio à conturbada vida política do Estado, o "grupo" afirma sua posição de especialistas na gestão das questões e do aparelho de ensino, recuperando os princípios norteadores da Reforma de 1920.

O sentido geral deste período para a educação em São Paulo é bem defenido por Reynaldo Kuntz Busch, ex-diretor da Escola Normal, da seguinte forma: "A implantação do regime de governo de interventorias sucessivas propiciou ensejo para que alguns líderes em questões de ensino público, dirigindo-o em São Paulo, realizassem ensaios de reforma. Cada um cogitou de fazer sua reforma e, se não a efetivou no todo ou em parte, foi porque a mudança de Interventoria o colocou na situação de demissionário" (in *Centenário do Ensino Normal em São Paulo 1846-1946*;1946:13). Ocorre, como reconhece o próprio Almeida Jr. no Anuário do Ensino de 1935/1936, uma "febre" reformista. O pequeno tempo com que alguns reformadores são brindados trazem algumas desilusões,

(42) Para sustentar esta afirmação basta elencar os ocupantes da Diretoria de Ensino: Lourenço Filho (27/10/1930 a 23/11/1931), Sud Menucci (24/11/1931 a 26/05/32), João Toledo (27/05/1932 a 3/10/1932), Fernando de Azevedo (28/11/1932 a 23/08/1933), Sud Menucci (7/08/1933 a 23/08/1933), Francisco Azzi (24/08/1933 a 14/08/1934), Luiz da Motta Mercier (15/09/1934 a 25/09/35) e Almeida Jr. (26/09/1935 a 10/11/37).

como é o caso de Sud Menucci que publicou um livro, em 1932, intitulado "O que fiz e o que pretendia fazer".(43)

Para os fins deste trabalho, não cabe retomar em minúcias as reformas empreendidas por cada um dos ocupantes do cargo. Interessa, tão somente, sublinhar o seu sentido geral, o de retomada dos princípios orientadores da reforma de 1920. A burocratização do aparelho de ensino como forma de obstar as influências políticas e a luta pela instituição de um curso de nível superior voltado para a formação do magistério e de elites técnicas serão os principais objetivos dos "ensaios de reforma" do período. Na atuação de Lourenço Filho e de Fernando de Azevedo à frente da diretoria de ensino podem ser encontrados os exemplos mais conspicuos da aplicação destes princípios, marca registrada do movimento desde 1920.

Em sua entrevista a Antunha, Lourenço Filho afirma que "restabeleceu" as delegacias de ensino criadas por Dória e extintas em 1925. Tanuri afirma que a reforma de 1931 "retoma, de certa forma, as grandes linhas estabelecidas para os cursos complementares e normal em 1920" (1979:190). Na avaliação que faz de sua administração, Lourenço Filho cita como uma de suas principais medidas a exoneração dos

(43) As reviravoltas políticas do período, em verdade, acabaram por fracionar o grupo. Menucci aproxima-se de João Alberto e dos Integralistas (Nogueira Filho;1965:31), defendendo propostas educacionais afeitas a um país que deveria se manter rural (Wilson Martins;1978:494).

"professores leigos", aqueles admitidos em condições excepcionais, sob a alegação da falta de professores diplomados, e sua substituição por concursados. Além do concurso para admissão, iniciou-se um processo de regulamentação da carreira, estipulando-se as regras para remoção e promoção. A atenção especial à formação do professorado, outra das características marcantes da reforma de 1920, também será objeto da ação do reformador que em 1931 cria o Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários. Segundo avaliação de Reynaldo Kuntz Busch, este curso ofereceria "ensino em nível superior" de Psicologia, Sociologia, Filosofia, História da Educação e outros (Ver *Centenário do Ensino Normal em São Paulo 1846-1946*; 1946:13).

A retomada da concepção geral da Reforma de 1920 terá seu ponto mais alto na Reforma de 1933, dirigida por Fernando de Azevedo. Ao historiar a sua administração, Azevedo cita a regulamentação da carreira do magistério público primário (Decreto 5.804) e a sua maior realização no campo da racionalização administrativa: o Código de Educação do Estado de São Paulo. Este visava "substituir um enorme acervo disparatado de leis e regulamentosa por uma única lei, de fácil consulta e acessível a todos" (Azevedo;1971:116). Na outra área privilegiada pelos reformadores, esta administração também coroará as velhas lutas, com a criação do Instituto de Educação, que, nas

palavras de seu próprio criador, era uma "escola de formação profissional superior, de nível universitário" (Anuário do Ensino 1935/1936). Azevedo será o diretor da nova faculdade, além de Professor Catedrático de Sociologia Educacional.

A linha de continuidade que parte da Reforma de 1920, passa pelo "curso de aperfeiçoamento" e alcança seu coroamento no Instituto de Educação encontra-se expressa, de maneira clara e direta, no discurso pronunciado por Almeida Jr. em homenagem a Dumas que já citamos anteriormente. A Faculdade de Educação prevista por Dória não passara dos planos, planos para os quais Dumas contribuiu decisivamente, uma "semente que ficou" e que "dez anos mais tarde, sob o modesto nome de Curso de Aperfeiçoamento, entrou ela a fazer parte do aparelhamento escolar paulista. E em 1933, retocado e engrandecido, reaparece, em todo o esplendor, o plano primitivo, com o nome que hoje tem de Instituto de Educação". (in Antunha;1971:84) Em se tratando de uma homenagem a Dumas e na U.S.P., não será demais estender a linha traçada por Almeida Jr. de forma a alcançar a própria criação da universidade. A participação dos educadores quando da criação da universidade, como veremos, foi central, sendo importante notar o fato de o fazerem agindo a partir de uma nova base institucional, o Instituto de Educação, cuja condição protegerão e reforçarão.

Como observa Antunha, o Instituto de Educação nasceu "para viver transitoriamente". O decreto estadual nº 5.846 estipulou que, naquele instituto, "enquanto não se estabelecer a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de acordo com as normas federais, haverá também cursos de formação de professores secundários".(citado por Antunha, 1971:97) Nesta situação, em verdade, conferia-se "uma estrutura híbrida ao Instituto de Educação (de nível normal e superior ao mesmo tempo), o qual passou a fazer parte do ensino superior "exclusivamente por sua escola de professores, o que certamente não lhe permitiu emparelhar-se, de imediato, em termos de prestígio e de aceitação, com as tradicionais escolas superiores mantidas pelo estado."(1971:98) Estas informações sobre a transitoriedade e pouco prestígio do Instituto de Educação merecem ser ser frisadas, pois, de forma alguma, correspondem ao papel que seus membros e o próprio Instituto virão a ter no momento da criação da universidade.

Segundo Fernando de Azevedo, Mesquita Filho o procurou em meados de dezembro de 1933, logo após retornar do exílio, solicitando que elaborasse o "projeto do decreto-lei que devia instituir a primeira universidade de São Paulo.(...) Não havia tempo a perder. Desejava o governo baixar este decreto no dia em que se comemora a fundação da cidade"(1958:220) Para examinar este decreto foi composta uma comissão que "constituiu-se, além de seu relator, que

era o próprio redator do projeto, dos professores Almeida Jr., - aquele e este por parte do Instituto de Educação, Teodoro Ramos e Fonseca Teles, pela Escola Politécnica, Raul Briquet e André Dreyfus, da Faculdade de Medicina, Vicente Ráo e Waldemar Ferreira da de Direito, Rocha Lima e Agesilau Bittencourt, pelo Instituto Biológico, e Júlio de Mesquita Filho"(1958:220)44. Ainda segundo o mesmo Autor, feitas algumas modificações, o ante-projeto passa as mãos do secretário da Educação, Cristiano Altenfelder Silva, e de seu consultor jurídico, ninguém menos que Sampaio Dória, que o examina sob seus aspectos jurídicos. Somente depois de assinado o decreto-lei, em 25 de janeiro de 1934, é que Teodoro Ramos é enviado à Europa com o fim de contratar professores, enquanto Fernando de Azevedo, Almeida Jr. e Sampaio Dória elaboram os Estatutos da Universidade (decreto estadual n. 6.533, de 4 de julho de 1934)

O próprio Fernando de Azevedo fornecerá uma versão um pouco modificada para estes acontecimentos em suas memórias. Nesta nova versão, Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira pretenderiam assinar o decreto logo que receberam sua primeira versão (dezembro de 1933), sendo demovidos desta idéia por Fernando de Azevedo, sob as objeções mais óbvias: "Como o decreto-lei, em preparo, criando a universidade, teria de incorporar nela as escolas superiores

(44) O nome de Waldemar Ferreira, em realidade, não figura entre os signatários do referido projeto de decreto. Ver Cardoso;1982:96.

preexistentes, de formação profissional,- a Faculdade de Direito, de Engenharia, Medicina e Escola Superior de Agricultura, não seria prudente baixar este decreto antes de ouvi-las. Para quebrar ou reduzir essa resistência, devia o governo constituir uma comissão de quatorze membros, -dois de cada uma das escolas referidas, dois do Instituto Agrônomo, de Campinas, dois do Instituto Biológico, de São Paulo, e dois da Faculdade de Educação, -para examinar o projeto de decreto-lei. As antigas escolas superiores não poderiam então alegar que não haviam sido consultadas"(1971:120)<45>. Azevedo, neste relato, não cita os membros desta comissão e tampouco quais os métodos para seleção de seus membros.

Independente de uma análise mais detida da maneira como foi composta a referida comissão e dos critérios utilizados para seleção de seus membros, a rapidez com que a Universidade foi criada não pode passar sem destaque. A incorporação das ditas "Faculdades Profissionais" ao projeto não parece ter sido objeto de negociações e contatos estreitos. Quaisquer tenham sido estes contatos, é certo que da parte destas não há quer um comprometimento anterior com a idéia, quer a iniciativa e o envolvimento profundo com esta causa que notamos entre os "educadores profissionais". No máximo, pode se apontar este ou aquele professor com ligações com a campanha, como o próprio Dória e Porchat na

(45) Estas informações são importantes para precisar as bases do projeto universitário que virá a vingar.

Faculdade de Direito⁽⁴⁶⁾, ou Dreyfus na Medicina. No caso da Politécnica, as informações disponíveis apontam para a existência de conflitos com os princípios da Universidade que veio a ser criada. Segundo Antunha, "encontramos, às vésperas de criação da Universidade de São Paulo, propostas de criação de universidades técnicas, segundo o modelo Alemão (...) O decreto estadual 23.775, de 22 de janeiro de 1934, emitido três dias antes do decreto de fundação da universidade, havia 'autorizado o governo do Estado de São Paulo, enquanto não organizar a Universidade Técnica prevista no decreto 21.303, de 18 de abril de 1932, a incorporar a Escola Politécnica de São Paulo a uma universidade estadual'. Certamente havia receios e resistências nos meios politécnicos a respeito da futura integração da escola na futura Universidade de São Paulo" (1971:64 - grifos no original).⁽⁴⁷⁾

O papel fundamental desempenhado por Fernando de Azevedo, Almeida Jr. e Sampaio Dória nas referidas comissões dispensam provas adicionais. De outro lado, ao serem

(46) Talvez seja oportuno salientar que as negociações para a transferência da Faculdade de Direito da União para o Estado são posteriores a 25 de Janeiro de 1934. Somente em abril de 34 consuma-se a transferência, após o que Sampaio Dória foi nomeado o representante desta faculdade junto ao Conselho Universitário.

(47) Para relatos sobre o movimento dos politécnicos no período consultar também Souza Campos;1954. O movimento em favor de uma universidade técnica inspirada no modelo Alemão não pode ser menosprezado, constando, por exemplo, do programa do PD de 1932, escrito por Vicente Rão às vésperas do levante de 32 (Para a íntegra do programa, consultar Nogueira Filho;1966:380 . A menção a esta presença encontra-se em Antunha;1971:64)

equiparados em representação ao Instituto de Educação, Biológico e Agrônômico, as "faculdades profissionais" perderam a possibilidade de liderar a redação do projeto. Conhecidos os conflitos posteriores no Conselho Universitário, as "Faculdades Profissionais" só não podiam alegar não terem sido consultadas, como diz Fernando de Azevedo.

Os educadores se beneficiarão diretamente de sua participação decisiva na elaboração do projeto da nova Faculdade; o Instituto de Educação não só será incorporado à Universidade, superando a sua "transitoriedade", como também desempenhará papel fundamental na estrutura criada. Como nota Antunha: "A circunstância de já se achar organizado e em funcionamento o Instituto de Educação, como escola independente, de nível superior e de caráter profissionalizante, de uma certa forma facilitou os planos dos reformadores paulistas tendentes a eliminar completamente da Faculdade de Filosofia todos os componentes utilitários e práticos. As duas escolas poderiam, solidária porém independentemente, colaborar para a formação de professores de nível secundário ou superior: a Faculdade de Filosofia proporcionaria a cultura e o conteúdo especializado e o Instituto de Educação a formação propriamente pedagógica" (Antunha;1971:105) Ou seja, o papel que os educadores reservaram ao seu Instituto não era nada desprezível, constituindo-se na via de passagem obrigatória

para a profissionalização possível para a maioria de seus diplomados.

A colocação de Antunha merece outro comentário pelas referências à preocupação de se "eliminar completamente da Faculdade de Filosofia todos os seus componentes utilitários e práticos". Pela descrição anterior sabemos que esta intenção está em perfeita concordância com os princípios a inspirar o movimento. A oposição "Faculdades Profissionais"-Faculdade de Filosofia, construída pelos próprios mentores desta última, passa a ter maior relevância. O objetivo era criar uma faculdade não-utilitária, não-prática e purgada ao máximo do caráter profissionalizante.

Este ponto merecerá um tratamento extenso no último capítulo. Como o próximo tratará da conjuntura política que antecede e assiste a criação da Universidade, talvez seja adequado deixar indicado que no tratamento do recrutamento dos alunos revela-se nova e importante linha de continuidade entre o movimento dos educadores e a Universidade. Relatando as dificuldades enfrentadas pela Universidade de São Paulo em seus primeiros anos de vida, mais precisamente, quando da realização das matrículas para seu segundo ano letivo, relembra Fernando de Azevedo: "Abertas as inscrições para os cursos na Faculdade de Filosofia verificou-se, com decepção para muitos, ser insignificante o número de candidatos, inferior ao número de professores já contratados e por

contratar no estrangeiro. Alarma-se, não sem razão, Júlio de Mesquita Filho com a indiferença com que parecia ser acolhida a grande iniciativa. Pede-me sugestões e, em resposta, solicitei a necessária liberdade de ação para resolver o problema de momento. Era o mês de fevereiro em que começava a realizar-se no Instituto de Educação, de que era diretor, as provas de admissão dos candidatos escritos. Percorrendo, uma por uma, as salas em que se encontravam em exames, professores normalistas, inscritos para cursos de aperfeiçoamento e especialização, falei-lhes da Faculdade de Filosofia, do seu papel no sistema universitário, da variedade de seus cursos e das perspectivas que abriam para novos estudos, em diversos domínios de conhecimentos. Que estavam em tempo de escolher entre os cursos do Instituto, a que afluíra candidatos, e os da Faculdade, a que se apresentaram em número extremamente reduzido. O resultado não se fez por esperar. Reabertas, segundo minha proposta, as inscrições na Faculdade de Filosofia e prestados os exames exigidos por lei, foram matriculados condicionalmente numerosos normalistas que, acudindo a meu apelo, rumaram para a Faculdade onde deveriam fazer cursos a que atraíam as suas aptidões e preferências. Salvou-se, com essa medida, a Faculdade a perigo."(1958:222)

Constata-se pelo depoimento que a "grande iniciativa" foi recebida com considerável indiferença, a ponto de ameaçar a sua própria continuidade. Neste ponto, e não no denodo e

perspicácia de Azevedo, encontra-se a continuidade que fizemos referência acima. Os normalistas constituirão a clientela por excelência da nova Faculdade. Somente a estes, e não a secundaristas, a iniciativa pareceu acenar com alternativas profissionais promissoras.

Capítulo III
A Causa Paulista

No primeiro capítulo deste trabalho, discutimos as idéias políticas de Júlio de Mesquita Filho e de seu grupo. A reforma educacional e a adoção do voto secreto, mais aquela do que esta, são defendidas como as reformas políticas essenciais e inadiáveis para a sorte do país. A emergência deste discurso político está relacionada à situação deste grupo particular no interior de uma sociedade que atravessava profundas mudanças. Isto é, tal pregação não pode ser entendida sem que seja referida à expansão da economia cafeeira, ao "fechamento" do PRP, à afirmação do setor cultural e à presença marcante dos imigrantes na sociedade paulista do período.

Por contraditório que possa parecer, à medida que caminhamos em direção ao momento da criação da universidade, menos presente se torna este discurso. A conjuntura política altera-se radicalmente, elegendo novos temas como centros gravitacionais do debate. Ainda que, em um primeiro momento, a Revolução de Outubro de 1930 parecesse anunciar aos membros da "elite cultural" paulista que, afinal, a sua hora

havia soado⁽¹⁾, em pouco tempo as suas expectativas foram frustradas pelas forças revolucionárias identificadas com o "tenentismo". A "causa paulista" passa a ser o mote das lideranças políticas do Estado.

Neste capítulo, acompanharemos o comprometimento profundo de Júlio de Mesquita Filho com esta causa. Inicialmente, no período que antecede a eclosão do movimento armado de 1932. Veremos que a sua participação nos momentos decisivos que decidiram o encaminhamento do "caso de São Paulo" não foi pequeno. Antes o contrário. Mesquita Filho, progressivamente, vai assumindo uma posição de liderança nos preparativos e definição dos rumos que levaram os paulistas à revolta armada.

Derrotado o movimento, no exílio, o jornalista encontra-se entre aqueles que imediatamente se lançam à preparação de novo movimento armado. Embora não acreditasse

(1) Leia-se esta carta de Lobato a Júlio de Mesquita Filho: "Capitão! /Lembra-se de um soldado que caiu no meio da marcha e exilou-se de São Paulo, vai para seis ou sete anos? Chamava-se Lobato, era um homem de bem, mas teve a fraqueza de descrer de São Paulo. (...) Súbito, uma notícia lhe chegou ao conhecimento: São Paulo varrera a mazorca, São Paulo voltara a ser dirigido pelos homem de bem! Plínio estava no governo! (...) Escrevi ao Plínio e agora escrevo, pela segunda vez (a primeira foi quando me exilei) ao capitão glorioso de todos nós. Escrevo para saber se vocês ainda me querem no batalhão (...) Voltar, rever os amigos, colaborar no velho Estado, respirar este ar donde o oxigênio da honestidade havia fugido. (...) Por isso pergunto ao meu capitão se há um posto de faixineiro que eu possa desempenhar. Botem-me nele que não errarão. (...) Adeus Capitão. Perdoe o desplante do velho soldado e creia na sinceridade do Monteiro Lobato." , in Pereira;1982:25.

que a constituinte fosse chegar a bom termo, temendo um revide dos Tenentes, o jornalista é surpreendido pela nomeação de seu cunhado para a interventoria do Estado. Retornando ao Brasil em fins de novembro, Mesquita Filho recolhe-se a um não habitual mutismo. Dois meses depois de seu retorno, vem a público o decreto criando a Universidade de São Paulo. Nem antes, e tampouco depois de sua promulgação, o decreto foi acompanhado pela retomada do antigo discurso. A iniciativa, em verdade, é cercada do mais profundo silêncio. Não há qualquer manifestação que indique que a educação, frente a nova conjuntura, voltasse a ocupar o lugar de outrora, isto é, que houvesse voltado a ser o instrumento mais adequado para que dar início a urgente e necessária "regeneração" do país.

Por certo, a "causa paulista" continuava a habitar o centro das preocupações. Na falta de pronunciamentos públicos de Mesquita Filho, ou de qualquer outro membro ligado à velha campanha, optamos por tomar a tradicional seção Notas e Informações de *O Estado de S. Paulo* como o indicador mais seguro das prioridades políticas do mentor da Universidade. Do seu retorno ao país ao fim dos trabalhos constitucionais, vê-se que há, praticamente, um único tema a ser tratado em Notas e Informações, qual seja, a necessidade de preservar a autonomia política dos Estados na nova Carta Constitucional.

Assim, acompanhando a conjuntura política pelos olhos e pela participação de Júlio de Mesquita Filho veremos que em nenhum momento a Universidade foi eleita como instrumento ou arma medianamente relacionada com a "causa paulista". Fundada em meio aos trabalhos constitucionais, não merece destaque especial frente a outras iniciativas do Interventor e, por espantoso que possa parecer, não merece muitos comentários ou artigos de apoio até o início de suas atividades, em junho de 1934.

Neste momento, rompe-se o silêncio e a iniciativa começa a ser comentada em tons grandiosos. A esta mesma época, a constituinte encerrava seus trabalhos, saudados como plenamente satisfatórios para a "causa paulista". O "caso de São Paulo" encontrava-se solucionado. A Universidade é saudada como mais uma prova da grandeza dos paulistas, não como arma de uma luta já terminada. O "caso de São Paulo" e sua "causa" só voltarão à baila anos mais tarde, quando do lançamento da candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência.

Iniciadas as atividades da Universidade, passa a ter menor interesse acompanhar quais os objetivos que se esperava alcançar por seu intermédio. A partir de então, menos que os objetivos esperados, trata-se de analisar os seus resultados efetivos.

A heterogeneidade da coalizão a compor o movimento de outubro de 1930 mostrou-se imediatamente após a sua vitória. A relação tensa entre "tenentes" e P.D. em São Paulo pode ser tomada como um prenúncio de confrontos posteriores a dividir os aliados. Os democráticos de São Paulo não foram as únicas forças oligárquicas a experimentar dissabores com os tenentes e suas preocupações de cunho reformista. Conforme a aguda análise de José Murilo de Carvalho, "as elites civis dos grandes estados que se tinham envolvidos na revolução descobriam agora que tinham estado bancando os aprendizes de feiticeiro. A construção da nova ordem hegemônica em bases puramente civis, como acontecera ao final dos governos militares no início da República, revelava-se agora impossível. E nos primeiros momentos, o receio não era apenas de quebra do governo civil, mas até mesmo de quebra da ordem social." (1983:142)

O mesmo Autor observa que procurar reduzir o conflito pós-revolucionária a uma polarização entre "tenentes" e "oligarquias" pode levar a uma visão simplificada daquela conjuntura. Ainda que estes sejam os dois principais polos em conflito, é preciso notar que os dois lados "estavam internamente divididos e eram incapazes de apresentar uma frente unida contra o adversário." (Carvalho; 1983:142). Configurava-se um impasse, onde, por um lado, as rivalidades

políticas entre as oligarquias e, de outro lado, a fragmentação interna do exército enfraqueciam internamente ambos os lados, impedindo a preponderância de um deles.

José Murilo de Carvalho sugere que a revolução de 1932 deve ser tomada como a primeira grande articulação política a romper com este impasse pois, por uma lado, procurou rearticular politicamente as oligarquias mais poderosas (SP, RS e MG) e, por outro lado, buscou alianças com a cúpula militar comprometida com a profissionalização e despolitização da corporação⁽²⁾. A análise que desenvolveremos baseia-se no roteiro de alianças apontada por José Murilo de Carvalho na preparação do levante. Não estaremos preocupados em sustentar uma interpretação sobre a Revolução de 1932, mas sim, tão somente, apontar para as diferentes posições assumidas pelos diversos atores políticos paulistas em momentos decisivos da articulação revolucionária. Partindo do suposto que não há nada de natural ou de necessário na opção dos paulistas em partir para o confronto armado, estaremos preocupados em identificar as lideranças que contribuíram para este fim. A

(2) "A criação da Frente Unica Paulista, no entanto, iria possibilitar a formação de uma coalizão com dissidentes de Minas, do Rio Grande do Sul e do Exército para tentar uma solução pela força. Seria o primeiro grande round da luta, no qual o problema do regime é que se colocaria em primeiro plano: demandava-se o fim da ditadura, a volta ao sistema constitucional e, do lado militar, a volta à hierarquia e aos princípios da disciplina. A vitória dos revoltosos era altamente provável, só não acontecendo pela retirada da adesão prometida de outros estados, particularmente do Rio Grande do Sul" (Carvalho;1983:144).

análise se concentrará na luta interna do PD, uma vez que importa frisar o comprometimento de Mesquita Filho na construção da aliança revolucionária e na precipitação do levante⁽³⁾.

O primeiro ponto a ser frisado diz respeito à orientação do PD ante a situação a que fora relegado pelo tenentismo. Ao contrário da ênfase normalmente encontrada na literatura, o partido não marchou para a oposição ao governo provisório, à união com o PRP e à luta armada sem dissensões internas. Um bom mapeamento da luta interna do partido no pós-30 é fornecida por Paulo Nogueira Filho na seguinte passagem: "Contavam-se nos dedos da mão os democráticos corroidos por ambições pessoais, sendo os grupelhos politiqueiros frágeis e minguados. Existiam, isto sim, no Partido, correntes de ideais e de ação distintas, como é comum nas agremiações políticas verdadeiramente orgânicas. No P.D. a primeira dessas aglutinações era a que mais estreitamente se vinculava ao chamado "Grupo do Estado" que tinha a sua Meca na redação do grande jornal O Estado de São

(3) Esta análise ressent-se da falta de trabalhos analíticos sobre a Revolução de 32. Por outro lado a produção memorialística dos envolvidos na luta é simplesmente imensa. Mesquita Filho é um dos praticantes deste memorialismo auto-mitificante, tendo escrito um artigo sobre o tema, Contribuição para a História da Revolução de 1932, publicado em *O Estado de S. Paulo* de 09/06/57, onde oferece a sua versão dos eventos, versão esta em que ocupa o centro de todas decisões. Além disto, o *Estado de S. Paulo* publicou em 1982 uma reportagem histórica de mais de 500 páginas, A Folha Dobrada, que faz amplo uso de documentos inéditos do Arquivo Júlio de Mesquita Filho. Nossa análise prescinde das informações cuja única fonte for Mesquita Filho.

Paulo; a segunda, de tendências muitas vezes divergentes, era encabeçada por Marrey Junior e constituída em maioria pelos diretórios da Capital. Entre ambas situava-se a que formava em torno de Francisco Morato. Se não me engano, a esta última pertencia, na ocasião, a maioria dos elementos de cúpula e dos diretórios do Interior. Quanto ao "Grupo do Estado", há ainda a observar que o seu líder incontestado, Dr. Júlio de Mesquita Filho, embora não inscrito no Partido, nêle nunca deixou de exercer larga influência. Quanto a seu irmão, Dr. Francisco Mesquita, foi sempre dos militantes mais integrados, ativos e eficientes do P.D.."(1965:11) A polarização entre os dois grupos, o liderado por Marrey e por Mesquita Filho, se deu no encaminhamento do "caso de São Paulo", cada um dos líderes advogando a busca de alianças em campos opostos. Morato ocuparia o centro do partido por não ter optado enfaticamente por qualquer das opções, conquanto aproxime-se progressivamente do "grupo do Estado" em um primeiro momento. A sua posição centrista se evidenciará em um segundo momento, após a derrota definitiva do grupo de Marrey, quando se mostra favorável a uma solução negociada que evitasse o levante armado.

Merece ser destacada a inserção característica de Mesquita Filho no interior do partido, ao qual sequer chegou a se filiar. Se os diretórios da capital eram controlados por Marrey e os do interior por Morato, logo a força política da facção comandada pelo diretor de *O Estado de S.*

Paulo pouco dependia da luta no interior do partido e do controle dos recursos usuais nestas lutas. O maior peso político que virá a ter na medida em que nos aproximamos do levante armado não passa pela reversão desta situação. A ascensão política de um "notável" como Mesquita Filho, ao largo da "máquina partidária", pode ser explicada pelas condições específicas daquela conjuntura, quando não só se encontram interrompidos os canais normais de seleção e rodízio das lideranças, como também não ocorre a cooptação destas a partir do centro. Nesta situação, os recursos políticos usuais perdem sua eficácia. Não por acaso, a ascensão política de Mesquita Filho se fará em meio a uma conspiração revolucionária a partir de apelos suprapartidários, a "causa paulista"⁽⁴⁾.

Para Paulo Nogueira Filho (1965:289 e seg.), durante a crise de novembro de 1931, quando ocorrem, simultaneamente, a queda de Laudo de Camargo da interventoria paulista e o primeiro grande estremecimento das relações entre o governo provisório e a Frente Unica Gaúcha (FUG), teria se verificado a primeira escaramuça entre as duas facções rivais no interior do PD. Marrey Jr. procurou negociar com Oswaldo Aranha e João Alberto a indicação de um novo interventor, paulista e civil, mas não necessariamente

(4) Notemos que Francisco Mesquita, o membro da família a militar no interior do PD só veio a fazer parte do Diretório Central do Partido em 1931, talvez não tanto pela escalada política de seu irmão, mas mais provavelmente pelo fato do número de integrantes deste órgão ter sido ampliado de 12 para 28 membros.

ligado ao partido. Uma lista triplíce de não-democráticos chegou a ser elaborada e submetida a apreciação de João Alberto. Mesquita Filho, por seu turno, embarcou para o Rio Grande do Sul, buscando obter apoio para as pretensões democráticas junto aos líderes da FUG reunidos em Cachoeira. Esboçando uma aliança entre o PD e a FUG, o jornalista expressa em artigo para seu jornal, enviado do Rio Grande do Sul, a sua confiança no "pronto encaminhamento de uma solução constitucional" para o regime (5) .

Conquanto possa ser vista como a primeira manifestação dos embates futuros, a polarização indicada por Nogueira Filho não se consubstancia plenamente nestes eventos. As duas alternativas esboçadas acabaram por se mostrar infrutíferas. João Alberto recusa os nomes propostos por Marrey Jr. e o coronel Manuel Rabello foi mantido na interventoria. Por outro lado, a aliança com o Rio Grande do Sul naufragou naquele momento, uma vez que ocorre uma recomposição entre o governo central e a FUG, expresssa na nomeação de Mauricio Cardoso para ocupar a pasta da Justiça com o compromisso de acelerar o processo de

(5) Antonio Carlos Pereira publica uma carta de Mesquita Filho, datada de 18/11/31, onde comenta que a derrubada de Laudo Camargo teria convencido a opinião pública paulista da existência de um *complot* do Rio Grande do Sul contra São Paulo, convicção esta que dificultaria "extraordinariamente o trabalho dos que, como nós de *O Estado* e os democráticos, continuam a crer obstinadamente que só uma aliança da democracia rio-grandense com os que em São Paulo sempre se bateram pela regeneração nacional poderá salvar-nos do caos em que vamos soçobrando" (in Pereira, 1982:201)

reconstitucionalização. As alternativas tentadas por cada um dos líderes mostraram-se igualmente infrutíferas.

Deste modo, o que Nogueira Filho (1965:293) apresenta como a vitória da corrente conciliatória de Morato, nada mais foi que uma decorrência natural da impossibilidade de se levar adiante qualquer das duas alternativas ensaiadas.

A decisão do PD em passar à oposição ao governo provisório pode ser relacionado ao insucesso de ambas as gestões citadas acima, que, em última análise, apontam para o isolamento político do partido no interior das forças revolucionárias, visto com desconfiança pelos "tenentes" e incapazes de obter algo mais que apoios verbais da FUG. As informações disponíveis permitem supor que Marrey se opôs a esta decisão, acompanhando o partido a contra gosto e de que suas gestões junto a Aranha e João Alberto foram reputadas como prejudiciais à causa do partido. Dias antes da decisão de passar a oposição ser anunciada, a 10 de janeiro de 1932, Marrey concede entrevista ao Diário Nacional pretando contas de suas atividades em novembro. Em nome da preservação da unidade partidária (Nogueira Filho;1965:333), Marrey se via obrigado a uma auto-crítica pública e a prestar esclarecimentos que pudessem minorar os desgastes sofridos

por sua imagem pública. Começava o processo de desgate deste líder⁽⁶⁾.

A 9 de janeiro, o PD envia emissários ao Rio para acenar com a possibilidade de sua passagem à oposição caso suas reivindicações não fossem atendidas. A pressão não surte o efeito desejado, o que é o mesmo que se ter o reconhecimento de que o governo prescindia de seu apoio. Assim, quando o PD rompe publicamente com o governo, em 15 de janeiro, não pratica um ato de força ou desafio, mas, tão somente, toma consciência de sua fraqueza enquanto parceiro na aliança revolucionária. A pressão da FUG em novembro de 1931, vale lembrar, tiveram efeitos diametralmente opostos.

No dia 19 de janeiro o PRP rompia o silêncio em que se encontrava desde a Revolução, publicando um manifesto pregando a constitucionalização imediata do país. Ainda em janeiro, comemorou-se o IV Centenário da fundação de São Vicente e o aniversário da cidade de São Paulo,

(6) Para transcrição de trechos desta entrevista consultar Pereira;1982:216. O fato de ter negociado com membros do governo central não pode ser tomado, como sugere Nogueira Filho em algumas passagens, como a razão deste desgate. Se o PD ainda não rompera com o governo, nada havia de errado em suas negociações. O mais provável é que a origem deste desgaste esteja no fato de ter sugerido nomes de não-democráticos, o que pode ter sido tomado como o reconhecimento de uma fraqueza, prejudicando a pressão em comum com as forças rio-grandenses. A acusação de tibieza pode ter sido reforçada em função de sua rejeição ao rompimento com o governo. A intimidade com Oswaldo Aranha também pode ter contribuído para a montagem do libelo acusatório, explicando-se sua preferência política como a forma de preservar suas ambições pessoais.

oportunidades em que organizam-se "comícios cívicos" em que é desfrauda com ímpeto a bandeira da defesa da "causa paulista". Frente a repercussão destes eventos, ganha força a corrente interna do PD favorável à passagem a uma oposição de cunho radical por intermédio da aliança entre os "partidos paulistas tradicionais".

A formação da Frente Unica Paulista (FUP), do ponto de vista do PD, portanto, deve ser entendida a partir da própria impotência do partido, ou melhor, como a tentativa de reverter este quadro. Este passo, no entanto, não foi dado sem oposições no interior dos dois partidos (Leite;1932:23). Quanto ao PRP, tal oposição partiu, principalmente, daqueles setores mais identificados a Washington Luis. O principal líder deste "congraçamento" pelas hostes do PRP, Alvaro de Carvalho, não por acaso, era um homem afastado da política desde 1924, quando sua carreira foi bloqueada pelo "paulista de Macaé". Pelo lado do PD, Marrey Jr. e Antonio Feliciano opuseram-se à formação da FUP, defendendo a possibilidade de uma recomposição futura com o governo provisório .

Mesquita Filho, segundo Paulo Nogueira Filho, teria sido um dos articuladores da aliança PD-PRP. Ainda segundo este Autor, a negociação e concretização da aliança teriam

por perspectiva um levante armado (7). Uma vez constituída a Frente Unica Paulista, formou-se, paralelamente, o Comitê Executivo da Revolução, composto por 4 membros, dois de cada partido. Ataliba Leonel e Coriolano Góes representavam o PRP, enquanto Mesquita Filho e Cesário Coimbra foram os nomes designados pelo PD (Leite; 1934:59). Os contatos com os militares de alta patente e defensores de uma maior profissionalização da corporação e, por isto, em conflito com os tenentes são estreitados a partir de então. Como membro do Comitê Executivo da Revolução, Mesquita Filho será

(7) "Quando estive em São Paulo, em dezembro de 1931, palestrei diversas vezes com o Dr. Julio Mesquita Filho, que, interpretando o pensamento de elementos de influência no seu próprio grupo, na Liga de Defesa Paulista, no Partido Democrático e em outros núcleos sociais, considerava seriamente a necessidade de se corporificar uma organização militar, não só para defesa do autonomismo paulista, mas também para agir no cenário nacional, em prol dos ideais de 30 traídos pela ditadura (...) Desde abril de 31, embora com alternativas diversas, conspirou-se em São Paulo, contra a Ditadura, sendo o setor militar constante e brilhantemente orientado pelo General Isidoro Dias Lopes em contato com oficiais do Exército, da Força Pública e elementos civis de núcleos formados, em sua maioria em tórno do diretor de O Estado de São Paulo (...) Neste sentido em fins de janeiro e princípios de fevereiro, o Dr. Júlio de Mesquita Filho (...) convenceu-se da necessidade do conagraçamento dos partidos políticos tradicionais de São Paulo" (1968:13). É preciso levar em conta que Nogueira Filho se apoia no artigo de Mesquita Filho de 1957, onde o diretor de *O Estado de S. Paulo* reivindica para si toda a iniciativa e responsabilidade pela realização da FUP Para esta versão consultar ainda Pereira;1982:247. A favor da versão de Mesquita Filho de não ter sido desmentido pelas inúmeras memórias de revolucionários.

o ponto de ligação com o General Euclides Figueiredo, um dos líderes militares da revolução. (8)

O deslanchar da articulação revolucionária, no entanto, não pode ser creditado exclusivamente às decisões internas à política paulista. Em fins de fevereiro, os gauchos passam a oposição ao Governo Provisório, como resposta a não punição dos responsáveis pelo empastelamento do Diário Carioca, interpretada como um sinal de que o governo desautorizava o trabalho do Ministro Maurício Cardoso. O Ministro da Justiça entregara, dias antes o Código Eleitoral a Vargas. A formação da frente oligárquica de oposição ao Governo Provisório voltava a ser uma possibilidade, o que conferia um novo caráter às articulações dos paulistas.

Segundo Héglio Trindade, "a partir deste momento, a F.U. tentará articular, principalmente com Minas e São Paulo, uma campanha em prol da reconstitucionalização, onde dois pontos são fundamentais: primeiro a formação de um

(8) Figueiredo afirma ter iniciado seus contatos com os paulistas nos últimos meses de 31. São citados como seus primeiros interlocutores: Paulo Moraes Barros, Francisco Morato, Aureliano Leite e Júlio de Mesquita Filho, cuja atuação, já neste primeiro momento, é destacada pelo general, ver Figueiredo;1977:33. Passos concretos com vistas à revolução são relacionados à formação da FUP, só então foi "possível pensar em organizar um plano para um levante armado, cujas primeiras providências eu percebia iriam ser de minha incumbência. Para colher os elementos necessários pedi Júlio de Mesquita Filho que me fosse pondo em contato mais direto com os civis e militares do Exército e da Força Estadual, com os quais já podíamos conversar. Estava eu hospedado na casa do seu falecido pai, em São Paulo, desabitada na época, portanto ótimo esconderijo" (Figueiredo;1977:34).

partido constitucionalista nacional e, segundo, a constituição de um Ministério de Conciliação. O porta-voz da F.U. para esta missão será João Neves da Fontoura. Este além de contatar com os grupos políticos estaduais, mantém uma série de reuniões com Getúlio" (1979:181)

O depoimento do porta-voz da FUG fornece os elementos necessários a uma avaliação do papel político desempenhado por Júlio de Mesquita Filho na constituição da frente inter-oligárquica: "Procuraram-me sem demora os *leaders* paulistas para uma articulação necessária. Em uma das primeiras conversas, pedi ao sr. Júlio de Mesquita Filho que redigisse um esboço de pacto político para ser examinado pelos chefes gauchos. O brilhante e prestigioso diretor do Estado de São Paulo apresentou-me, na manhã imediata, uma folha de papel, contendo as linhas gerais do documento. Embora traçado com elevação, julguei-o demasiado para os fins que tínhamos em vista. Havia nele compromissos doutrinários, que se me afiguravam prematuros (...). O essencial no instante era organizar um bloco de opinião que forçasse a Ditadura a encurtar os dias de sua lementável existência. Isto posto, (...) ali mesmo escrevi o singelo instrumento de cooperação cívica, que se limitou a tornar certa a aproximação indissolúvel das duas partes, sem subterrâneos nem subentendidos. Mandeï tirar do documento duas cópias. Uma levou-a o sr. Júlio de Mesquita Filho." (Fontoura;1933:100)

Há uma série de novos encontros, emissários mandados de parte a parte, troca constante de cartas e inúmeros e ajustes e detalhes que não cabe aqui retomar⁽⁹⁾. Para nossos fins, basta deixar frisada a presença constante de Mesquita Filho nestas confabulações, um dos *leaders* políticos paulistas, como a ele se refere João Neves Fontoura. Isto é, além das funções que lhe haviam sido reservadas no Comitê Executivo Revolucionário, Mesquita Filho desempenhava um papel de envergadura nos contatos com os gauchos.

Enquanto gauchos e paulistas aliavam-se com vistas ao restabelecimento de ordem civil e, desta forma, domar as pretensões reformistas dos "tenentes", os militares de alta patente que juntavam-se à conspiração tinham como principal objetivo a restauração da hierarquia da corporação, seriamente ameaçada pela politização a ela imposta pelos "tenentes"⁽¹⁰⁾. Unidos em função do inimigo comum, a heterogeneidade de objetivos a fundar a aliança revolucionária é de fundamental importância para a compreensão dos dilemas com que veio a se defrontar a seguir. Em um primeiro momento, no entanto, ao se concretizar a aliança, ela altera a posição das peças do

(9) Quanto a este ponto, em quase todos os livros consultados há uma verdadeira profusão de provas documentais, alinhadas, quase sempre, com o objetivo de comprovar o comprometimento de Flores da Cunha com o levante armado e, com isto, passá-lo como traidor e responsável pela derrota.

(10) Para a definição dos objetivos dos militares a participar do movimento sigo a proposta de Carvalho;1983 e Forjaz;1982

jogo político. Os paulistas se encontrarão em uma posição de força tal que serão capazes de desafiar com sucesso o governo provisório.

Em maio de 1932, a medição de forças entre paulistas e o governo central se concentra na formação do secretariado de Pedro de Toledo, se este poderia ou não ser composto com membros da FUP. O septuagenário embaixador fora nomeado em princípios de março e o impasse criado não encontrava solução.

Ameaçado pela aliança entre as duas frentes únicas e seu "esquema militar", o Governo Provisório altera a sua estratégia no "caso de São Paulo", buscando reabrir as negociações com a facção do PD que lhe era mais próxima. O intuito era claro: bombardear a aliança PRP/PD. Segundo relata Paulo de Nogueira Filho, era de conhecimento geral "o episódio do telefonema de Antônio Feliciano a Morato, propondo, em nome da ditadura, em dias que antecederam as jornadas de maio, a constituição de um secretariado exclusivamente composto por membros do PD, mantido Pedro de Toledo na interventoria. A proposta não só foi repelida *in limine*, mas também levada ao conhecimento do partido aliado - PRP - com o acento exato na indignação que produziu nos meios responsáveis" (1966:286).

De acordo com os relatos disponíveis, Feliciano e Marrey não teriam interrompido as suas negociações com o governo central a despeito da posição contrária do Partido. Novos contatos são mantidos com Oswaldo Aranha que dirige-se a São Paulo para ultimar os preparativos visando a derrubada de Pedro de Toledo e sua substituição por um governo formado exclusivamente por Marrey e seu grupo (Ver Leite;1934:49)

Segundo Renato Jardim, "ante uma ameaça de uma segunda venda de São Paulo, reúnem-se cidadãos dos partidos da "frente única" e outros sem cor partidária, e resolvem promover a reação."(1932:303).⁽¹¹⁾ Heliodoro Tenório e Odilon Aquino de Oliveira descrevem com minúcias os planos

(11) Renato Jardim era ligado a Washington Luís. Seu livro foi escrito em junho de 32 e é pródigo em ataques a figuras de proa do PD. Após transcrever o manifesto da FUP faz a seguinte ressalva: "Não obstante as expressões desse manifesto, à hora em que se imprime o presente livro os chefes democráticos já de novo acharam, e proclamaram, as excelsas virtudes do Sr. Getúlio" (1932:278). Cabe observar que o único líder do PD poupado por Jardim é Mesquita Filho. Ver Jardim;1932:168).

de reação à ditadura de que fala Renato Jardim, citando entre seus mentores o nome de Júlio de Mesquita Filho (12).

Podem ser questionados os detalhes deste plano, ou mesmo se de fato foi tudo planejado na véspera como relatam os participantes das assim chamadas "jornadas de maio". Premeditada ou não, o fato é que os acontecimentos de 23 de maio culminam em um evidente desafio ao governo central através da nomeação e posse de um secretariado inteiramente recrutado nas fileiras da FUP.

A estratégia adotada foi bem sucedida. Após ensaiar uma reação, o chefe de governo se viu forçado a resignar-se ante a força dos fatos. Vargas, de fato, nomeara o Coronel Manoel

(12) "A noitinha, no Lider Clube - onde inúmeros elementos da Frente Única se reúnem comentando a vinda do ministro Oswaldo Aranha e estudando medidas para a reação -, o capitão Arnaldo Mancebo, pela 2a. Região Militar, o Dr. Sylvio Campos pela Frente Única e um dos autores, pela Força, traçam ligeiramente o plano do movimento popular. Ficam assentadas para o dia seguinte grandes manifestações cívicas nas praças públicas onde os oradores concitarão o povo à reivindicação violenta dos seus direitos. Criar-se-ia em torno do Dr. Oswaldo Aranha uma situação de completa insegurança, de modo a anular a sua influência na formação do secretariado, ao mesmo tempo que seriam tomadas medidas para impedir sua evasão da capital, antes de constituído aquele. O sr. Oswaldo Aranha, ao léu da massa popular, que o envolveria desde a sua chegada, ficaria numa situação de prisioneiro do povo até que fosse resolvido satisfatoriamente o caso paulista. As forças Armadas, estaduais e federais, permaneceriam vigilantes nos quartéis e, se reclamada a sua intervenção, confraternizariam com o povo, assegurando a vitória dos ideais bandeirantes. /Na mesma noite, numa residência particular da avenida Angélica, reuniam-se o Dr. Júlio de Mesquita, os coronéis Euclides Figueiredo, Júlio Marcondes Salgado Mello Matos e o capitão Celso Veloso, dando-se início à elaboração do plano militar do movimento" (citado por Pereira;1982:351)

Rabello para o comando da 2a. Região Militar na madrugada de 23 para 24 de maio, com o fim explícito de derrubar o secretariado frente-unista. Sua ação, no entanto, foi neutralizada pelos paulistas e, já ao final de maio, as tropas federais concentradas em São Paulo começam a deixar a capital. Era um sinal evidente de que o governo provisório reconhecia-se sem forças para reverter a seu favor a situação (13).

O fato é que o cenário político altera-se radicalmente e o Governo Provisório se vê forçado a abrir negociações com os conspiradores. Em 12 de junho, Waldemar Ferreira e Francisco Morato encontram-se com Vargas e este lhes faz a "promessa de não modificar o secretariado paulista; por sua vez, os líderes do PD admitiam a possibilidade de um novo entendimento entre São Paulo e o governo." (Beloch;1984;1265). Ao retornar a São Paulo, Morato concede entrevista onde afirma estar "convencido da possibilidade de se chegar a uma solução pacífica para a crise." (Beloch;1984:2286)) Para os líderes civis que procuravam esta saída, o essencial era a reforma do ministério com a formação do "Ministério de Conciliação" pelo qual se batiam os gauchos. A reforma ministerial seria

(13) Nas memórias escritas por paulistas todo o acento é posto na nomeação de Rabello, omitindo-se ou não enfatizando a saída das tropas federais da capital. Tal omissão tem objetivos evidentes: apagar as condições em que de fato os paulistas lançaram-se à revolução. A possibilidade de atingir os seus objetivos via negociação precisa ser negada para justificar o apelo às armas.

a garantia da reconstitucionalização e o símbolo da vitória das forças oligárquicas.

Pode-se supor que nem todos os líderes paulistas estivessem convencidos de que a negociação fosse o melhor meio de se atingir os objetivos almejados. Não haviam acabado de dar mostras de sua força e da sua capacidade de fazer o governo vergar? Não seria o caso de manter a mesma estratégia das "jornadas de maio", isto é, partir para o confronto direto com o governo? É razoável supor ainda que, mesmo para os civis menos propensos a seguir com a conspiração, as alianças firmadas não podiam ser desfeitas enquanto não obtivessem garantias de que, de fato, estava assegurada a reconstitucionalização do país.

A heterogeneidade da aliança que encetara a conspiração vem imediatamente à tona, estreitando o espaço e o tempo de manobra para as negociações dos políticos civis. Receosos de perder seus companheiros de jornada, os líderes militares incorporados ao movimento passam a pressionar. Klinger expressa, logo após a posse do secretariado frente-unista seu temor quanto a possibilidade de "um desvirtuamento dos nossos ideais, uma vez que São Paulo, embora não acreditamos que isto se realize, ache resolvida a situação nacional com

a de seu caso regional." (carta de Klinger a Izidoro, transcrita por Pereira;1982:377)<14>

As preocupações de Klinger não eram infundadas. Em 17 de junho, após nova rodada de negociações com Vargas, Morato dá declarações à imprensa afirmando que as Frentes Únicas alcançaram seu objetivo. Ao general Euclides Figueiredo, segundo este militar, Morato teria afirmado que o "ditador entregara os pontos." Figueiredo passa a partilhar dos mesmos temores de Klinger e passa, a seu modo, à ofensiva. Escreve a Paulo Moraes Barros anunciando seu desligamento da conspiração, já que esta, em última análise, perdera sua razão de ser.<15> No dia seguinte, Mesquita Filho dirige-se ao Rio para demover o general de sua decisão.(Ver

(14) A carta é datada de 27/05/32. É interessante notar que o convite a Klinger para assumir a chefia militar da conspiração é datada de fins de abril. A resposta de Klinger é datada de 22/05/32, quase um mês após o convite. Como se vê a mesma morosidade não se deu quando viu ameaçada a revolução.

(15) "Os resultados a que chegaram aqui os ilustres representantes políticos de São Paulo e Rio Grande do Sul nos seus entendimentos com a Ditadura, segundo os quais será mantida sem alteração a atual administração desse Estado, sofrendo o ministério apenas algumas modificações, conforme me foi comunicado pelo Sr. Francisco Morato, que registrou isso como uma solução satisfatória para a Frente Única Paulista, fizeram-me compreender haverem cessado os motivos dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos para o emprego do recurso extremos das armas.(...) Vejo agora que, quer com a combinação política que se diz assentada, quer com a modificação de comando tentada pelo general Isidoro, já não há mais lugar para mim."(Figueiredo;1977:78/79). A sua decisão de afastar-se, como se vê, envolvia também conflitos sobre a preparação e comando da revolução no Rio de Janeiro. Segundo o relato de Pereira "A fórmula de conciliação deixa Francisco Morato entusiasmado, a princípio, a ponto de renunciar à conspiração e a liberar o Coronel Euclides Figueiredo de seus compromissos para com São Paulo." (1982:191)

Figueiredo; 1977:82). Havia aqueles que consideravam que o ditador não havia entregue os pontos e/ou que o objetivo das Frentes Únicas ainda não fora alcançado.

A opção entre seguir com as negociações confiando em seu sucesso ou manter em andamento a conspiração dividia os paulistas. A pressão dos aliados, primeiro dos militares, e, depois, dos gauchos, favorecem a segunda corrente, pois enfraqueciam a confiança no sucesso das negociações. Se fosse desfeita a aliança, a posição de força seria perdida e não haveria qualquer segurança de que Getúlio cumpriria com a sua palavra. (16)

Para os civis propensos a negociar, as garantias quanto a terem alcançado os seus objetivos passava pela reforma ministerial. A 22 de junho Vargas promove reformulações em seu ministério e oferece a pasta da Justiça ao interventor gaúcho, Flores da Cunha, e a da Agricultura a Paulo de Moraes Barros, então secretário da Fazenda de São Paulo. Os líderes gauchos consideraram insuficientes as alterações ministeriais propostas e seu representante, João Neves Fontoura, tendo ouvido antes a FUP, envia carta a Getúlio dando por encerradas as suas negociações com o fim de constituir um governo de concertação nacional em 29/06.

(16) Comentando os acontecimentos deste período, Paulo Nogueira Filho afirma: "nesse instante a coordenação dos movimentos anti-ditatoriais militar e político sofria, pelo menos aparentemente, um ligeiro hiato. Enquanto a conspiração avançava promissora, o setor político parecia torcer para outros rumos"(1966:295).

Imediatamente iniciam-se os contatos entre líderes paulistas e gauchos com o fim de acertar a data do levante. Emissário paulista segue para o Rio Grande do Sul propondo a data de 14 de julho. Raul Pilla responde pelos gauchos pedindo uma protelação 15 dias na data fatal.

Os entendimentos entre os revolucionários paulistas e gauchos estavam destinados a ser letra morta, já que a crise militar que viria a desencadear o movimento já tivera início quando destes entendimentos. Os episódios são bem conhecidos: a 27 de junho o Ministro da Guerra Leite Castro demite-se e é substituído pelo general Espírito Santo Cardoso, pai de um dos colaboradores mais próximos do tenente João Alberto. Considerando uma afronta tal nomeação, Klinger provoca sua demissão escrevendo uma carta em que desacata o ministro nomeado. Ao mesmo tempo, escreve aos paulistas, forçando-os a uma decisão⁽¹⁷⁾. Cientes das prováveis consequências do ato de Klinger, líderes políticos e militares, situados nos dois lados da contenda, tentam evitar por todos os meios a entrega do ofício desaforado de Klinger. Conseguem protelar a entrega até o dia 8 de julho.

(17) Eis o teor de telegrama que envia Morato: "A oportunidade se me ofereceu e não devia por mim ser despercebida, por isso lancei meu protesto, pronto a ser sacrificado, se assim as circunstâncias determinarem mas claro compete amigos se pronunciarem incontinenti para que Getúlio saiba logo como encarar o caso." (in Figueiredo; 1977:88) Paulo Nogueira Filho publica telegrama de Klinger a Pedro de Toledo, Altino Arantes e Morato, datado de 1 de julho em termos semelhantes. Ver Nogueira Filho;1966:353

Nem todas as lideranças paulistas, no entanto, decidiram-se pela revolução como a única saída. Morato dera mostras de estar satisfeito com a reforma ministerial⁽¹⁸⁾ e não interrompe seus esforços no sentido de obter uma solução pacífica até o último momento. A insubordinação de Klinger, mais que um ultimato aos políticos, uma tentativa evidente de arrastá-los ao conflito - já que sua demissão fora arrolada em um dos documentos conspiratórios como determinante do levante - coincide com o malogro da Conferência de Belo Horizonte. Uma reunião entre os líderes dos três principais Estados - SP, MG e RS - em busca de uma solução pacífica para a crise nacional, a se realizar por proposta de Olegário Maciel. Segundo Paulo Nogueira Filho, Morato já havia até comprado as passagens quando a conferência foi desmarcada; os líderes gauchos recusavam-se a participar, vendo na iniciativa "apenas mais um expediente protelatório da Ditadura. Em consequência, torpedearam-na resolutamente." (1966:334)

Aceitar a negociação parecia indicar a perda dos aliados e, por decorrência, a perda da situação de força com um provável retorno a situação que levava ao isolamento político dos paulistas no final de 31. A posição tomada pelos aliados reforça a posição daqueles favoráveis ao confronto.

(18) "Nos bastidores políticos, todavia, a verdade era que Morato e alguns de seus amigos aceitavam a reforma parcial do gabinete, enquanto outros freteunistas só admitiam a pacificação com reforma global" (Nogueira Filho, 1966:301).

Referindo-se a insubordinação de Klinger, Euclides Figueiredo comenta: "Um grave acontecimento de ordem disciplinar, que deveria ficar circunscrito ao âmbito do exército, intepestivamente precipitou o levante armado, prejudicando em grande parte o seu êxito, pela brusca interrupção que acarretou na ligações ainda não ultimadas" (1977:85). Ainda que a precipitação de Klinger tenha prejudicado a sorte do movimento, Figueiredo não o considera o único responsável pelas sucessivas antecipações da eclosão do movimento: "Não lhe cabe exclusivamente, ao que parece agora, a responsabilidade pela repercussão que teve o seu ato de insubordinação militar nos acontecimentos de São Paulo. Deve forte quinhão desta culpa ser fartamente distribuído pelos oficiais seus amigos, que o antecederam na capital bandeirante, como seus emissários de confiança, alarmando os camaradas, assim como pôr alguns dos conjurados civis que ali superentendiam os preparativos da revolução, em virtude da falta de controle que então revelaram" (1977:86).

E provável que as ressalvas de Figueiredo baseiem-se no relato de Aureliano Leite, autor de uma descrição minuciosa das reuniões decisivas dos dias 7 e 8 de julho. E este o seu relato: "Um punhado de civis e militares mais exaltados precipitaram a hora H. Os grandes chefes chegaram a ignorá-lo, mas pormenorizemos como as últimas cenas se

desencadearam. Desde os primeiros dias de julho, já em São Paulo o tenente Adolfo de Melo, através dele o general Klinger, intervinha francamente nas últimas demãos da conspirata. O aqodamento desse general levara-o a iniciar entendimentos com o Coronel Marcondes Salgado, comandante da Força Pública. Esta situação agastou por demais o governo de São Paulo (...) A Frente Unica quis evitar o predomínio insólito do comandante da Região de Mato Grosso (...) Convocou-se imediatamente a reunião que se realizou a 7 de julho, em casa do Sr. Cesário Coimbra, que representava no comitê revolucionário o Partido Democrático. Estiveram presentes os srs. Francisco Morato, Ataliba Leonel, Silvio Campos, Cesário Coimbra e os militares, srs. general Izidoro, Coronel Salgado, tenente Adolfo, mandatário do general Klinger, e outras várias patentes (...) Foi marcado para o dia 20 de julho, dependente de último aviso, o início da revolução" (Leite;1934:79/80). Conquanto não tenha participado da reunião a que se refere Aureliano Leite, Mesquita Filho não pode ser citado entre os chefes que ignoraram esta primeira precipitação. Deve ter sido avisado rapidamente, já que na manhã seguinte, um emissário seu

convoca o general Figueiredo a retornar imediatamente para São Paulo. <19>

Marcada a revolta para o dia 20 de julho, Morato ainda dispunha de algum tempo para tentar um acordo que evitasse o conflito armado. Com este intuito e em acordo com Pedro de Toledo, "envia" Paulo Nogueira Filho ao Rio, tentando obter uma medida conciliatória de Vargas que pudesse sustar o levante. Após passar pelo Congresso do Partido Democrático, onde Marrey e Morato trocavam farpas e disputavam a liderança do partido, Nogueira Filho toma o trem com destino ao Rio na noite de 8 de julho. <20> Morato, como Figueiredo, estava perfeitamente consciente de que o estopim estava

(19) "Nesse mesmo dia 8 de julho, logo pela manhã, eu recebia no Rio, em minha casa, nova visita de Alvaro Macedo vindo às pressas da capital paulista, a mando de Júlio Mesquita Filho, trazendo dessa vez um apelo para que eu voltasse sem demora. A "Frente Única Paulista" chamava-me por seu intermédio, pois as coisas tomaram aspectos decisivo e cresciam de importância. O ofício ao ministro da guerra ateara fogo no estopim, provocaria a explosão do barril de pólvora." (Figueiredo;1977:91).

(20) "Entendia Morato que, sem violar os compromissos assumidos na reunião do dia anterior (...) nada obstava que se arrancassem do Ditador, ante o perigo iminentíssimo, garantias decisivas para a constitucionalização a realizar-se de imediato, antes mesmo da data já marcada (...). Pedro de Toledo punha a "cabine de palácio a meu dispor no trem de leito da central. As passagens ser-me-iam entregues na estação (...) Ao chegar à estação, lá me aguardavam Cesário Coimbra, Marcos Mélega, Aureliano Leite e outros conjurados (...) Nunca poderia crer, porém, (...) que se cometesse o erro monstruoso do desencadeamento do levante, em São Paulo, sem atender, pelo menos, à delação pedida pelos aliados gauchos, fosse qual fosse a contribuição que nos viessem a dar. Nunca poderia conceber, também, que se tomasse a resolução de marcar dia e hora para eclosão do movimento revolucionário à revelia de homens como Pedro de Toledo e Francisco Morato" (Nogueira Filho; 1966: 371)

aceso e "queimava seus últimos cartuchos" para evitar a revolta.

Os fatos conspiravam contra a sua tentativa. No dia 8 de julho ocorre o desfecho da crise militar. O ministro Espírito Santo Cardoso finalmente recebe o ofício de Klinger, que é destituído de seu posto e reformado no mesmo dia. Ao chegar a São Paulo, esta notícia acaba por determinar nova antecipação do movimento. Segundo Aureliano Leite, neste momento, "um grupo mais exaltado de militares e civis apareceu em cena na capital de São Paulo. Improvisaram uma reunião noite alta, dia 8, em casa de Tito Pacheco. Compareceram Izidoro, Marcondes Salgado, Sylvio de Campos, Adolfo e vários outros militares pouco conhecidos. Os três primeiros, estimulados pelo último, decretaram a precipitação do estouro." (Leite;1934:80). Nesta reunião, a revolução ficou marcada para o 10 de julho pela madrugada!

Antônio Carlos Pereira fornece informações adicionais sobre o desenlace do encontro dos revolucionários na noite de 8 de julho: "Júlio de Mesquita Filho não participou da reunião da casa de Tito Pacheco. Mas, às 2 horas da madrugada, Sylvio de Campos e Cesário Coimbra iam à redação de *O Estado de São Paulo* pô-lo a par do combinado. O jornalista telegrafa então, a Raul Pilla, em Porto Alegre e a Mário Brant, em Belo Horizonte, dando a data do levante. O telegrama a Pilla é interceptado e na manhã do dia 9 Flores

telegrafa a Oswaldo Aranha: /*Urgentissimo - Em cifrado ao Pilla diz Júlio Mesquita ser urgente vinda Porto Alegre do Dr. Borges, dada a gravidade dos acontecimentos que se darão em São Paulo (...) Parece só esperam chegada aqui Dr. Borges para deflagrar movimento.*" (1982:428)⁽²¹⁾ A se crer nestes relatos teríamos os nomes dos "conjurados civis que superentendiam os preparativos da revolução" e a precipitaram, assim como os nomes "grandes chefes" deixados à margem.

Frente as evidências arroladas, é impossível não concluir que o diretor de *O Estado de São Paulo* foi um dos principais líderes políticos paulistas a participar das decisões que favoreceram o levante e, se não pode ser citado entre os que de fato o precipitaram - não esteve presente em duas reuniões decisivas - há provas de que foi prontamente avisado e corroborou as decisões tomadas.

Ainda que não entendamos a ascensão política de Mesquita Filho como uma ruptura com a sua condição empresário e líder cultural, é preciso sublinhar que, enquanto líder político, o diretor de *O Estado de S. Paulo*, em nenhum momento, levantou a idéia da criação da Universidade ou da reforma de ensino como uma necessidade ligada a causa paulista. A escalada do líder revolucionário suplanta o reformador cultural. Discursando da sacada de *O*

(21) O telegrama encontra-se no Arquivo Oswaldo Aranha, CPDOC/FGV.

Estado de S. Paulo por ocasião das manifestações cívicas que marcaram o aniversário de fundação de São Paulo em janeiro de 32, evento que pode ser considerada a primeira manifestação pública da união dos paulistas em favor de sua causa, Mesquita Filho afirmava: "Ainda ontém conturbado pelas provações que a hora adversa lhe quis impor, São Paulo sente-se agora forte e revigorado ante o esplendor cívico desta manifestação. Ele pôde vacilar, descerer, por um instante, da sua missão. Bastou porém que as vozes do passado se fizessem ouvir (...) para que suas energias ressurgissem e se transformassem na decisão viril destes semblantes (...) Se caso alguém procurou enxergar na lentidão com que se processou a mobilização das nossas consciências sinal irrecorrível de definitiva decadência, a majestade desta imensa mole humana há de por força dissuadi-lo. A vontade que a alma é aquela mesma vontade que outrora nos levou a dilatar desmedidamente o sertão brasileiro (...) A história não se compadece dos veredictos levianamente pronunciados. Para se fazer o processo a um povo é mister o recuo necessário às visões de conjunto. Não basta tomar, como ponto de referência, vitórias falazes, sem significação e alcance. Se sobre ele se quiser pronunciamento seguro, interroguem-se os séculos, procure-se através destes, reconstituir o acervo das suas realizações. Proceda-se a sondagens, a ver até onde mergulham, nas profundezas dos tempos, os alicerces de suas construções. Sem esse trabalho prévio, falar em vitória é desconhecer que a jornada de Iena

trazia em seu bojo os germens de Sadowa e Sedan, da mesma maneira por que estas geraram o milagre do Marne e a epopéia de Verdun. Esta a lição inapelável da história. (...) Anulada a autonomia de São Paulo, o Brasil se transformou num 'vasto deserto de homens e de idéias'. Quem o afirma é um dos paladinos da revolução. E se o nosso afastamento da direção da coisa pública equivaleu a implantação do caos e da desordem em toda a extensão do território nacional, a ordem, a tranquilidade, a disciplina, a confiança no dia de amanhã, em uma palavra, o império da lei e da justiça só poderá ser restabelecido no dia em que, tomado o fio da nossa evolução, São Paulo voltar a seu lugar de líder insubstituível da Nação. Estará longe o raiar dessa madrugada? Quem ousaria afirmá-lo diante desta imponente multidão?" (Transcrito em Pereira;1982:236, publicado originalmente in *O Estado de S. Paulo*; 26/01/32) <22>

O comprometimento de Mesquita Filho com a "causa paulista", como se pode observar, era profundo. Em sua opinião, a recuperação da autonomia estadual se confundia com os destinos do país, tornando-se uma tarefa inadiável e de capital importância. Para a concretização destes objetivos, Mesquita Filho, como vimos, perfilou-se entre os que lideraram a opção paulista por um confronto armado.

(22) Se já não foi notado pelo leitor, atente-se para o paralelismo deste discurso com aquele pronunciado na formatura da primeira de Faculdade de Filosofia. As evocações feitas naquela oportunidade não eram originais.

A derrota do movimento militar não altera sua posição quanto aos meios a serem privilegiados com vistas a recuperação da posição dos paulistas no cenário político nacional. A revolução continua a ser o caminho apontado como o ideal. No exílio, junto com vários outros revolucionários, dedica-se à preparação de um novo levante a eclodir no Rio Grande do Sul. (23)

No exílio, das cartas que enviou a Paulo Duarte, a última publicada a conter referências políticas é datada de 23 de abril de 1933. Nesta, Mesquita Filho reafirma seu comprometimento com a opção revolucionária, ao mesmo tempo em que afirma ser improvável que a luta contra os tenentes pudesse ser bem sucedida por qualquer outro meio. "Soube por carta do Joaquim ao Waldemar, que o PD resolveu chamar o Mélega de Buenos Aires. Estou habituado às mancadas políticas dos nossos amigos democráticos mas poucas conheço

(23) A preparação do novo levante confunde-se com acusações e intrigas quanto à verdadeira participação de cada um na conspiração e luta. Mesquita Filho não perde oportunidade para reafirmar sua condição de revolucionário de primeira hora e acusar seus companheiros de falta de firmeza e comprometimento com a causa. Em carta endereçada a Paulo Duarte, datada de 10/3/33, afirma o jornalista: "Foi bom que você tivesse a lembrança de enviar-me detalhes sobre o que se passou na reunião havida aí, porque aqui já corriam notícias diametralmente opostas. Comentava-se, por exemplo, que, por proposta de Morato, unanimemente aceita, o PD tinha deliberado desinteressar-se de qualquer ação contra a ditadura. Desnecessário é dizer que essas informações eram espalhadas pelo PRP (...) O que você me conta sobre os seus dé mê lês com o Morato, nada me ensinaram de novo. Parece que estava revivendo dezenas de incidentes semelhantes que com ele tive no decorrer acidentado dos preparativos do movimento de 9 de julho. Quanto ao Paulo (Moraes Barros) a mesma coisa. (Duarte;1975:65)

que equivalem a essa. Pois ao instante em que a crise aguda vai esfolar com as eleições e com a Constituinte, eles deliberam retirar o único representante que possuem na proximidades do Brasil? (...) Se supõem que as eleições de 3 de maio resolvem o caso brasileiro, bem avisados andam eles. A mim, quer-me parecer que é daquela data em diante que as coisas vão agravar-se, pois ninguém me convence de que os tenentes venham a conformar-se com uma constituinte que lhes seja de qualquer forma adversa" (in Duarte;1975:87,88).

As "teses de abril" de Mesquita Filho foram rapidamente contraditadas pelo desenrolar dos acontecimentos. Não apenas a nomeação de seu cunhado para ocupar a interventoria contrasta flagrantemente com suas previsões, como ainda, a orientação que este imprime à política paulista - uma política de acordos e acomodações com Vargas - fora tida por infrutífera e repudiada por Mesquita Filho. Em realidade, não temos acesso a documentos que nos permitam avaliar qual sua reação à aceitação do cargo por seu cunhado e à orientação que imprimiu à política paulista. Sabemos apenas

que, em pouco tempo, em dois meses, a idéia de se criar a universidade foi exumada e o decreto assinado.(24)

Enquanto Mesquita Filho esteve ausente do país, a política paulista passou por uma completa reorientação. O êxito da Frente Unica por São Paulo Unido, as negociações bem sucedidas em torno da nomeação de um interventor paulista e civil e o início dos trabalhos constituintes são passos decisivos na redefinição da posição política do Estado. Nenhum deles contou com qualquer participação de Mesquita Filho que teve que se acomodar a um carro já em

(24) Quando rememora a criação da USP, Paulo Duarte faz referências a estudos e planos que ele e Mesquita teriam feito na Europa. No volume anterior, referente ao período em que estiveram exilados, não há qualquer referência a tais planos ou estudos, ao tempo em que ficamos sabendo até de doenças dos filhos de Mesquita. Logo, não creio que de fato tenham ocorrido tais estudos. É evidente a intenção de Duarte em se passar por co-autor da iniciativa quando, o que tudo indica, nela não desempenhou qualquer papel de relevo. Duarte afirma ter participado de todas as reuniões preparatórias à elaboração do decreto e ter sido objeto de manobras escusas que impediram que seu nome figurasse entre os redatores do decreto. As suas inclinações socialistas estariam na raiz desta manobra.(Ver Duarte;1976b:69)

movimento. A direção que este tomara, vale frisar uma vez mais, era contrária a que defendera até há pouco.(25)

Desconhecendo qual a posição de Mesquita Filho ante o novo quadro político, admitamos, para fins de argumentação, que o irridento revolucionário de 1932 se convence que o melhor meio de se recuperar a posição perdida por São Paulo passasse a ser, como nos anos vinte, a reforma educacional. Assumindo esta "conversão" poderíamos tomar a criação da USP como a substituta do apelo às armas.

Para que esta hipótese apresente o mínimo de plausibilidade, seria necessário encontrar qualquer manifestação de Mesquita Filho, ou mesmo do jornal que dirigia, ou ainda de Armando de Salles Oliveira, neste sentido antes da criação da universidade. Não há, ao menos publicamente, qualquer manifestação com teor que se aproxime disto. A questão educacional, em que pesem os acirrados debates que provocava na disputa entre os adeptos da escola

(25) Paulo Duarte, em geral uma fonte não muito confiável, relembra ter mantido conversas com Mesquita Filho pouco antes de seu regresso, quando ambos teriam reafirmado seus propósitos revolucionários, sentindo-se descompromissados quanto aos acordos de Salles Oliveira com Vargas.(1976b:20) Em outra passagem, indica a existência de uma delimitação de campos de atividade entre os dois parentes: "Se a Universidade é mais criação de Julinho que com ela sonhou durante anos, tendo Armando tido apenas o altíssimo valor de compreendê-la e eu a felicidade de ajudá-lo; o Partido Constitucionalista é inteiramente obra do Armando" (1976b:192) Os caminhos seguidos pelo PC nem sempre teriam contado com o apoio de Júlio Mesquita Filho e seu grupo mais chegado, como por exemplo quando da eleição de Getúlio presidente constitucional (1976b:157)

leiga e da católica, não merece destaques nas páginas de *O Estado de S. Paulo* no período que vai do retorno de Mesquita Filho, em 21/11/33, ao encerramento dos trabalhos da Constituinte.

Aquela que se der ao trabalho de reler *O Estado de S. Paulo* neste período, fatalmente, se surpreenderá com a ausência de compromissos do jornal com esta causa que tradicionalmente lhe foi tão cara. Mas esta leitura reserva outras surpresas. Não há menções ou discussões acerca da própria criação da Universidade antes da publicação, no dia seguinte a sua promulgação, do decreto de 25 de Janeiro de 1934.⁽²⁶⁾ Noticiado o decreto, a iniciativa não merece tantos comentários como seria de se esperar caso estivéssemos frente ao eixo estruturador de uma estratégia com vistas a recuperação da hegemonia paulista.

Notas e Informações de 27 de Janeiro traz os seguintes comentários: "O governo de São Paulo assinalou a data de ante-ontém com duas leis de alto alcance - uma de caráter administrativo e outra de caráter cultural: a que providenciou para se estabelecerem nas repartições públicas do Estado os princípios da racionalização do trabalho e a que criou, com sede nesta capital, a Universidade de São Paulo. A primeira, cuja importância é sensível a quem quer

(26) No dia 2 de Janeiro de 1934, o jornal estampa uma longa entrevista com o interventor que fala das realizações de seu governo e de seus projetos futuros. Não há uma palavra a respeito da criação da universidade.

que conheça os surpreendentes resultados da racionalização do trabalho nas empresas particulares, não interessará talvez a generalidade do povo. Mas a segunda irá, com certeza provocar, em todas as camadas sociais, um largo movimento de aplauso." Como se vê, uma e outra iniciativa são distinguidas apenas pelo reconhecimento que receberão do público. A importância conferida a ambas é semelhante.

Seguem os comentários de Notas e Informações: "A universidade é o complemento natural da obra de cultura que São Paulo está empenhado desde que conquistou, com a República, a sua autonomia e que, mais ou menos, em alternativas de avanço e recuo, vem executando em uma série de ensaios de sorte variável. Sem ela, não chegaríamos tão cedo, se algum dia chegássemos, a ser o laboratório de investigações científicas e o centro de alta e irradiante intelectualidade que precisamos ser, que nossa missão histórica nos obriga a sermos. Só a universidade põe ordem na balbúrdia dos sistemas e traça nos espíritos da juventude os rumos que ela deve seguir para que o seu esforço, no campo das ciências, letras e das artes possa produzir, do mesmo passo, a elevação do homem interior, a grandeza da pátria e a felicidade do povo. A missão da universidade é eminentemente civilizadora pois que tende a fazer da

mocidade uma força de renovação social e regeneração política." (27)

Nos meses que se seguem, encontramos apenas breves notícias sobre a universidade; basicamente telegramas de congratulações e, o fato mais importante, a missão confiada a Teodoro Ramos, assim noticiada por Notas e Informações: "Comissionado pelo governo do Estado, seguirá a 27 do corrente para a Europa, o Sr. Teodoro Ramos, que acaba de ser nomeado diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recentemente criada pelo governo do Estado. Tem essa viagem por objetivo o estudo da organização das universidades de diferentes países afim de orientar os trabalhos de organização da nossa universidade" (24/02/34) Até o seu retorno, em junho, praticamente cessam as informações acerca da nova Faculdade. (28)

Ou seja, quer antes da publicação do decreto, quer no período que se segue, não se encontram informações acerca do renascimento da antiga pregação política centrada na reforma

(27) A Reforma Administrativa foi objeto de elogios e considerações nos dois dias subsequentes. A tarefa ficaria a cargo do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), elevado à condição de órgão de utilidade pública, do qual Armando de Salles Oliveira fora o primeiro presidente. Estas informações são importantes para compreender a definição dos objetivos com os quais a Escola Livre de Sociologia e Política procura defender e justificar a sua existência frente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ver Limongi;1986

(28) Os únicos artigos de fôlego a saudar a iniciativa, uma série de quatro artigos, são transcrições de artigos originalmente publicados no *Jornal do Brasil* e assinados por J. G. Frota Pessoa e parecem ao longo do mes de fevereiro.

educacional. Em realidade, neste período, parece haver apenas uma questão relevante para o jornal: a preservação da autonomia estadual na nova Constituição. Notas e Informações de 12 de Janeiro de 1934 traz os seguintes comentários: "Estamos deliberados a não tratar, por enquanto, de questões estritamente políticas. Achamos que, nesta hora, devemos em primeiro lugar cuidar da Constituinte. (...) Enquanto a Constituição não for votada, não desviaremos a atenção para outras competições. Tudo quanto seja capaz de enfraquecer a posição de São Paulo na Constituinte, continuaremos sistematicamente a desprezar." O comprometimento, portanto, era absoluto com a causa paulista, causa esta cuja sorte jogava-se na constituinte e passava, como alerta o mesmo Notas e Informações no dia seguinte, pela correção das "tendências centralizadoras" presentes no Ante-projeto constitucional. (29)

Que Notas e Informações considerasse este ponto como o central na elaboração da nova Constituição fica claro nestes comentários do dia 03/02/34: "Para cortar pela raiz as tendências centralizadoras do Ante-projeto e deixar claro, fora de qualquer dúvida, que São Paulo só compreende e só admite, no Brasil o regime federativo na sua pureza

(29) "O que mais nos alarmou no Ante-projeto de Constituição foram suas tendências centralizadoras. Se ele vingasse sem alteração, a autonomia dos Estados teria desaparecido." (Notas e Informações; 13/01/34) Daí porque sejam louvadas as alterações propostas pela bancada paulista, conquanto se ressalve que, mesmo com estas correções, as possibilidades abertas à intervenção da União nos Estados é definida como perigosa.

doutrinária, a bancada paulista formulou o seguinte artigo que deverá ser incluído nas disposições transitórias: "Compete aos Estados todo e qualquer poder ou direito que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas na constituição".

As ênfases constitucionais de *O Estado de S. Paulo*, como se vê, eram compartilhadas pela Bancada Paulista. Segundo Angela Castro Gomes, uma das marcas da atuação dos paulistas durante os trabalhos constitucionais esteve na defesa dos fundamentos da Carta de 1891, quais sejam, Liberalismo e Federalismo, termos, aliás, intimamente associados no debate da época (Ver Castro Gomes;1980:305).

As preocupações excessivas de *O Estado de S. Paulo* com a preservação da autonomia regional demonstram que, ao menos para o jornal, nada há de novo quanto ao projeto hegemônico dos paulistas - e os indícios existentes são de que o mesmo se aplica ao PC. A armação político-institucional defendida e privilegiada pelo jornal continua a ser aquela sobre a qual se assentara esta "difícil hegemonia", para parafrasear Kugelmas, na República Velha. Os trabalhos constituintes, definidos pelo próprio *O Estado de S. Paulo* como centrais para São Paulo, encerram-se sem que o jornal confira destaque às questões educacionais ou culturais.

A muitas vezes alegada centralidade assumida pela cultura como parte de uma nova estratégia das elites paulistas para reconquistar a hegemonia perdida não encontra qualquer apoio no comportamento político da Bancada Paulista ou mesmo daqueles que foram responsáveis pelas iniciativas a que se confere tal objetivo.⁽³⁰⁾ Para estes, importava, antes de mais nada, a autonomia regional, o que, é preciso dizer, é uma forma muito particular de se estruturar a hegemonia nacional, já que passa, basicamente, pela diminuição da importância da própria nação como referência política e cultural.

Segundo a avaliação de Notas e Informações, os resultados dos trabalhos constitucionais foram favoráveis aos paulistas, uma vez que o que lhes era politicamente essencial foi assegurado: "Mais um escolho perigoso foi contornado na Assembléia Constituinte: o que a propósito de coordenação da ação federal nos Estados, suprimia, praticamente, a autonomia destes últimos. A prudência da maioria soube evitar o erro gravíssimo que seria aprovação do dispositivo nesse sentido. Parece que, depois desse episódio, a autonomia dos Estados não correrá mais nenhum

(30) Carlos Sandroni expõe a posição paradigmática destas interpretações: "Nossa hipótese é que, para os líderes do partido Constitucionalista, a questão cultural esteve intimamente ligada à possibilidade de resgatar o papel hegemônico de São Paulo dentro da Federação. Essa ligação é bem ilustrada por um discurso proferido por Júlio de Mesquita Filho como paraninfo da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras." (1988:75). Segue-se a passagem do discurso já citado na introdução deste trabalho.

risco sério na votação do novo Pacto Constitucional. Felizmente, para benefício do Brasil e da Federação, o unitarismo exagerado que alguns propugnavam não conseguiu vingar. Se vingasse estaríamos perdidos.(...) A União brasileira só durará enquanto não se tocar na autonomia dos Estados. Esta é a condição essencial para que ela subsista.(...) Paladinos de uma grande pátria, defensores de um Brasil cada vez mais vasto e poderoso, mas, também, intransigentes defensores da autonomia dos Estados, sentimo-nos satisfeitos com a solução que a Constituição deu ao problema das relações entre a União e eles."(22/05/1934)(31)

O fato é que sob o governo Armando de Salles Oliveira, os paulistas obtém vitórias não desprezíveis na constituinte, conseguindo restaurar alguns dos princípios fundamentais da Carta de 1891 que lhes eram especialmente caros e, tão ou mais importante, pacificam as suas relações com o governo central. Armando de Salles Oliveira estabelece

(31) A atuação da Bancada Paulista foi objeto de aplausos do jornal: "O que São Paulo pediu-lhe, a bancada Paulista deu-lho. Pediu-lhe, antes de tudo, trabalho assíduo para a redação de uma boa carta constitucional (...) Pediu-lhe São Paulo a seguir que lhe defendesse a autonomia intransigentemente. (...) O Federalismo triunfou.(...) pediu-lhe São Paulo que amparasse todas as conquistas liberais que a Constituição de 1891 consolidou e a Bancada Paulista atendeu completamente este pedido. (...) Pediu-lhe São Paulo finalmente, que não se esquecesse de que o seu mandato era simplesmente uma nova forma de ação iniciada em 32 nos campos de batalha. E ela não se esqueceu um instante dessa advertência. Não se compreende que, sendo esta a realidade, ainda exista em São Paulo quem faça críticas acerbas ao procedimento daquela bancada e dê ouvidos às invencionices perversas que contra ela se forjam aqui e ali.(...)Nenhuma reserva pomos nos aplausos que lhe dirigimos"(Notas e Informações;26/06/32)

acordos com Getúlio e seu partido passa a ter participação no Governo Central, emprestando-lhe importante base de apoio político⁽³²⁾. A situação política já não era a mesma dos anos 31 e 32. A força dos "Tenentes" havia sido domada e as oligarquias recuperam parcela considerável de seu poder a estrutura política volta a se assentar, basicamente, sobre a "política dos estados" (Souza;1976:81).

O início das atividades da Universidade corresponde, grosso modo, ao encerramento dos trabalhos constituintes. Já haviam chegado ao Brasil os primeiros professores contratados na Europa (meados de maio), quando Teodoro Ramos retorna ao Brasil (primeiros dias de junho).⁽³³⁾ A 6 de junho realiza-se a primeira reunião do Conselho Universitário, quando o primeiro Reitor, Reynaldo Porchat, é empossado. A universidade vai, progressivamente, ganhando espaço no noticiário do jornal. O tom é grandioso. Os fins e efeitos da Universidade inumeráveis.

Anunciando a abertura das inscrições para os cursos da nova Faculdade, Notas e Informações de 16 de junho de 1934, tece comentários sobre o significado da iniciativa, ao tempo que procura atrair candidatos: "A criação da universidade pode ser considerada como o melhor e mais auspicioso fruto

(32) Dois políticos paulistas ocupam postos ministeriais, José Carlos Macedo Soares na pasta das Relações Exteriores e Vicente Rão na importante pasta da Justiça.

(33) O desenrolar de sua "missão" não é noticiada pelo jornal.

do movimento de reivindicação em que tão denodadamente se houveram os paulistas nestes últimos anos. Criando uma universidade prestou a atual administração ao povo de São Paulo um dos mais belos serviços que poderiam assinalar a sua gestão no governo de São Paulo. Cumpre, agora, que os estudiosos de nossa terra saibam corresponder a esse gesto frequentando os cursos da nova Faculdade, cujo corpo docente, como se sabe, está constituído de professores da mais alta capacidade e competência, escolhidos nos mais cultos centros universitários da Europa. Acorrendo aos cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade, darão os paulistas uma prova de que a nossa gente estava realmente madura para escalar os mais altos cumes da humana intelectualidade e de que também entre nós se pode implantar e desenvolver a Cultura, no sentido mais amplo e ativo a que esse termo se possa atribuir. /Ante as provas, recentes e numerosas, de vitalidade, que tem dado a nossa juventude, não duvidamos que ela saberá buscar, nos cursos da nova Faculdade, o aperfeiçoamento e adestramento intelectual capaz de dar condigno relevo aos seus dotes morais, tamanhos e tão preciosos, e de constituir a elite pensante e dirigente, cuja falta tantos dissabores nos tem acarretado."

Tão altos eram os fins a que se propunha a Universidade, tão elevada a ação do governo e a qualidade dos professores contratados, que o tom algo indeciso das

primeiras frases - "cumpre, agora, que os estudiosos de nossa terra saibam corresponder a esse gesto frequentando os cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras" - cede lugar, ao final do trecho, à certeza de que a juventude paulista "saberá buscar nos cursos da nova Faculdade, o aperfeiçoamento e adestramento intelectual". Esta segurança parece ser compartilhada pelos que vêm na iniciativa uma obra das elites paulistas. Sendo um projeto destas, espera-se que esta convocatória tenha sido atendida e que a juventude paulista tenha acorrido a seus cursos. Tamanha força possui o "mito" de que a Universidade foi obra amparada pelas elites que o simples movimento das matrículas em seus cursos não foi objeto de análise. Se se atenta para estes dados, aparentemente prosaicos, a figura que emerge da Faculdade criada é bem menos grandiosa e pomposa do que o discurso que a cerca deixa antever - a Faculdade criada, por exemplo, esteve a pique de fechar suas portas seis meses após o início de suas atividades por falta de alunos. No próximo capítulo procuraremos caracterizar a Faculdade de Filosofia a partir dos alunos que por ela passaram e das perspectivas profissionais abertas por seus cursos. Por intermédio desta análise, as relações desta iniciativa com o movimento dos "educadores profissionais" que lhe empresta apoio torna-se clara, sendo possível apontar novas linhas de continuidade entre este movimento e a Universidade.

Capítulo IV

Os formandos da FFCL

As expectativas dos mentores da Faculdade de Filosofia quanto a seus resultados sobre a vida cultural e política do país, ainda que não fizessem menção específicas à recuperação da posição política perdida pelos paulistas, nem por isto, deixavam de ser grandes. Tratava-se, a seus olhos, de obra imensa e de significação sem igual na história das iniciativas culturais no Brasil.

A resposta da sociedade paulista a esta obra tão elevada, no entanto, confere um significado completamente diverso à Universidade. Começemos esta análise pelo dado mais simples e palmar; o número de inscritos para os cursos abertos. Para o primeiro ano de atividades, iniciado em julho de 1934, o número de alunos inscritos pode ser considerado bastante razoável: 182 alunos matricularam-se. Considerando-se o período não usual em que iniciaram as aulas e o tempo exíguo em que se ultimaram os preparativos para o início dos cursos, a média de 20 alunos matriculados por cada uma das seções não deixava de anunciar um início auspicioso para as atividades da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (de agora em diante, FFCL). As classes de aula ficaram cheias, já que muitos cursos eram dados

paralelamente para várias seções, além da presença de um sem número de ouvintes que acorriam às primeiras aulas.

Os depoimentos dos professores europeus contratados para o formar o corpo docente da FFCL enfatizam a presença da "alta sociedade" paulistana no início de seus cursos. Para ficarmos apenas com uma versão, vejamos como o historiador Fernand Braudel relembra seu primeiro ano de aulas: "Minhas primeiras aulas foram em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho, o dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, e diversos grã-finos que deixavam carrões estacionados na porta. Havia também intelectuais autodidatas, como Paulo Prado, um homem de enorme finesse e que possuía uma fantástica coleção de pinturas. Muitos vinham só para se distrair." (Citado por Witter;1984:24)

Este quadro inicial logo sofreu profundas alterações. Passados seis meses, encerrava-se o primeiro ano letivo e dos 182 iniciantes, matricularam-se para o segundo ano apenas 37 alunos, ou seja, 80% dos alunos acabaram por deixar de lado, por uma razão ou outra, os cursos em que haviam se inscrito seis meses antes. Três das seções, Física, Química e História Natural, ficaram sem qualquer aluno para dar prosseguimento a seus cursos⁽¹⁾.

(1) Em realidade, dois alunos, ambos diplomados na Politécnica, Júlio Rabin e Mário Schemberg, originalmente matriculados em Física foram transferidos para a Matemática no segundo ano.

As informações existentes sobre as inscrições desta primeira turma fornecem pistas para entender o porquê de tamanha evasão. A quase totalidade dos inscritos, 91% para ser preciso, foram dispensados de prestar vestibular, ou por apresentarem um diploma superior, ou por apresentarem certificado de matrícula em instituição de Ensino Superior.⁽²⁾ Uma clientela, podemos supor, com auxílio da descrição de Braudel, orientada mais pela busca de ilustração, vida social e novidades que de novas alternativas profissionais. Por decorrência, obviamente, menos inclinada a submeter-se às exigências escolares. Como dos 37 alunos matriculados no segundo ano, 30 vieram a se formar (o trigésimo-primeiro formando transferiu-se da Escola Politécnica diretamente para o terceiro ano de Física), os dados que dispomos permitem afirmar que, de fato, os dispensados de vestibular apresentaram maior taxa de evasão.⁽³⁾

(2) Não foi possível obter dados que permitissem discriminar os já formados dos matriculados em curso superior. Em tese representariam uma clientela diversa. No segundo caso, uma provável reorientação profissional é mais plausível que na primeira. É preciso notar que houve grande liberalidade na comprovação do segundo quisito, raiz de complicações para o registro oficial de alguns diplomas. Foi o caso de João Cruz Costa que por cursar o segundo ano de medicina em 1926 foi dispensado de vestibular.

(3) 10% dos ingressantes por esta modalidade se formaram, isto é 16 dos 182 que começaram o curso, 17 se contarmos a transferência no último ano. Destes, apenas 6 já possuíam outro diploma superior. Dos ingressantes por vestibular, 14 concluíram o curso, isto é, quase 90% dos que ingressaram obtiveram diploma.

Ao se iniciarem as matrículas para o segundo ano da FFCL, os mentores da iniciativa já tinham diante de si as informações que lhes permitiriam concluir que a nova Faculdade não poderia depender daqueles que se valessem da dispensa do vestibular para ter sucesso. Independente de terem ou não tirado estas conclusões, as matrículas para ingresso no primeiro ano em 1935, vistas pelo ângulo meramente quantitativo, não foram promissoras. 99 alunos valeram-se da dispensa do vestibular para sua inscrição, enquanto outros 34 calouros foram aprovados no exame vestibular.⁽⁴⁾ Assim, 123 novos alunos deveriam se juntar aos 37 alunos matriculados no segundo ano, isto é, a FFCL teria 12 alunos a menos que ao iniciar suas atividades seis meses antes.

Ao concluir o capítulo dois, a partir de um depoimento de Fernando de Azevedo, fizemos referência à forma como esta ameaça foi contornada. Abriu-se novamente o concurso vestibular especialmente para professores primários. Criava-se, nesta emergência, a figura do comissionamento destes professores, isto é, a sua dispensa das funções didáticas sem prejuízo de seus vencimentos para fazer os cursos na FFCL. Para este novo vestibular inscreveram-se 100 professores

(4) No exame vestibular de 1934 apenas um aluno foi reprovado. Neste segundo exame as reprovações subiram a 15, uma das mais altas taxas de reprovação verificada nos anos iniciais da FFCL. Esta menção é importante por afastar a hipótese que o pequeno número de inscritos pudesse ser resultado de critérios exigentes na seleção dos candidatos aos cursos.

primários, sendo 85 os selecionados. Assim as matrículas gerais sobem para 255 alunos, sendo 218 deles no primeiro ano.

O comissionamento representou outra "liberalidade" do Conselho Universitário na admissão de alunos à Faculdade, já que a maioria dos ingressantes não apresentou o diploma de conclusão de curso secundário conforme exigido pela legislação em vigor, mas sim diplomas de normalistas. Por isto, a matrícula destes alunos foi feita em caráter precário, dependendo de referendo posterior do Conselho Nacional de Educação⁽⁵⁾.

Pode se supor que a face da Universidade descrita por Braudel tenha se alterado radicalmente com a nova forma de recrutamento. Escrevendo para o Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; 1934-1935, Pierre Monbeig distingue claramente os alunos de cada ano: "Quando de sua instalação, a Faculdade atrairia alguns moços já nutridos de boa cultura, alguns dos quais, graças à sua idade, já com uma soma regular de conhecimentos ou, em todo caso, com inegável maturidade de espírito. O contingente do segundo ano, composto, na sua maior parte, de professores

(5) Conselho Nacional de Educação onde Reynaldo Porchat, Reitor da USP, e Teodoro Ramos, Diretor da FFCL, tinham assento. Para o funcionamento deste órgão, ver Miceli1983. Em verdade, a "liberalidade" quanto a aceitação deste tipo de diploma já se verificara no primeiro ano. Entre os primeiros licenciados, 9 haviam apresentado diplomas de escolas normais quando de seu ingresso.

comissionados, de moças sobretudo, mais jovens que os primeiros, ofereceu ao professor um *material* completamente diferente. De um lado, uma minoria desejosa sobretudo de completar a sua cultura geral, tendo o gosto das idéias e das discussões; de outro lado, um grupo de jovens, animado de grande ardor para o trabalho, conhecendo perfeitamente as suas possibilidades, mas sabendo também que, antes de mais nada são professores e que é por esta razão que foram enviados à Faculdade. Os desejos de uns e de outros são diferentes, e esta situação formula o problema da Faculdade."(1936:106)<6>

O terceiro ano de funcionamento da FFCL, novamente, apresenta um movimento de matrículas nada auspicioso. Dos 37 segundo-anistas da primeira turma, 32 inscreveram-se no terceiro e último ano. A taxa de evasão da segunda turma, apesar de um pouco menor que a da primeira, continuava elevada. De 218 alunos a turma reduzira-se a apenas 86 alunos, sendo que destes, 64 haviam ingressado por intermédio do comissionamento. Se os professores comissionados pareciam ser alunos mais persistentes que os outros, oferecendo alternativas para a sobrevivência da iniciativa, as matrículas para a terceira turma não puderam lançar mão do mesmo recurso para completar a turma. A precariedade da matrícula e a incerteza quanto a decisão do

(6) As observações de Monbeig encontram respaldo nos dados que levantamos a serem citados adiante. A imagem que oferece, no entanto, está mais próxima do que ocorria nas seções de humanas que nas de exatas.

Conselho Nacional de Educação contribuiu para afastar novos candidatos em meio aos professores primários. Nova opção para atrair candidatos foi tentada, deslocando-se parte da verba da Secretaria de Educação para a concessão de bolsas de estudos, através das quais se "tem oferecido a grande número de estudantes, não pertencentes ao magistério primário - e, pois, impossibilitados de ser comissionados - oportunidade de se dedicar ao estudo na Faculdade de Filosofia"(Anuário da FFCL,1937-1938;1938:223).

Mesmo com este novo estímulo, registrou-se o mais baixo número de matrículas para o primeiro ano, apenas 84 alunos. A distribuição por modalidade de ingresso é a que se segue, 30 Dispensados de vestibular, 12 comissionados, 7 bolsistas e 35 ingressantes por vestibular. Somados os matriculados nos três primeiros anos, a FFCL atingia um total de total de 202 alunos em seu primeiro ano de funcionamento a plena carga. Sendo 9 as seções existentes, teríamos uma média 22.5 alunos matriculados por seção, algo em torno de 7 alunos por cada ano. A distribuição, no entanto, não era tão homogênea. A seção de Filosofia apresentava o maior contingente de alunos, enquanto a Física o menor.

A pequena atração exercida pela nova Faculdade fica patente quando se sabe que a verba de 60 contos destinada à concessão de bolsas não foi integralmente utilizada pelos

ingressantes. Mesmo que todos aqueles que haviam se candidatado às bolsas tivessem sido aprovados, a verba disponível não seria totalmente empregada. Optou-se por destinar o saldo a alunos de segundo e terceiro ano, aos quais foram concedidas 14 bolsas especiais.<7>. Ofertando bolsas para "veteranos", muito provavelmente, o que se pretendia era diminuir as altas taxas de evasão verificadas na Faculdade como um todo, oferecendo atrativos extras para que os alunos selecionados seguissem no curso.

Para as quatro primeiras turmas da FFCL, dispomos de dados a respeito da modalidade de ingresso (Dispensados de Vestibular, Vestibulandos, Comissionados e Bolsistas) e, por intermédio da consulta do Histórico Escolar dos formandos, foi possível construir tabelas com as mesmas variáveis para os licenciados. Para o caso dos bolsistas, como já vimos, nem sempre aquele que se forma nesta condição recebeu tal benefício desde o início do curso. Como a intenção não é a de reconstituir a vida escolar de cada aluno, mas sim avaliar a contribuição dos "estimulos" à demanda e ao rendimento dos alunos - a manutenção da bolsa e do comissionamento, como seria de se esperar, dependia de boas

(7) "Os saldos das verbas destinadas às bolsas de estudos têm sido, todos os anos, após os concursos regulamentares, distribuídos, sob a forma de de bolsas, concedidas a título precário até novo concurso, entre alunos do segundo e terceiro ano, que mais se tenham distinguido pelas suas notas e que necessitem de tal auxílio" Anuário da FFCL;1937-1938:224. Como haviam se inscrito 15 alunos para o concurso de bolsas, mesmo que todos houvessem sido aprovados, ainda haveria saldo neste primeiro ano. O significado da concessão de bolsas para os veteranos será analisada adiante.

notas - optou-se por classificar os formandos nesta condição como bolsistas⁽⁸⁾. O mesmo para os poucos casos de membros da primeira turma comissionados em 1935. Vejamos, inicialmente, os dados para ingresso, apresentados na Tabela I.

Tabela I

Número de calouros por modalidade de ingresso.

turma/modal. disp. vest. comis. bols. total
1a. turma 166 16 -- -- 182
2a. turma 99 34 85 -- 218
3a. turma 30 35 12 07 84
4a. turma 69 40 15 09 133
Total 364 125 112 16 617
% 59.0 20.2 18.1 2.6 100

Fonte: Anuários FFCL

Por estes dados, temos que o que poderíamos chamar de "demanda induzida" (comissionados + bolsistas) foi responsável por um pouco mais de 20% das matrículas no primeiro ano. A participação dos bolsistas, em realidade, foi pequena, 2.5%. Os totais para ingressantes por vestibular equilibram-se com os verificados na categoria agregada que acabamos de compor, ficando um pouco acima dos 20%. Os já diplomados ou matriculados em outro curso superior estiveram em maioria entre os calouros nestes

(8) Em realidade, os registros para os bolsistas não eram tão claros quanto para os comissionados. Foi impossível distinguir pequenos auxílios, como dispensa de pagamentos de taxas, de bolsas.

primeiros quatro anos de vida da FFCL, 59% dos matriculados para ser exato.

A Tabela II traz os dados para as turmas de formados. O que chama atenção, logo à primeira vista, é a alta taxa de evasão dos cursos, ponto este já assinalado anteriormente. Chama atenção também, a grande participação relativa do que chamamos de "demanda induzida" nas conclusões de curso.

Tabela II

Número de formandos por modalidade de ingresso.

turma/modal.	disp.	vest.	comis.	bols.	total
1a. turma	17	10	02	02	31
2a. turma	03	10	60	04	77
3a. turma	02	14	09	11	36
4a. turma	07	15	12	09	43
Total	29	49	83	26	187
%	15.5	26.2	44.4	13.9	100

Fonte: Seções de alunos FFLCH, IME, IF, ICB

A mais alta evasão, como seria de se esperar, verifica-se entre os eram dispensados de vestibular. Dos 364 alunos que ingressaram por intermédio deste recurso, apenas 29 vieram a concluir o curso, isto é, 1 em cada 13 calouros chegava ao final do curso. O significado desta evasão para o rendimento do curso fica patente quando se compara a participação porcentual destes alunos para os totais de ingresso e de conclusão do curso, 59% e 15% respectivamente.

A maior fonte de recrutamento apresentava, por outro lado, a mais baixa taxa de persistência no curso.

Do grupo de formandos que ingressaram nesta condição e não receberam bolsa durante o curso, 15 já possuíam diploma superior, enquanto os restantes 14 apresentaram certificado de matrícula em curso superior. Destes últimos, apenas 5 chegaram a se diplomar neste curso de origem. A quase totalidade dos restantes, apresentou matrículas antigas em outras faculdades, isto é, na maioria dos casos já haviam abandonado estes cursos quando ingressavam na FFCL. De onde pode se supor que entre os dispensados de vestibular encontraremos os alunos mais velhos da FFCL, que vêm na iniciativa a possibilidade de completar sua formação intelectual ou retomar os estudos interrompidos.

Em contrapartida, entre aqueles que ingressaram por vestibular, seria lícito supor encontrar os calouros mais jovens, aqueles que elegiam a FFCL como sua primeira opção profissional após a conclusão do secundário. Seriam estes os que mais se prestariam a comparações com os ingressantes nas Faculdades Profissionais, podendo ser tomados como aqueles alunos que a FFCL conseguiu recrutar "concorrendo" com estas Faculdades. Se analisados desta forma, os dados não são muito confortadores para a FFCL.

Formam-se 49 ingressantes por vestibular que não vieram receber bolsa ao longo do curso. 26% do total de formados estavam nesta condição, enquanto sua participação no momento de início do curso era de 20%. Este incremento relativo deve-se menos ao rendimento deste tipo de aluno que à altíssima taxa de evasão dos dispensados do exame de habilitação. De cada 100 alunos que prestavam vestibular, 40 diplomavam-se. Eram poucos os alunos para quem a FFCL era a primeira alternativa tentada no Ensino Superior, como também poucos se formavam. Se dependesse tão somente destes alunos, a FFCL teria poucas chances de sobrevivência.

Em realidade, alguns alunos que se valeram da dispensa de vestibular ou ingressaram através deste acabaram por receber bolsas de estudos. As bolsas, como vimos, tiveram uma participação relativa ínfima no total de ingressantes. O mesmo não pode ser dito quando se analisa os dados relativos à conclusão do curso. 26 alunos eram bolsistas ao receberem seu diploma, 7 destes tendo sido originariamente dispensados de prestar vestibular. Destes, apenas um, Lourival Gomes Machado, conclui o curso superior do qual apresentara matrícula. O significado das bolsas para a FFCL encontra-se expresso neste comentário encontrado no Anuário da FFCL de 1937-1938: "O resultado de tal iniciativa já se pode considerar notável. O apoio financeiro prestado pelo Estado a alunos que, sem ele, não se poderiam dedicar exclusivamente aos estudos, tem estabelecido uma seleção de

valores, de que a própria Faculdade se beneficiou." (1938:225) Dito isto, recomenda-se que a iniciativa seja mantida e ampliada.

O comissionados apresentam a maior taxa de aproveitamento de todos os grupos considerados, além de representar a maioria dos diplomados. De cada 100 alunos comissionados, 74 diplomaram-se. Um pouco mais de 18% dos ingressantes, os professores primários chegarão a atingir a marca de 44.5% dos formados. Obter boas notas era condição para manter o comissionamento, assim como a bolsa, o que explica, ao menos em parte, este maior rendimento. As possibilidades de reorientação de suas vidas profissionais e, sobretudo, a possibilidade de ingressar no corpo docente da FFCL não eram incentivos desprezíveis e sem importância para a explicação deste sucesso. (9)

Adiante, aprofundaremos a análise sobre cada um dos grupos de alunos cujas características gerais apenas esboçamos. O importante, no momento, é frisar a dependência da FFCL para o que estamos chamando de demanda e rendimento induzidos, isto é, os comissionados e bolsistas. Nos 4 primeiros anos de vida da FFCL, 58.3% dos formados, para citar cifras exatas, dependeram de um destes estímulos para concluir seu curso. Ou seja, deles dependeu, basicamente, a própria sorte da iniciativa. Não apenas forneceram parcelas

(9) Em anexo a este capítulo fornecemos tabelas do rendimento por turmas em cada uma das seções.

significativas do contingente de formados, como também, como veremos adiante, de seus professores.

Estas informações revelam que a FFCL conviveu com uma demanda e rendimento limitados nos seus primeiros anos de existência. A sobrevivência da Faculdade dependeu dos incentivos e atrativos oferecidos em caráter excepcional a cada início de ano. Mesmo com estes incentivos, os resultados não podem ser considerados como plenamente satisfatórios, quer seja avaliado pela atração que exercia sobre candidatos a seus cursos, quer pelo rendimento destes mesmos candidatos. Estes resultados recomendam que desconfiemos das construções grandiosas dos planos e fins da Universidade projetados por seus mentores. Não seriam as fraquezas, inconsistências e contradições internas deste mesmo "projeto" que estariam na raiz das dificuldades em atrair alunos? Voltaremos a este ponto adiante, mas talvez seja correto citar aqui novo trecho do texto de Monbeig, escrito em meados de 1935, para deixar patente que os limites e insuficiências da empreitada puderam ser notadas imediatamente. Comentando as finalidades da FFCL e relacionando-as ao recrutamento de alunos em seus primeiros dois anos de vida, afirma o professor francês: "Essa situação se reflete na finalidade mesma da Faculdade. Destina-se ela verdadeiramente a fornecer professores ao ensino secundário? Os estudantes, interrogados pessoalmente, testemunham essa dúvida. Torna-se necessário dar aos estudos

Faculdade uma finalidade prática: no dia em que os estudantes tiverem a certeza de encontrar uma situação garantida e estável, como conclusão de seus anos de trabalho, tornar-se-ão mais numerosos e será então possível e indispensável fazer uma seleção estrita entre eles. Mas, até lá, que valor e importância dar a um título que não consubstancia senão vaidades humanas?" (1936:106)

Se a FFCL foi imaginada por seus mentores como destinando-se às elites de São Paulo, independente do objetivo confiado a seus formandos, os dados já apresentados, por preliminares que sejam, indicam que a face da Faculdade criada foi rapidamente assumindo feições muito diferentes das imaginadas. Os alunos que se encaminhavam para a FFCL e para as Faculdades Profissionais já existentes tinham perfis sociais claramente distintos. Para estas últimas, encaminhavam-se os filhos da elite, os possuidores de diplomas secundários obtidos nas melhores escolas, aqueles que saíam diretamente do secundário para a Faculdade. Alunos deste tipo são raros na FFCL. Se o objetivo da FFCL era se constituir em uma alternativa às escolas existentes para formar "elites", se, portanto, pretendia "concorrer" com estas, os anos iniciais da vida da FFCL são anos que trazem expressos os sinais do fracasso de

suas pretensões⁽¹⁰⁾. Os filhos da elite continuaram a se encaminhar para as mesmas Faculdades que seus pais e estas Faculdades continuaram a ser responsáveis pela formação das "elites".

Estas observações estão calcadas em um levantamento empírico realizado sobre as quatro primeiras turmas de formandos da FFCL e as turmas correspondentes, por ano de ingresso, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito⁽¹¹⁾. Os dados apresentados foram retirados dos arquivos das seções de alunos de cada uma das faculdades, consultando-se o histórico escolar e/ou prontuário de cada um dos alunos. O objetivo a guiar esta análise é não apenas o de completar e aprofundar a distinção entre o recrutamento de alunos entre as faculdades existentes, como também passar a especificar os grupos de alunos já identificados no interior da própria FFCL.

Inicialmente, uma vez que já tocamos neste ponto, vejamos os dados relativos ao secundário ou equivalente

(10) As pretensões da FFCL como uma alternativa e concorrente das Faculdades Profissionais encontra-se expressa no tão citado discurso de paraninfo da primeira turma de Mesquita Filho. O jornalista menciona uma a uma das Faculdades profissionais existentes, e as critica acerbamente pela má qualidade do ensino que as caracterizaria. (1969:161)

(11) Para a Politécnica, onde a duração do curso variou neste período, as turmas selecionadas foram as de formandos de 1938, 1939, 1940 e 1941. Para a Faculdade de Direito trabalhamos com os diplomados nos anos de 1939, 1940, 1941 e 1942. A exclusão da Faculdade de Medicina se deveu a maior dificuldade de pesquisa em seus arquivos.

cursado. As Tabelas III e IV apresentam os dados organizados a respeito da procedência dos diplomados nas faculdades profissionais, enquanto as Tabelas V e VI apresentam os dados correlatos para a FFCL.

Tabela III

Tipo de escola secundária cursada pelos formandos das Faculdades profissionais.

turma/tipo	Igreja	particular	pública	total
1a.turma	84	128	89	301
2a.turma	61	111	47	219
3a.turma	57	113	57	227
4a.turma	60	128	70	258
total	262	480	263	1005
%	26	47	26	100

Fonte: Seção de Alunos da FFLCH, IME, IF, IB.

Tabela IV

Diplomados das Faculdades profissionais segundo local de conclusão do curso médio.

turma/origem	capital	interior	outros	total
1. turma	210	76	16	302
2. turma	165	41	13	219
3. turma	171	55	04	220
4. turma	185	63	10	258
total	731	235	43	1009
%	72	23	04	100

Fonte: Arquivos Faculdade de Direito e Politécnica.

Tabela V

Diploma de curso médio apresentado pelos formandos da FFCL.

turma/tipo	normal	secundário	total
1a.turma	09	09	18
2a.turma	52	15	77
3a.turma	17	18	35
4a.turma	08	25	33
total	86	67	153
%	56	44	100

Fonte: Seção de alunos da FFLCH, IME, IF, IBC.

Tabela VI

Diplomados da FFCL segundo local de conclusão do curso médio

turma/origem	capital	interior	outros	total
1. turma	09	08	01	18
2. turma	32	34	01	67
3. turma	22	12	01	35
4. turma	19	11	04	34
total				
%				

Fonte: Seção de alunos da FFLCH, IME, IF, IBC.

Para as escolas profissionais, nas turmas escolhidas, não há casos registrados de alunos que tenham apresentado o diploma normal para ingresso em seus cursos. O que não elimina a possibilidade de que egressos de normais tenham, por intermédio dos chamados exames parcelados, obtido um diploma secundário e chegado ao Ensino Superior.⁽¹²⁾ Sabemos que este é o caso de alguns alunos da própria FFCL

(12) O registro de que o diploma fora obtido por esta via não era claro o suficiente para ser tomado como parâmetro para comparações.

dispensados de prestar o vestibular, como, por exemplo Romano Barreto, diplomado em Filosofia em 1939.⁽¹³⁾ Barreto, em realidade, encontra-se em uma categoria muito especial de diplomados pela FFCL, aqueles dispensados de vestibular e que obtiveram comissionamento. Ainda que o acesso de normalistas ao ensino superior não estivesse bloqueado, a possibilidade de ingresso em uma das Faculdades Profissionais passava por um investimento educacional - os parcelados - do qual estavam dispensados os que eram atraídos à FFCL.

A presença marcante de egressos de Escolas Normais na composição das quatro primeiras turmas da FFCL encontram-se expressos nos dados contidos na Tabela V; 56% dos formandos para os quais se tem informação eram normalistas. Por certo, a alta participação relativa dos normalistas no total de formandos da FFCL está fortemente associada à prática do comissionamento. Dos 86 diplomados que apresentaram o diploma de uma Escola Normal ao ingressarem, 64 deles foram comissionados.

(13) Barreto foi um dos principais auxiliares de Dória em 1920. Professor de Sociologia do Colégio Universitário, desde 1934, e fundador da Revista Sociologia foi um importante elo de ligação entre os normalistas e as pesquisas empíricas neste campo. A este respeito, ver Limongi;1987. O nome de Barreto também se encontra ligado à expansão do ensino secundário privado e leigo em São Paulo, tendo sido um dos fundadores do Colégio Bandeirantes. Para informações biográficas, ver Melo;1954.

Os dados a compor a Tabela V podem ser relativizados, já que para os 34 casos sob os quais não dispomos de informação, 20 haviam sido dispensados do vestibular, logo possuíam diploma secundário. Agregados ao grupo dos possuidores de diplomas secundários, e desconsiderados os 14 casos restantes, teríamos assim uma distribuição equilibrada entre nominalistas (86 casos) e secundaristas (87 casos).

Podemos também inverter o procedimento e subtrair os dispensados de vestibular que apresentaram diploma secundário do total destes. Como resultado, teríamos aqueles que haviam feito secundário e para os quais a FFCL havia sido a sua primeira opção no Ensino Superior tentada. Nesta condição, descontados também os comissionados, só encontraríamos 46 casos, 6 deles tendo recebido bolsa ao longo do curso. Ou seja, por este procedimento teríamos nos aproximado do grupo dos ingressantes por vestibular, alunos que após a conclusão do secundário encaminharam-se para a FFCL. Estes seriam aqueles cuja opção poderia ter sido uma das Faculdades já existentes. No entanto, como veremos, não se encontra neste grupo, mas sim entre os bolsistas, o grupo de jovens ex-secundaristas atraídos pela FFCL.

Quanto à dispensa do vestibular e à busca de um segundo diploma superior, talvez seja desnecessário assinalar que esta não era uma prática comum nas Faculdades Profissionais. Na Escola Politécnica formaram-se 190 engenheiros nestes 4

anos, enquanto na Faculdade de Direito bacharelaram-se nada menos que 982 estudantes. Além do fato de nenhum deles ter obtido bolsa ou ser comissionado, os registros quanto a passagem por outros cursos superiores são praticamente nulos. Na Politécnica há 4 casos de ex-diplomados nesta mesma faculdade que voltaram à cata de nova especialização, enquanto na Faculdade de Direito se forma um médico.

A comparação das tabelas III e V trazem outras informações relevantes. Isolando a parte da amostra da FFCL que apresentou diploma secundário, veremos que a participação relativa de escolas públicas é superior à verificada para as Faculdades Profissionais. Isto sem contar o fato que as normais eram todas públicas na amostra colhida. Outro dado a merecer menção, diz respeito ao fato de os secundários públicos cursados por alunos da FFCL localizarem-se, em sua maioria, no interior - 14 nos 25 casos registrados. (14)

Os dados relativos ao local de realização do secundário ou equivalente também indicam novas distinções entre os formandos das Faculdades Profissionais e os da FFCL. Aproximadamente três quartos dos diplomados em Direito e Engenharia estudaram na Capital, enquanto os dados para a FFCL não atingem a marca dos 50%. Ou seja, enquanto a maior parte dos alunos que ingressavam nas Faculdades

(14) 2 foram feitos em outros Estados e 9 no Ginásio do Estado da Capital.

Profissionais recebera sua formação escolar nas principais escolas particulares da Capital- como o Liceu Nacional Rio Branco, Ginásio Paulistano - ou em tradicionais escolas mantidas pela Igreja - como o Colégio São Luiz ou o São Bento - ou ainda no aristocrático Ginásio Estado da Capital, o diplomado da FFCL fez seu curso médio no interior, em escolas públicas, em geral municipais, quando não em Escolas Normais do interior.<15>

Para o aluno típico da Faculdade de Direito, entre a conclusão de seu curso secundário e o início do curso superior, passava-se um período de um a dois anos, tempo este dedicado a estudos preparatórios em um curso Pré-Jurídico. O curso, na maioria dos casos, era iniciado aos 21 anos de idade e concluído 5 anos depois. A Escola Politécnica possuía um curso básico, sendo mais comum a matrícula na Faculdade no ano posterior à conclusão do secundário. Em geral, o aluno iniciava seu curso com 19 anos de idade e formava-se aos 25 anos de idade.<16>

O significado destes dados para a caracterização da clientela destes cursos é evidente. A história escolar que apresentam traz impressa a sua origem social. A estas Faculdades continuaram a afluir "os filhos das elites" de

(15) A distribuição dos diplomas normais apresentados é a seguinte: 41 obtidos no interior, 24 na capital e 20 do curso de aperfeiçoamento do Instituto de Educação.

(16) Neste ponto, procurei poupar o leitor de informações detalhistas. Os dados completos encontram-se no anexo a este capítulo.

São Paulo, aqueles que tiveram acesso às melhores escolas, uma vida estudantil regular e podiam passar diretamente do Secundário para o Ensino Superior.

O aluno que cursou a FFCL, ainda que os dados que dispomos indiquem maior heterogeneidade interna do grupo, as indicações apontam para um recrutamento feito junto a outras camadas sociais⁽¹⁷⁾. A alta participação de normalista já é um forte indicio neste sentido e ganham maior significado se analisados conjuntamente com os dados etéreos reunidos. A distância média entre a conclusão do secundário e o ingresso na FFCL é de 5 anos, indicando que, para a maioria dos casos, houve uma longa interrupção entre a passagem de um a outro nível de ensino. As descrições já feitas deste aluno permitem entender as razões deste intervalo: a maior parte deles já tinha por encerrada a sua escolarização quando se abre a alternativa de cursar a FFCL, a maior parte deles já tendo dado início às suas vidas profissionais. Para uma boa parcela deles, está claro, a FFCL era vista como a possibilidade para reorientá-las. Os dados para a idade média de ingresso no curso, situada na faixa entre os 23/24 anos, em que pese a grande dispersão já notada, confirmam a afirmação feita acima. Os alunos da FFCL eram mais velhos que seus contemporâneos de Direito e Politécnica.

(17) A heterogeneidade do grupo será analisada adiante.

Como parcela considerável destes alunos já possuía diploma superior, ou era professor primário comissionado, a constatação não tem nada de surpreendente. No entanto, aqueles alunos que ingressaram por vestibular na FFCL, não apresentam dados muitos distintos da média geral, enquadrando-se perfeitamente no quadro geral descrito. Para este grupo, o tempo médio passado entre a conclusão do secundário e o ingresso na FFCL passa dos 3 anos e a idade média de ingresso aproxima-se dos 24 anos. A maior aproximação em termos de tipo de secundário cursado esconde esta diferença significativa.

O tratamento agregado, neste ponto, acaba por esconder informações relevantes. Se constituirmos dois grandes grupos com as seções a compor a FFCL, um primeiro que chamaremos de humanidades (Filosofia, História e Geografia, Ciências Sociais e Políticas, Letras Clássicas e Português e Línguas Estrangeiras) e o segundo a reunir as ciências ditas exatas (Matemática, Física, Química e Ciências Naturais), veremos que as idades médias de ingresso e o tempo passado entre a conclusão do secundário e o ingresso no superior decrescem significativamente. Nas exatas, temos uma maior aproximação do padrão encontrado nas Faculdades Profissionais. A idade média para ingresso é de 21 anos e o tempo médio passado entre a conclusão de um nível de ensino e a passagem ao seguinte é pouco superior a um ano. É certo que estamos diante de uma amostra bastante reduzida, mas é certo também

que nestes cursos registra-se uma presença bem menor de comissionados. Aqueles que se valeram da dispensa de vestibular eram geralmente mais jovens que seus colegas das áreas de humanas, em sua maioria ainda não diplomados, muitos deles atraídos da Politécnica. Se possuíam um diploma, este acabara de ser recebido. (18)

As idades médias mais baixas e menores distâncias entre a conclusão do secundário e ingresso no curso superior, por grupo de ingressantes, verificam-se entre os bolsistas. São estes os formandos da FFCL, em realidade, considerados todos os itens analisados em conjunto, que mais se aproximam dos estudantes das Faculdades Profissionais. Vejamos os dados a este respeito. Não apenas as médias de idade são as mais baixas de todos os grupos de alunos considerados, como também apresenta uma distribuição bem mais homogênea. As mesmas observações são válidas para o tempo entre a conclusão do curso médio e início do curso superior. Os números não são distantes dos verificados, por exemplo, na Faculdade de Direito. O bolsista médio ingressou antes de completar 22 anos de idade, dois anos após ter concluído o secundário.

(18) Para as seções de humanidades, a média de idade no momento do ingresso dos dispensados de vestibular beirava os 29 anos de idade (com um desvio padrão de 8,1), enquanto nas científicas ficava em torno dos 24,5 anos (desvio padrão de 5,7). Os dados quanto a procedência do curso médio também aproximam as seções científicas das Faculdades Profissionais.

Sabendo do significado das bolsas obtidas pelos veteranos, sabendo também que muitos destes bolsistas estavam a cursar a Faculdade de Direito ou a Politécnica quando a receberam, podemos concluir que as bolsas eram as armas com que contava a FFCL para atrair os alunos que, de outro modo, muito provavelmente, teriam abandonado o curso ou sequer se interessado por ele.

Analisada pelo ponto de vista dos diplomas de cursos médios apresentado, a demanda pelos cursos da FFCL assume características sociais razoavelmente claras. Para o normalista a FFCL oferecia a chance de obtenção de um diploma superior e, por seu intermédio, reforçar suas chances de sucesso em carreiras intelectuais. De outra parte, para os egressos de cursos secundários, com passagem ou não pelas Faculdades Profissionais, a FFCL oferecia a oportunidade de que os investimentos anteriores na educação formal pudessem ser aproveitados. Muitos dos alunos a se enquadrar neste caso, é preciso observar, forma "atraídos" e "mantidos" na FFCL por intermédio de bolsas. A carreira científica se apresentava, por um lado, como um canal que permitia uma mobilidade social ascendente, de outro, como um recurso para os que, ameaçados pelas transformações sociais em curso, podiam ser abrigados pela Universidade. Alguns sobrenomes de ex-alunos que vieram a ser professores da FFCL ilustram este último ponto: Eduardo d'Oliveira França, Ary França, Gilda de Moraes Rocha. Mas se há algo que

caracteriza a Universidade é a primeira das características apresentadas.

Quanto a este último ponto, a grande presença de sobrenomes imigrantes entre os formandos da FFCL reforçam o quadro descrito. As Faculdades Profissionais não registravam a naturalidade dos pais de seus alunos e o registro para a FFCL era esporádico. O total de apontamentos existentes a este respeito chega apenas a 69, em um universo de 187 casos. Destes, 25 possuíam pelo menos um dos pais estrangeiros. Ou seja, é certo que no mínimo 13,4% do total de formados pela FFCL tinham um dos pais estrangeiros⁽¹⁹⁾.

A relevância deste dado pode ser melhor avaliada quando se atenta para as informações organizadas por Almeida Jr. para a Faculdade de Direito. Segundo seus levantamentos, entre 1930 e 1931, os sobrenomes imigrantes constituiriam algo como 15,5% dos diplomados pela Faculdade de Direito (1965:105). Em primeiro lugar, note-se a preocupação de um professor e cronista da Faculdade de Direito com este ponto.⁽²⁰⁾ Conhecedor da história desta Faculdade, por certo, Almeida Jr. sabia que certas indiossincrasias de

(19) Destes, há 5 casos de pai brasileiro e mãe estrangeira, um caso a mais que estrangeiros que haviam se casado com brasileiras.

(20) Almeida Jr., a quem já fizemos inúmeras referências neste trabalho, ingressa no corpo docente da Universidade de São Paulo, inicialmente, pelo Instituto de Educação onde era Catedrático de Biologia Educacional. Posteriormente transfere-se para a Faculdade de Direito, vindo a ocupar a Cátedra de Medicina Legal.

alguns professores encontravam lugar para expressar-se no vestibular oral. Restringindo-se, deste modo, o ingresso de alunos com sobrenomes desta ou daquela nacionalidade. Professor de Escolas Normais, Almeida Jr. sabia também discernir o recrutamento social diverso a vigorar em cada um dos níveis de ensino. Em seu trabalho, os dados acerca da presença dos sobrenomes imigrantes nas turmas da Faculdade de Direito pretendem demonstrar a progressiva abertura social e democratização de seus cursos. No momento de fundação da FFCL, é forçoso concluir, este processo encontrava-se em seus primórdios. Trabalhando com os sobrenomes dos estudantes, Miceli calcula que "a presença de estudantes de famílias imigrantes" nas turmas de formandos da Faculdade de Direito girou "em torno de 15,5% nos anos 30"(1987:7).

A significação dos dados sobre os formandos da FFCL podem ser melhor compreendidos agora. Em uma parcela diminuta da amostra, é possível ter certeza que estamos diante de filhos de imigrantes em proporção semelhante à identificação por sobrenomes feitas por Almeida Jr. e Miceli. Adotando o mesmo procedimento para as quatro primeiras turmas da FFCL, em uma seleção exigente e cuidadosa, teríamos uma presença de sobrenomes de imigrantes

a girar em torno da casa dos 36% (Ver tabela VII⁽²¹⁾). Ou seja, desde as suas origens a FFCL não apresentou qualquer traço de um recrutamento seletivo ou restrito. Antes o contrário, esteve sempre aberta a filhos ou netos de imigrantes, oferecendo novas alternativas para que estes prosseguissem seus estudos e encontrassem condições de, por seu intermédio, percorrer um caminho de ascensão social.

Tabela VII

Diplomados da FFCL com sobrenomes imigrantes.

curso/turma	1.turma	2.turma	3.turma	4.turma	total
Filosofia	02	09	01	03	15
Geogr/Hist	02	03	02	01	08
C.Sociais	07	--	--	--	07
L.Portug.	--	03	02	03	08
L.Estrang.	02	04	01	02	09
Matemática	03	01	01	02	07
Física	--	--	--	--	--
Química	--	03	04	04	11
Hist.Nat.	--	02	01	--	03
Total	16	25	12	15	68

fonte: listas de formandos da FFCL.

Em um outro ponto, a demanda pelos cursos da FFCL diferencia-se radicalmente da verificada para as Faculdades Profissionais. Novamente, a FFCL vem a oferecer novas oportunidades para grupos sociais nates praticamente

(21) Trata-se, por certo, de uma medida altamente imprecisa, obtida a partir de métodos, digamos, nada científicos. O leitor pode tirar suas próprias conclusões consultando as listas de formandos da FFCL em anexo. Pelos mesmos métodos, é preciso notar que as taxas verificadas para a Faculdade de Medicina por Miceli e as contagens que fiz para a Politécnica não estão muito distantes das verificadas para a FFCL.

excluídos do acesso ao ensino superior. As Faculdades Profissionais apresentam-se, basicamente, como universos reservados aos homens. Na Escola Politécnica, nas turmas escolhidas não se registra a formatura de uma única mulher, ausência que perdura até 1946. A Faculdade de Direito apresenta a presença de algumas poucas mulheres por turma. Para os 4 anos com que estamos trabalhando, em um total de 982 bacharéis, apenas 24 eram mulheres, isto é, 2,4% do total. A Faculdade de Medicina não apresenta cenário diferente, sendo 14 as mulheres em 341 diplomados nas turmas correspondentes a que estamos trabalhando.

Na FFCL, nas primeiras quatro turmas, a participação das mulheres sobre o total de formandos atinge a marca dos 42,8% dos formandos. A distinção para com as taxas encontradas nas Faculdades Profissionais é gritante. Uma vez mais, temos um forte indício de que a clientela a procurar os seus cursos era diversa daquela que seguia para as Faculdades Profissionais. Os dados para a FFCL encontram-se na Tabela VIII

A alta participação relativa das mulheres nos cursos da FFCL deve-se, em grande medida, ao comissionamento, forma pela qual 70% das mulheres que vieram a se formar ingressaram na FFCL. Esta contribuição é quase absoluta no caso das seções de exatas, que mais uma vez apresentam um

Tabela VIII

Distribuição dos formandos da FFCL por sexo e modalidade de ingresso.

modal./sexo	masculino	feminino	total
dispensados	28	01	29
vestibular	32	17	49
comissionados	27	56	83
bolsa	20	06	26
total	107	80	187

Fonte: Seção de alunos da FFLCH, IME, IF, IBC

perfil mais próximo às Faculdades Profissionais, com menor participação feminina. Das 6 mulheres que se formaram nestas seções, 5 eram comissionadas e uma recebeu bolsa.(22)

No campo das humanidades, vale notar, as mulheres levam ligeira vantagem sobre os homens no total de formandos. As mulheres comissionadas, neste caso, representam mais que um terço dos formados. Mesmo para aqueles que ingressaram por vestibular, a participação das mulheres na amostra das seções de humanidades não é pequena, há equilíbrio entre homens e mulheres que ingressaram desta forma na FFCL - 19 e 17 casos respectivamente. Para as seções de exatas, não há sequer um caso de formanda que tenha ingressado por vestibular.

(22) As tabelas VIII A e VIII B constantes do anexo a este capítulo trazem as informações sobre este ponto.

Concluindo esta análise dos dados levantados, podemos afirmar que as seções de humanidades são aquelas que mais pronunciadamente se diferenciam das Faculdades Profissionais, quer pela alta presença de normalistas, de mulheres, de comissionados e dos ingressantes mais velhos. Estes pontos, como se viu, estão interrelacionados e, em boa medida, o comissionamento pode ser tomado como o elemento mais influente na determinação destas características da amostra. Calculando os dados para cada uma destas variáveis de forma a contrastar os comissionados aos não comissionados os resultados confirmam a afirmação. Se as mulheres representam 67,5% do total dos comissionados, para os não comissionados sua participação cai para 23,5%. A idade média do não comissionado é inferior ao do comissionado, a despeito das altíssimas idades verificadas entre os dispensados do vestibular que se destinaram às humanas (nada menos que 29 anos, acompanhado de um desvio padrão de 8,1). Vejamos algo mais sobre os comissionados e estaremos, por decorrência, oferecendo uma melhor caracterização do que foram as seções de humanidades neste período.

Como já fizemos referência, a maioria dos comissionados havia estudado em uma Escola Normal do interior. O Instituto de Educação Caetano de Campos, origem do diploma que muitos apresentaram, era um curso de aperfeiçoamento para normalistas e não temos informações quanto ao diploma

anterior. Não é desarrazoado supor que muito deles tivessem feito normais no interior e procurassem melhorar sua situação profissional recorrendo a este curso. De onde, a participação das normais do interior, muito possivelmente, seja superior à expressa pelos dados.

Se, de fato, como narra Fernando de Azevedo, muitos dos comissionados da primeira turma foram deslocados deste curso para a FFCL, podemos averiguar que os que se encontravam em piores situações na carreira no magistério vieram a se inscrever na nova Faculdade. Dos 60 comissionados a se formar na segunda turma, 37 eram professores primários no interior do Estado e 12 na capital (não há informações para 10 casos de comissionamento e 1 lecionava em uma Escola Normal do interior). Dos 37 interioranos foi possível se saber ao certo que 10 lecionavam em Escolas Rurais. Estas eram as escolas, por razões óbvias, que menos atraíam os professores. Provê-las de professores sempre foi um problema para as autoridades do setor. Era o ponto inicial da carreira, do qual se procurava fugir o quanto antes. O curso no Instituto de Educação e na FFCL parece ser um dos recursos para tanto. Para o comissionamento na terceira turma, quanto cai a procura em função da precariedade da matrícula, os egressos dos grupos rurais apresentam, não por acaso, a maior participação relativa entre os comissionados. Na quarta turma, os interioranos mantêm-se fortes, mas acompanhados pela categoria dos "outros", onde, em

realidade, foram computados aqueles que não estavam relacionados ao sistema de ensino e eram comissionados, como é o caso de duas escriturárias da Secretaria da Educação⁽²³⁾. Para os dados a este respeito, consultar a Tabela IX

Tabela IX

Procedência dos comissionados na FFCL

turma\tipo	ENI	ICC	GEC	GIU	GIR	out	s/inf	total
1.turma	--	--	02	--	--	--	--	02
2.turma	01	--	12	27	10	--	10	60
3.turma	--	02	02	01	04	--	--	12
4.turma	--	--	02	04	01	05	--	12
total	01	02	18	32	15	05	10	83

Fonte: Seção de alunos da FFLCH, IME, IF, IB.

ENI - Escola normal do interior
 ICC - Instituto Caetano de Campos
 GEC - Grupo escolar da capital
 GIU - Grupo escolar interior/urbano
 GIR - Grupo escolar interior/rural
 OUT - Outros
 s/inf - Sem informações

A seção de História Natural, em realidade, neste ponto, aproxima-se das seções de humanas. A participação de comissionados em seu contingente de formados é alta (6 em 10), conquanto a participação das mulheres não seja tão elevada (2 nos 6, as únicas formadas pela seção). Os comissionados, no entanto, concentram-se, praticamente, na 2ª turma (não há formandos na 1ª). Na 3ª e 4ª turmas as

(23) Ambas, em realidade, em função de más notas, tiveram os vencimentos suspensos no terceiro ano.

características aproximam-se mais das seções de exatas, caindo a idade média enquanto se eleva a participação dos egressos de secundários. Aumenta também a participação das bolsas, recebidas por 3 dos 6 formados nestas turmas.

Se os comissionados marcam significativamente a amostra das seções de humanas, os bolsistas associam-se fortemente às características gerais verificadas nas seções de exatas. Por isto a seção de História Natural pode ser considerada como uma seção que apresenta, em momentos diferentes, os traços marcantes de cada uma delas. As seções científicas, como já notamos, têm muitos traços em comum com a demanda verificadas nas Faculdades Profissionais. Ainda que não exclusivamente, muito desta aproximação deve-se a utilização das bolsas como forma de atração de alunos. Não foi possível obter dados sobre o valor das bolsas ofertadas a cada aluno. Independente de seu montante, a bolsa para veteranos era uma clara sinalização quanto a perspectivas profissionais no interior da FFCL. Os comentários acerca dos bons resultados obtidos com as bolsas de estudos encontrados no Anuário da FFCL 1937-1938 indicam para a relação apontada: "Assim pode apontar-se, entre outros, o caso de alunos que, em 1936, obtiveram 'bolsas de estudos', a título precário, por já se acharem matriculados no 2º ou 3º ano ao tempo da instituição das mesmas. Abandonando outras atividades que até então desenvolviam, puderam dedicar-se exclusivamente ao estudo merecendo, ao receber suas licenciaturas, o convite dos

respectivos professores para lhes servirem de assistentes."
(1938:225)

No caso da seção de Física, as bolsas, acompanhadas da sinlização quanto as perspectivas profissionais futuras, foram utilizadas por Gleb Wataghin para atrair os poucos alunos que se formaram, quase todos egressos da Politécnica e transferidos para a FFCL diretamente para o 2º ou 3º ano. Marcelo Damy de Souza Santos, por exemplo, transfere-se diretamente para o 3º e último ano de Física em 1936. Seu requerimento de matrícula é acompanhado de uma carta de Wataghin propondo que "lhe seja atribuída uma das bolsas de estudos da Sub-seção de Física que ainda estão sem aplicação por falta de candidatos." (24) Concluído seu curso, o aluno não apenas foi contratado pela Faculdade, como também, recebe uma bolsa para estudos na Inglaterra. Atrair alunos da Politécnica por intermédio das bolsas e a contratação imediata após a conclusão do curso foi uma característica marcante das seções de Física e Matemática. A primeira, note-se, mesmo assim, em termos quantitativos, obteve resultados bem pouco expressivos. O empenho de Wataghin e os incentivos com os quais podia contar foram decisivos para que a seção pudesse sobreviver. (25)

(24) A carta é datada de 17/04/36 e encontra-se na pasta do referido aluno.

(25) As bolsas não foram utilizadas apenas nas seções de exatas para atrair alunos das Faculdades Profissionais. Ary França, na seção de Geografia e História, e Lourival Gomes Machado, na de Ciências Sociais e Políticas, parecem ter sido objetos da mesma estratégia. podem ser tomados como exemplo

A seção de química, por seu turno, foi a que menos lançou mão da "demanda induzida" entre seus formandos. Temos, para um total de 15 formandos, apenas dois registros de comissionamento (um deles o único caso de mulher que se formou na seção, único caso também de diploma de curso normal apresentado) e um de bolsa. Além disto a maior parte de seus formandos cursou secundários pagos e na capital. Em contrapartida, verifica-se uma alta taxa percentual de filhos de imigrantes de primeira geração na declaração da nacionalidade dos pais (4 casos). Esta participação de imigrantes é ainda maior se contabilizada a partir dos sobrenomes. Pelos meus cálculos, 11 dos 15 formandos apresentam sobrenomes de famílias imigrantes.

Os dados apresentados, creio eu, são suficientes para sustentar a afirmação feita anteriormente a respeito da distinção clara entre o recrutamento da FFCL e Faculdades profissionais. Mais que isto, permitem avaliar o quanto a nova Faculdade dependeu do que chamamos de "demanda induzida" para recrutar alunos. O tom grandioso dos seus mentores, os altos e imensos objetivos que a FFCL pretendia atingir precisam ser analisados tendo por referência as informações alinhadas acima.

Não temos dados tão precisos a respeito das turmas seguintes da FFCL, mas os disponíveis parecem indicar que o

cenário não sofreu alterações radicais nos anos seguintes. Em termos quantitativos, a entrada de alunos no primeiro ano não se altera radicalmente. A média de calouros na primeira década de funcionamento da FFCL foi de 144 alunos. Após 1935, a casa das duas centenas de ingressantes só foi rompida em 1944, décimo-primeiro ano de existência da Faculdade, quando o Decreto Federal 6.247 determinou que a realização de exames de seleções deveria ser restrita aos cursos em que o número de inscrições excedesse os de vagas. Por isto, não são realizados vestibulares, ingressando neste ano 219 alunos.⁽²⁶⁾ Os dados disponíveis encontram-se condensados nas tabelas X e XI.

Tabela X

Número de alunos ingressantes na FFCL no período 1938/43, por curso.

curso/ano	1938	1939	1940	1941	1942	1943	total
Filosofia	07	20	07	--	06	04	
Matemática	15	21	14	10	14	11	
Física	03	03	02	01	03	03	
Química	22	16	22	11	26	19	
Hist.Nat.	18	15	18	03	12	10	
Geogr/Hist	40	26	22	06	25	13	
C.Sociais	11	01	18	06	14	07	
L.Portug.	12	25	23	07	23	09	
L.Estrang.	**	03	24	09	28	13	
L.anglo-germ	--	--	06	06	24	06	
Pedagogia	--	--	05	04	19	14	
total	128	177	151	63	194	109	

Fonte: Anuários da FFCL

** em 1938 Línguas Estrangeiras e Línguas Portuguesas foram computadas conjuntamente.

(26) No ano seguinte voltam a ocorrer exames vestibulares e, para 216 inscritos, 60 são aprovados. A casa das duas centenas só seria ultrapassada novamente em 1949.

Tabela XI

Número de formandos da FFCL 1940/46, por curso.

curso/ano	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Filosofia	05	16	06	01	03	03	03
Matemática	04	05	10	05	08	13	08
Física	03	07	02	03	02	04	03
Química	11	15	18	11	08	23	02
Hist.Nat.	11	09	07	01	12	07	02
Geogr/Hist	22	26	10	13	22	23	04
C.Sociais	03	08	14	05	12	07	--
L.Portug.	08	27	22	14	22	13	06
L.Estrang.	01	20	15	15	22	16	05
L.Anglo-Germ	--	01	04	05	20	10	09
Pedagogia	--	--	04	04	10	22	15
total	58	124	122	77	142	141	57

Fonte: Anuários da FFCL

Ocorre, é certo, uma maior estabilidade no ingresso de alunos que, após a queda de 1936, passa a girar em torno da casa dos 130 calouros por ano. Esta maior estabilidade dependeu da normalização das condições especiais de ingresso oferecidas naqueles anos. O comissionamento é regulamentado, estipulando-se uma entrada máxima anual de 33 professores primários para o corpo discente da FFCL e as bolsas continuam a ser ofertadas anualmente, com as sobras transferidas para veteranos. A estabilidade da demanda depende não apenas destes incentivos diretos, mas sobretudo de uma regulamentação que lhe é conexas, a equiparação do normalista ao secundarista para fins de ingresso na FFCL. Os comentários que encontramos no Anuário da FFCL 1937-1938

deixam claro quanto a nova Faculdade dependia desta equiparação: "A queda verificada no número de candidatos no ano de 1936 e 1937 explica-se pela incerteza, então reinante, quanto ao direito de matrícula que poderia ser assegurado aos diplomados por escolas normais. Por esse mesmo motivo, no ano de 1937, nem mesmo chegou a proceder-se a concurso de comissionamento para professores primários. O pequeno número de matrículas então feitas nestas condições só o foi sob "ad referendum" do Conselho Nacional de Educação. Agora, porém, a questão já está felizmente resolvida, sendo permitida aos professores normalistas ingresso na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em igualdade de condições com os candidatos que tenham concluído o curso secundário." (1938:220)

Dito de outra maneira, a demanda de egressos dos cursos secundários era insuficiente para a manutenção e sobrevivência da FFCL. O recrutamento de seus alunos fez-se preferencialmente entre os possuidores de diplomas de categoria inferior, os normalistas, aos quais se concede igualdade de condições aos secundaristas para atraí-los à nova Faculdade. Segundo o mesmo Anuário, o ano letivo de 1938, quando se normaliza o acesso dos normalistas, traz consigo uma elevação da procura por seus cursos, representando, "portanto, a definitiva consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A sua vitalidade está evidenciada na procura crescente dos seus cursos."

(1938:221) Os dados que apresentamos não são tão auspiciosos. Ocorre, isto sim, a estabilização da procura que aludimos acima.

Entender por que a FFCL "especializa-se" no recrutamento de ex-normalistas é uma tarefa simples. Os secundários existentes eram, em sua maioria, particulares, acessíveis apenas às camadas de maior poder aquisitivo, aquelas que dirigiam-se às Faculdades Profissionais. Como não se expande o ensino secundário público, a Faculdade de Filosofia que tinha como um de seus objetivos expressos formar professores secundários vê-se duplamente atingida. De um lado, verifica-se uma demanda frágil em decorrência do pequeno número de secundaristas formados. Por outro, estreita consideravelmente os atrativos profissionais para ingressar em seus cursos já que seu diploma tinha pouco valor prático.

A idéia que a Universidade teria nascido de planos educacionais longamente amadurecidos não parece resistir a análise feita. Em realidade, os dados disponíveis permitem afirmar que durante o governo Armando de Salles Oliveira ocorre uma interrupção no processo de ampliação do ensino médio controlado pelo Estado. Como vimos, até 1930, os ginásios estaduais reduziam-se a apenas três. Pelos dados estatísticos de 1932, os ginásios mantidos pelo Estado chegavam ao número de 23. A maior parte dos novos ginásios estaduais eram escolas municipais que passavam às mãos do

governo estadual. O crescimento da oferta de vagas, portanto, é apenas aparente. Em 1938, os ginásios estaduais eram em número de 26, sendo responsáveis pela formatura de 609 alunos. Portanto, sob o governo Armando de Salles Oliveira, tudo indica, não houve investimentos significativos no ensino médio⁽²⁷⁾. A ênfase no ensino concentra-se na educação superior, expressa na criação da USP, e não encontra contrapartida em investimento similar no ensino médio.

A lógica que presidira a reforma de 1920 voltava a ditar as regras para os setores, neste período. As atenções voltavam a se concentrar no topo do sistema educacional, enquanto sua base recebia atenções menores. Em realidade, o ensino médio público só virá a se expandir nos anos cinquenta, como se pode observar pelos dados contidos na tabela XII.

Monbeig já alertara, como vimos, que era preciso definir precisamente quais os objetivos e fins da Faculdade criada, pois diplomas e títulos que cosubstanciassem apenas vaidades humanas não seriam atrativos suficientes para estruturar a Faculdade. Daí por que recomendasse que a

(27) Tudo indica porque os dados encontrados são muitas vezes contraditórios. Os dados apresentados foram retirados da Estatística Escolar de 1931 a 1934 e na Estatística Escolar referente a 1939, ambas publicadas pela Secretaria da Educação e Saúde Pública do Governo do Estado de S. Paulo.

Tabela XII

Ensino secundário - proporção das matrículas nos estabelecimentos estaduais, 1910/1960.

anos	estadual		outros		total
	no.	%	no.	%	no.
1910	676	10.6	5687	89.4	6361
1920	765	8.0	8797	92.0	9562
1929	1081	4.6	22439	95.4	23520
1940	7291	13.1	48207	86.9	55498
1950	45417	36.6	78838	63.4	124255
1960	120614	49.8	121688	50.2	242302

Fonte: Nogueira, O. 1963:102.

ênfase recaísse, em um primeiro momento, na formação de professores e subsidiariamente na formação de cientistas - "elites desinteressadas" no jargão da FFCL. São estas as suas palavras: "Sem esperar o estatuto definitivo, é evidentemente para essa direção que deve ser orientado o nosso ensino. Preparar as gerações de professores, mais que eruditos especialistas e remexedores de teorias confusas, e tratar, ao mesmo tempo, de discernir, entre os futuros educadores, aqueles que serão capazes de realizar trabalhos científicos, de efetuar pesquisas pessoais. Ora, isso não é possível atualmente, porque os programas não o permitem e porque os alunos não têm a formação necessária: uns

excessivamente escolares; outros excessivamente grandiosos"
(1937:106)<28>

Apesar da agudeza de suas observações, Monbeig não percebeu a lógica mais profunda a fundamentar a criação da FFCL. Sua grandiosidade e pompa não são novidades para quem acompanha o movimento dos renovadores educacionais como feito neste trabalho. Sabemos que, a cada momento, os destinos da Nação estiveram a depender, no discurso destes educadores, da realização da reforma que pregavam. Sabemos também, que toda ênfase deste movimento está concentrada no desdobramentos do topo do sistema. As reformas deveriam começar pelo alto, garantindo assim a boa formação dos professores, a peça essencial da engrenagem. Fossem mal formados os professores e de nada adiantaria expandir a educação. As exigências e cuidados dirigidos à formação deste profissional atingem um ponto tal que acabam por impedir a própria expansão quantitativa do sistema de ensino.

(28) As opiniões expressas por Monbeig fazem emergir um quadro vivo do clima da FFCL em seus primeiros anos: "Tenho tido frequentemente ocasião de verificar que meus alunos se comprazem com os quadros grandiosos, com as questões que lhes permitam estabelecer debates inutilmente longos e em que são repisados eternamente os mesmos argumentos, os mesmos exemplos, mas, que, enfim a nada conduzem. E isso nada tem de científico senão o exterior, e eu preferiria que eles soubessem a geografia antes de discuti-la. A força de considerar unicamente generalidades, o estudante se esquece de que a geografia é uma ciência de base territorial; que é necessário essencialmente delimitar e descrever estes territórios; que ela não é um ramo da Fiosofia, mas uma ciência que se liga mais às ciências naturais"(1937:106)

Desde a Reforma de 1920, momento que se forma o grupo de educadores que estará à testa da criação da USP, a preocupação com a extensão do ensino superior paulista está diretamente relacionada ao controle sobre a formação de profissionais para o setor. No interior desta lógica, onde a promoção da expansão quantitativa do sistema educacional ocupava um lugar subordinado, a nova Faculdade, em lugar de formar professores secundários, acabou por atrair muitos dos profissionais já em atuação no setor. Alguns passarão por seus cursos antes de assumir funções didáticas na nova Faculdade, como foi o caso de Antonio Augusto Soares Amora, Livio Teixeira e Aroldo de Azevedo, três professores, não por mero acaso, do Liceu Nacional Rio Branco. Azevedo, ao ingressar na FFCL na seção de Geografia e História já havia publicado, pela Cia. Editora Nacional, nada menos que 6 diferentes livros didáticos de Geografia. Outros professores secundários atraídos pela FFCL: Benedicto Castrucci, professor do Ginásio Paulistano e nome que viria se ligar aos livros didáticos na área de matemática, e Eurípedes Simões de Paula, para citar apenas exemplos conspícuos. Outros professores secundários dispensaram a passagem pelos cursos da FFCL e ingressaram diretamente em seu corpo docente, como por exemplo, Alfredo Ellis Jr. e Othoniel Mota, professores do Ginásio Paulistano.

No interior deste cenário, entende-se que as verdadeiras perspectivas profissionais abertas pela nova

Faculdade acabam por se voltar para a reprodução de seus próprios quadros. Ou melhor, em função da presença de professores estrangeiros quando do início de suas atividades, não se tratava bem de reprodução interna, mas sim de assumir os postos de iniciadores desta ou daquela tradição de trabalhos científicos.

Até 1950, dos formandos nas 4 primeiras turmas de alunos que consideramos, nada menos que 46 deles vieram a assumir funções didáticas em uma das muitas e confusas categorias de docentes existentes. Sendo 187 o número total de formados, este dado significa que algo como 1 em cada 4 formados veio a ter possibilidades de iniciar carreiras acadêmicas na FFCL. Há que se considerar que se trata de um número muito elevado de vocações científicas para um recrutamento tão errático e difícil como o que se verificou neste período. Não foram poucos os que iniciaram sua carreira imediatamente após formarem-se. Muitas bolsas, como vimos, eram sinalizações claras neste sentido. João Cruz Costa, Schenberg, Fernando Furquim de Almeida são contratados no ano posterior à sua formatura, para citar alguns exemplos de não-bolsistas. O primeiro e o último assumem, imediatamente, a posição de professores. Cruz Costa, inclusive, entre a oferta de uma bolsa na França e assumir funções didáticas na Universidade, optou por esta última.

Em 1950, 12 formandos das quatro primeiras turmas já haviam abandonado a FFCL, alguns atraídos por outras alternativas na própria carreira acadêmica - Paulus Aulus Pompéia, por exemplo, transfere-se para São José dos Campos onde colaborará na montagem do ITA. De outro lado, 15 encontravam-se na categoria dos Professores e outros 7 já haviam assumido interinamente esta função. Isto é, uma parcela considerável destes formandos veio a assumir as Cátedras na medida em que estas foram sendo criadas e os professores estrangeiros retirando-se do país. Coube a eles, em boa medida, ditar os rumos da construção, ampliação e institucionalização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Monbeig, frente o quadro com que se defrontara, insistiu em advogar que a formação de professores secundários deveria ser prioritária nos primeiros anos. A seleção de "vocações científicas" deveria ser lenta e cuidadosa. Os dados que apresentamos, afinados com a tradição dos anos vinte, indicam que os passos foram invertidos em relação às propostas advogadas por Monbeig. Primeiro selecionaram-se as "vocações científicas" que, posteriormente, com a expansão do sistema de ensino médio iniciada nos anos cinquenta, vieram a presidir a formação de professores secundários.

Anexos ao Capítulo IVI. Tabelas e Quadros ComplementaresTabela II - A

Aproveitamento da primeira turma

seção/ano	1o.ano	2o.ano	3o.ano	formados
Filosofia	46	12	11	11
Matemática	29	07	06	06
Física	10	--	01	01
Química	29	--	--	--
Hist.Nat.	15	--	--	--
Geogr/Hist	16	10	08	08
C.Sociais	23	02	01	01
L.Port.	09	03	02	02
L.Estrang.	05	03	03	02
Total	182	37	32	31
%	100	20	17	19

Fonte: Anuários da FFCL e Seção de alunos da FF1CH, IME, IF, ICB.

Tabela II - B

Aproveitamento da segunda turma

seção/ano	1o.ano	2o.ano	3o.ano	formados
Filosofia	27	14	14	14
Matemática	16	05	03	02
Física	05	--	02	01
Química	40	04	04	04
Hist.Nat.	31	07	06	04
Geogr/Hist	28	17	17	15
C.Sociais	34	19	19	17
L.Port.	13	15	17	05
L.Estrang.	23	05	06	15
Total	218	86	88	77
%	100	39	40	35

Fonte: Anuários da FFCL e Seção de alunos da FF1CH, IME, IF, ICB.

Tabela II - B1

Aproveitamento dos comissionados da segunda turma.

seção/ano	1o.ano	2o.ano	3o.ano	formados
Filosofia	11	11	11	11
Matemática	01	01	01	01
Física	--	--	--	--
Química	01	01	01	01
Hist.Nat.	06	05	04	04
Geogr/Hist	18	15	15	13
C.Sociais	21	14	14	13
L.Port.	09	03	03	03
L.Estrang.	18	14	14	14
Total	85	64	63	60
%	100	75	74	70

Fonte: Anuários da FFCL e Seção de alunos da FFICH, IME, IF, ICB.

Tabela II - C

Aproveitamento da terceira turma

seção/ano	1o.ano	2o.ano	3o.ano	formados
Filosofia	10	10	10	07
Matemática	05	02	02	01
Física	02	01	02	--
Química	15	06	06	05
Hist.Nat.	19	12	07	03
Geogr/Hist	16	13	12	09
C.Sociais	13	11	11	05
L.Port.	05	05	05	03
L.Estrang.	06	05	03	03
Total	91	65	58	36
%	100	71	64	39

Fonte: Anuários da FFCL e Seção de alunos da FFICH, IME, IF, ICB.

Tabela II - D

Aproveitamento da quarta turma

seção/ano	1o.ano	2o.ano	3o.ano	formados
Filosofia	22	10	s/inf	07
Matemática	12	05	s/inf	02
Física	03	01	s/inf	04
Química	13	06	s/inf	06
Hist.Nat.	23	12	s/inf	03
Geogr/Hist	18	10	s/inf	09
C.Sociais	18	06	s/inf	03
L.Port.	17	10	s/inf	07
L.Estrang.	07	05	s/inf	02
Total	133	65	s/inf	43
%	100	49	-----	32

Fonte: Anuários da FFCL e Seção de alunos da FFLCH, IME, IF, ICB.

Tabela VIII - A

Distribuição dos formandos da FFCL nas seções de humanas por sexo e modalidade de ingresso.

modal./sexo	masculino	feminino	total
dispensados	18	01	19
vestibular	19	17	36
comissionados	23	51	74
bolsa	11	05	16
total	71	74	145

Fonte: Seções de alunos da FFLCH, IME, IF, ICB.

Tabela VIII - B

Distribuição dos formandos da FFCL nas seções de exatas por sexo e modalidade de ingresso.

modal./sexo	masculino	feminino	total
dispensados	10	--	10
vestibular	13	--	03
comissionados	04	05	09
bolsa	09	01	10
total	36	06	42

Fonte: Seções de alunos da FFLCH, IME, IF, ICB.

Summary of
Levels of
ANOCONC

IDAENTR
FACULDA
ANOCONC

IDADE DE ENTRADA
FACULDADE
ANO DE CONCLUSAO

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
Entire Population			21.3828	4.1604	1152
CULDA	di	DIREITO	20.9599	3.2393	798
ANOCONC	39		20.8340	3.5047	265
ANOCONC	40		20.9882	3.7049	169
ANOCONC	41		21.1720	3.1768	157
ANOCONC	42		20.9372	2.4417	207
CULDA	fe	LINGUAS ESTRANGEIRAS	25.0000	5.0442	19
ANOCONC	36		23.0000	0.0	1
ANOCONC	37		26.5000	5.0498	14
ANOCONC	38		20.3333	.5774	3
ANOCONC	39		20.0000	0.0	1
CULDA	ff	FILOSOFIA	27.4167	6.6778	36
ANOCONC	36		30.3000	6.1833	10
ANOCONC	37		26.5385	5.3481	13
ANOCONC	38		23.2857	2.6904	7
ANOCONC	39		29.3333	10.9118	6
CULDA	fg	GEOGRAFIA E HISTORIA	26.7436	7.4541	39
ANOCONC	36		26.6250	7.6146	8
ANOCONC	37		29.5714	9.7090	14
ANOCONC	38		24.2500	4.9785	8
ANOCONC	39		24.6667	3.6401	9
CULDA	fi	FISICA	22.8333	2.9944	6
ANOCONC	36		22.0000	0.0	1
ANOCONC	37		20.0000	0.0	1
ANOCONC	39		23.7500	3.3040	4
CULDA	fm	MATEMATICA	23.1000	5.8013	10
ANOCONC	36		24.1667	7.3326	6
ANOCONC	37		23.0000	2.8284	2
ANOCONC	38		20.0000	0.0	1
ANOCONC	39		20.0000	0.0	1
CULDA	fn	HISTORIA NATURAL	24.3000	4.9677	10
ANOCONC	37		27.7500	4.9244	4
ANOCONC	38		21.6667	4.7258	3
ANOCONC	39		22.3333	3.5119	3
CULDA	fp	LINGUAS PORTUGUESAS	26.3529	6.4802	17
ANOCONC	36		30.5000	12.0208	2
ANOCONC	37		23.2000	3.5637	5
ANOCONC	38		27.0000	8.7178	3
ANOCONC	39		27.1429	6.2564	7
CULDA	fq	QUIMICA	21.9333	3.2616	15
ANOCONC	37		21.0000	4.2426	4

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
ANOCONC	38		20.8000	1.3038	5
ANOCONC	39		23.5000	3.5637	6
CULDA	fs	CIENCIAS SOCIAIS	24.5769	4.9085	26
ANOCONC	36		31.0000	0.0	1
ANOCONC	37		25.1176	5.4987	17
ANOCONC	38		22.4000	2.4063	5
ANOCONC	39		23.0000	3.0000	3
CULDA	po	POLITECNICA	19.1761	2.3171	176
ANOCONC	38		19.9091	2.6852	33
ANOCONC	39		18.7949	1.4722	39
ANOCONC	40		18.9259	2.4173	54
ANOCONC	41		19.2600	2.4312	50
Total Cases =	1360				
Missing Cases =	208 OR	15.3 PCT.			

SPSS/PC+

ge 8

mmaries of
levels of

DISECFAC
FACULDA
ANOCONC

DISTANCIA ENTRE SECUNDARIO E FACULDADE
FACULDADE
ANO DE CONCLUSAO

riable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
r Entire Population			2.5991	2.4879	1105
CULDA	di	DIREITO	2.2560	1.3032	789
ANOCONC	39		1.8289	1.2860	263
ANOCONC	40		2.0120	1.6218	166
ANOCONC	41		2.4323	.8829	155
ANOCONC	42		2.8683	1.0181	205
CULDA	fe	LINGUAS ESTRANGEIRAS	7.3750	5.4268	16
ANOCONC	37		8.3846	5.2684	13
ANOCONC	38		.5000	.7071	2
ANOCONC	39		8.0000	0.0	1
CULDA	ff	FILOSOFIA	5.6538	4.5864	26
ANOCONC	36		6.0000	6.0553	4
ANOCONC	37		7.0000	5.5596	12
ANOCONC	38		4.2857	1.7995	7
ANOCONC	39		3.0000	0.0	3
CULDA	fg	GEOGRAFIA E HISTORIA	6.3333	5.9512	33
ANOCONC	36		6.2000	10.0598	5
ANOCONC	37		8.0000	6.5505	12
ANOCONC	38		6.2500	4.5591	8
ANOCONC	39		4.0000	2.2039	8
CULDA	fi	FISICA	6.2000	2.5884	5
ANOCONC	37		4.0000	0.0	1
ANOCONC	39		6.7500	2.6300	4
CULDA	fm	MATEMATICA	3.6250	2.2638	8
ANOCONC	36		4.5000	2.3805	4
ANOCONC	37		2.5000	3.5355	2
ANOCONC	38		3.0000	0.0	1
ANOCONC	39		3.0000	0.0	1
CULDA	fn	HISTORIA NATURAL	4.4444	2.4552	9
ANOCONC	37		5.5000	1.9149	4
ANOCONC	38		4.3333	3.2146	3
ANOCONC	39		2.5000	2.1213	2
CULDA	fp	LINGUAS PORTUGUESAS	6.1875	5.4187	16
ANOCONC	36		10.0000	8.4853	2
ANOCONC	37		5.6000	3.6469	5
ANOCONC	38		6.6667	8.9629	3
ANOCONC	39		5.1667	4.8339	6
CULDA	fq	QUIMICA	2.8333	1.6967	12
ANOCONC	37		1.0000	0.0	2
ANOCONC	38		2.6000	1.3416	5

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
ANOCONC	39		3.8000	1.7889	5
CULDA	fs	CIENCIAS SOCIAIS	5.3333	5.1994	21
ANOCONC	36		2.0000	0.0	1
ANOCONC	37		6.0714	6.2814	14
ANOCONC	38		4.3333	.5774	3
ANOCONC	39		4.0000	0.0	3
CULDA	po	POLITECNICA	1.6059	1.6758	170
ANOCONC	38		1.4138	.9456	29
ANOCONC	39		1.3590	.7066	39
ANOCONC	40		1.8889	2.4852	54
ANOCONC	41		1.6042	1.4253	48
Total Cases =	1360				
Missing Cases =	255 OR	18.8 PCT.			

variables of IDAENTR IDADE DE ENTRADA
 levels of DISPV DISPENSADOS
 FILOSOFI FFCL

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
Entire Population			27.4333	7.6730	30
PV	s	SIM	27.4333	7.6730	30
FILOSOFI	ex	EXATAS	24.4000	5.7774	10
FILOSOFI	hu	HUMANAS	28.9500	8.1723	20

Total Cases = 188
 Missing Cases = 158 OR 84.0 PCT.

maries of IDAENTR IDADE DE ENTRADA
 levels of VEST VESTIBULAR
 FILOSOFI FFCL

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
Entire Population			23.8605	6.6425	43
T	s	SIM	23.8605	6.6425	43
FILOSOFI	ex	EXATAS	21.0000	3.1623	12
FILOSOFI	hu	HUMANAS	24.9677	7.3189	31

Total Cases = 188
 Missing Cases = 145 OR 77.1 PCT.

Summary of
Levels of

IDAENTR	IDADE DE ENTRADA
COMISSI	COMISSIONADOS
FILOSOFI	FFCL

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
Entire Population					
COMISSI	n	NAD	24.4286	6.5125	98
FILOSOFI	ex	EXATAS	22.1563	4.1357	32
FILOSOFI	hu	HUMANAS	25.5303	7.1666	66
COMISSI	s	SIM	26.7250	5.4121	80
FILOSOFI	ex	EXATAS	25.6667	4.1231	9
FILOSOFI	hu	HUMANAS	26.8592	5.5634	71

Total Cases = 188
Missing Cases = 10 OR 5.3 PCT.

variables of IDAENTR IDADE DE ENTRADA
 levels of BOLSA
 FILOSOFI FFCL

Variable	Value	Label	Mean	Std Dev	Cases
Entire Population			25.4607	6.1342	178
SA	n	NAO	26.0588	6.3735	153
FILOSOFI	ex	EXATAS	23.4516	4.7317	31
FILOSOFI	hu	HUMANAS	26.7213	6.5798	122
SA	s	SIM	21.8000	2.0000	25
FILOSOFI	ex	EXATAS	21.3000	2.2632	10
FILOSOFI	hu	HUMANAS	22.1333	1.8074	15
Total Cases =		188			
Missing Cases =		10 OR	5.3 PCT.		

Considerações Finais

A ordem em que se encontram dispostos os capítulos deste trabalho refletem a trajetória das investigações realizadas. O impulso inicial para as pesquisas partiu da identificação de insuficiências e lacunas na literatura. Os autores a tratar do tema procuram nexos e significados para a iniciativa educacional na conjuntura política, sugerindo que a FFCL deve ser compreendida pelo projeto e intenções políticas que a fundamentaram. Estas interpretações acabavam por desconsiderar especificidades da conjuntura política e, de outro lado, por dizer muito pouco a respeito da própria Universidade.

Movido por estas críticas, dediquei-me, inicialmente, à pesquisa das relações entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e a política e a sociedade paulistas durante a Primeira República. Seguindo esta trilha, acabamos por deparar com as pregações e campanhas do grupo que passou pela *Liga Nacionalista*, verdadeira origem doutrinária da campanha pela criação da Universidade. Por intermédio da *Liga Nacionalista* foi possível resgatar alguns dos dilemas a influenciar o comportamento político das camadas médias urbanas paulistas no período e entender porque depositavam tantas esperanças na reforma educacional.

O apelo doutrinário em favor da reforma educacional reforça a imagem de uma sociedade política idealizada que, no limite, se aproximaria de um regime aristocrático. Júlio Mesquita Filho, vale recordar, julgava a experiência do Império melhor sucedida que a da República em função do fato de se estruturar sobre um corpo de cidadãos restrito. O alargamento da cidadania seria uma causa da decadência política verificada sob o regime republicano. O apelo em favor da reforma educacional, paradoxalmente, é acompanhado de esperanças de que a cidadania política fosse limitada com a adoção do voto secreto.

A faceta política, no entanto, é apenas uma das dimensões a ser considerada no tratamento do desabrochar da campanha em favor da criação da Universidade. O discurso político que prega a urgência da reforma educacional parte de um grupo social claramente demarcado, especializado no setor cultural. São jornalistas, editores e educadores que estão a insistir neste ponto. Além destas múltiplas funções, alguns deles são também empresários do setor. Júlio Mesquita Filho está à testa do principal jornal da época, Monteiro Lobato da principal editora e Sampaio Dória, Lourenço Filho e Almeida Jr. são os fundadores e proprietários da mais importante escola particular de São Paulo no período, o Liceu Nacional Rio Branco. Sendo estas as pessoas que defendem a criação da Universidade, por certo, não serão apenas ideais e dilemas políticos que estarão na raiz de

suas pregações. Esta ligação profunda com o empresariamento de atividades culturais aponta para relações mais orgânicas deste grupo com a reforma educacional que pregavam.

Seguindo esta trilha, o segundo capítulo estuda em profundidade o comprometimento do grupo de educadores envolvidos diretamente com a criação da Universidade. Esta passa a ser vista como parte de uma luta que lhe é anterior e lhe confere sentido, qual seja, a luta pela ampliação do aparelho de ensino superior voltado para a formação de professores. Em última análise, está em jogo, o controle sobre o sistema educacional paulista e, sobretudo, o controle sobre recursos fundamentais para a direção de sua expansão futura: a formação de profissionais para atuar no ensino secundário.

Desde 1920, quando ocorre a Reforma Sampaio Dória, o grupo dos "renovadores educacionais" elege a criação de uma Faculdade de (Filosofia) e Educação como meta prioritária. A perseguição deste ideal é acompanhada por uma atenção secundária e subordinada à ampliação da base do sistema. Nestes termos, querer ver nestes educadores os defensores de reformas educacionais inspiradas em idéias liberal-democráticas parece ter escasso valor explicativo. Seria desconsiderar o conteúdo das reformas que pregavam, dirigidas para a ampliação do topo do sistema e não para sua base, e os reais interesses a novê-los.

A campanha em favor da criação da Universidade perde seu ímpeto à medida que nos aproximamos e entramos nos anos trinta, ainda que a luta dos educadores por ampliar o ensino superior paulista, criando uma Faculdade de Educação, não esmoreça. Com a reforma Fernando de Azevedo, já em 1934, os planos iniciais de 1920, ainda que de maneira tímida, acabam por se concretizar.

Acompanhar a vida política paulista do período que vai da Revolução de 1930 à criação da Universidade em 1934 foi o tema a inspirar a elaboração do terceiro capítulo. Entender por que a campanha esmorece neste período e localizar o momento em que é retomada foram seus objetivos. A centralidade assumida pela "causa paulista" oferece a resposta para a primeira preocupação. Mesquita Filho acha-se profundamente envolvido com a preparação da revolução constitucionalista. Derrotado o movimento, a campanha em favor da criação da Universidade não é retomada, sendo criada sem que seja recuperado o discurso reformista centrado na educação. Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a "causa paulista" pedia que as atenções se concentrassem na preservação da autonomia regional na nova Constituição. O projeto político dos paulistas, ou melhor, aquele que o jornal *O Estado de S. Paulo* encampava, continua a ter por centro o Federalismo. No momento de sua criação, a USP não foi vista ou concebida por seus mentores como parte de uma

estratégia política relacionada a recuperação da hegemonia nacional.

O quarto e último capítulo procura revelar algumas dimensões que permitam compreender melhor os primeiros anos de vida da FFCL. As dificuldades em recrutar alunos e o histórico escolar daqueles que se formaram em seu curso apontam para uma imagem da FFCL diferente daquela projetada pelo discurso mitificante de seus mentores. A FFCL conviveu com uma procura escassa por seus cursos. A iniciativa pôde ser preservada graças a incentivos para que alunos cursassem suas seções em condições excepcionais, como, por exemplo, os professores primários comissionados. Outros foram atraídos por intermédio de bolsas e sinalizações claras de oportunidades de carreira futura em seu interior.

Enquanto projeto de reforma educacional, a criação da FFCL pode ser tomada como a expressão mais alta da lógica do movimento "renovador" que a antecede. Uma vez mais, a prioridade concentra-se no topo do sistema, na necessidade de aprimorar a formação profissional do professor. Um dos objetivos expressos, e sempre retomados por aqueles comprometidos com a iniciativa, era o de formar professores secundários. No entanto, o ensino secundário em si não merece a mesma atenção, este nível de ensino continua restrito e controlado por particulares e pela Igreja. Quando se fala dos efeitos "regeneradores" da iniciativa, estes são

creditados à qualidade dos professores que a FFCL formaria. Não há, praticamente, menções a possíveis extensões quantitativas do setor (1). O caráter restrito do ensino médio existente não é questionado, mas sim a sua qualidade. Sem a expansão do secundário, enquanto reforma educacional, no entanto, a iniciativa ficava suspensa no ar, faltava-lhe a base de onde sairiam seus alunos e o mercado de trabalho para seus formandos. Desta forma, a atração profissional exercida pela FFCL reduz-se às carreiras que abria em seu próprio interior. Como vimos, em seus primeiros anos, elas não foram poucas.

Este trabalho, mais do que provar uma tese por intermédio da qual a criação da Universidade pudesse vir a ser apreendida integralmente, pretendeu, tão somente, levantar uma série de dimensões normalmente relegadas pela bibliografia e contribuir para que novas perspectivas de trabalho e entendimento da criação da FFCL fossem abertas. Que novos trabalhos e novas dimensões venham a ser exploradas, enriquecendo a compreensão sobre a Universidade de São Paulo.

(1) Remeto o leitor, uma vez mais, ao tão citado discurso de paraninfo da primeira turma de formandos proferido por Mesquita Filho. Leia-se os ataques violentos à má qualidade do ensino secundário nacional e o silêncio quanto à sua extensão.

ANEXOS

I. LISTA de DIPLOMADOS PELA FFCL 36-39

FILOSOFIA

Turma de 1936:

- 1 - ALVIM, Decio Ferraz
- 2 - ALVIM, Oswaldo Ferraz
- 3 - AMARAL, Breno Ferraz do
- 4 - ARANHA, João Barros de Souza
- 5 - COSTA, João Cruz
- 6 - DRANGER, Adelia
- 7 - GUARIENTO, Anelio
- 8 - LEITE, Francisco Rodrigues
- 9 - MESQUITA, Raul Ferraz de
- 10 - MIRANDA, Nicanor Teixeira de
- 11 - TEIXEIRA, Livio

Turma de 1937:

- 12 - ARAUJO, Zenaide Villalva de
- 13 - ARCHERO JUNIOR, Achilles
- 14 - BRASILIENSE, Mathilde
- 15 - CABRAL, Corina de C. e Marcondes
- 16 - CATALDI, Olga de
- 17 - DEFILIPPI, Nelda Thais
- 18 - GRISI, Raphael
- 19 - KUNTZ, Maria Levy
- 20 - MORAES, Raul de
- 21 - MOURA, Leonor Cataldi
- 22 - PEREIRA, Serafina Marcondes
- 23 - PINTO, Olga Leite
- 24 - SCHADEN, Egon
- 25 - VANPRE, Cecilia de Campos Pereira

Turma de 1938:

- 26 - CABRAL, Annita de C. e Marcondes(A)
- 27 - DORIA, Heron De Faria
- 28 - NISHIE, Yoneka
- 29 - ORTIZ, Nair(A)
- 30 - PAIVA, Cecilia P. de Castro(A)
- 31 - PRADO, Decio de Almeida(A)
- 32 - TEIXEIRA, Paulo Borges

Turma de 1939:

- 33 - ALMEIDA, Benedicto Sotero Dias
- 34 - BARRETO, Antenor Romano
- 35 - CAMPELLO, Jorge Freire
- 36 - ROCHA, Gilda de Moraes
- 37 - SOUZA, Cicero Christiano de
- 38 - TELLES, Luiz Xavier
- 39 - YAZIGUI NETO, Abrahão

(A) Formou-se em Filosofia e Ciências Sociais

CIENCIAS SOCIAISTurma de 1936:

40 - AMARAL, Ophelia Ferraz do

Turma de 1937:

- 41 - ALBUQUERQUE, Benedito F. de
- 42 - CAMARGO, Isabel Botelho de
- 43 - CONTI, Jair
- 44 - CUNHA, Mario Wagner Vieira da
- 45 - FALCO, Mario de
- 46 - FALCO, Seraphina
- 47 - FREITAS, Rita
- 48 - HERMANN, Lucilla
- 49 - MASCARO, Carlos Correia (A)
- 50 - MUSSOLINI, Gioconda
- 51 - OLIVEIRA, Milton Lourenço de (A)
- 52 - PEIXOTO, Elisa Sandoval
- 53 - ROCHA, Euclides Pinto da
- 54 - SILVA, Geraldo Boaventura da
- 55 - SOUZA, Laura Nunes de
- 56 - SUZUKI, Teiiti
- 57 - VILLELA, Lavinia Costa

Turma de 1938:

- 58 - CAMPOS, Azer Martins de Souza
- 59 - MACHADO, Lourival Gomes
- 60 - OLIVEIRA, Eduardo Alcantara de
- 61 - SILVA, Cecilia Elisa de Castro
- 62 - SILVEIRA, Zenith Mendes da(A)

Turma de 1939:

- 63 - MARCONDES, José V. de Freitas
- 64 - PAIVA, Yolanda A. Cunha de
- 65 - RODRIGUES, Silvio

(A) Formou-se em Filosofia e Ciências Sociais.

GEOGRAFIA E HISTORIATurma de 1936:

- 66 - ASSIS, Antonio de Paula
- 67 - CAMARGO, Nelson
- 68 - GARCIA, Rozendo Sampaio
- 69 - NELLO, Astrogildo Rodrigues de
- 70 - ORLANDI, José
- 71 - PAULA, Euripedes Simões de
- 72 - ROCCO, Affonso Antonio
- 73 - SILVEIRA, João Dias da

Turma de 1937:

- 74 - CALDEIRA, Branca da Cunha
- 75 - CANNABRAVA, Alice Piffer
- 76 - FEO, José Alves de Almeida
- 77 - FERRANTE, Maria
- 78 - FIGUEIREDO, Silvio de
- 79 - FRANÇA, Eduardo D'Oliveira
- 80 - GONÇALVES, Maria de Lourdes Duarte
- 81 - LEITE, Ubaldo da costa
- 82 - MARINO, Aurelia
- 83 - PADILHA, Waldomiro de
- 84 - PENTEADO, Auralita de Oliveira
- 85 - PEREIRA, Risoleta Violante
- 86 - PINTO, Eunice Almeida
- 87 - SOUZA, Antonieta de Paula
- 88 - TORRES, Maria C. T. Mendes

Turma de 1938:

- 89 - ALCANTARA, Ruth
- 90 - CARVALHO, Maria C. Vicente de
- 91 - FEDERICI, Hilton
- 92 - FRANÇA, Ary
- 93 - FREITAS, Ruy Ozorio de
- 94 - MENDES, Renato da Silveira
- 95 - MORAES, Nelly
- 96 - PANTALEAO, Olga
- 97 - RIBEIRO, Maria da Conceição

Turma de 1939:

- 98 - AZEVEDO, Aroldo Edgard de
- 99 - BUCHHOLZ, Bernardo
- 100 - FAGUNDES, Yvonne
- 101 - FONSECA, Joaquim Alfredo da
- 102 - GOMES, Alfredo
- 103 - MATTOS, Odilon Nogueira de
- 104 - OLIVEIRA, Maria Edith Leme de
- 105 - RAMOS, Beatriz L. de Carvalho
- 106 - SOUZA, Cecy de

LETRAS CLASSICASTurma de 1936:

- 107 - BARROS, Octacilio Silveira de
 108 - PINTO, Antonio Henrique

Turma de 1937:

- 109 - ALENCAR, Anna de
 110 - ANDRADE, Eugenia Moraes
 111 - CASELLA, Maria Antonieta
 112 - CECCONI, Dina
 113 - MARTINS, Maria de Lourdes Paula

Turma de 1938:

- 114 - BETTARELLO, Italo(B)
 115 - LEITE, Manoel Cerqueira
 116 - TURELLE, Philomena

Turma de 1939:

- 117 - AMORA, Antonio Augusto Soares
 118 - IPPOLITO, Ernestina(B)
 119 - LOMBARDI, Adail
 120 - PAULINO NETO, José
 121 - RIBEIRO, Mercedes Leite(B)
 122 - SALUM, Isaac Nicolau(B)
 123 - SILVA, José Moura Leopoldo

(B) Formou-se em Letras Clássicas e Neolatinas.

LETRAS NEOLATINASTurma de 1936:

- 124 - RAIA, Ada
- 125 - RAIA, Adriana

Turma de 1937:

- 126 - ANGELO, Ercilio
- 127 - BARROS, Francisca de
- 128 - BRIQUET, Marina Flavia
- 129 - CASTRO, Xenofonte Strabão de
- 130 - DEFILIPPI, Lia Pia Clarita de
- 131 - DIEHL, Julio Soares
- 132 - GABBI, Odulia de Souza
- 133 - LEITE, Yolanda
- 134 - MEDEA, Lucila
- 135 - MENEZES, Maria José R. de
- 136 - PADIN, Mélida
- 137 - PINHEIRO, Irna de Souza
- 138 - PINHEIRO, Maria R. de Souza
- 139 - RIBEIRO, Dulce
- 140 - SANTOS, Iracema Rosa dos

Turma de 1939:

- 141 - COSTA, Jeannette Emboaba da
- 142 - FOURNIOL, Jandyra de Barros
- 143 - MOTTA, Cleonice C. Serôa da

Turma de 1939:

- 144 - LOMBARDI, Denise
- 145 - PALERMO, Alfredo

MATEMATICATurma de 1936:

- 146 - ALMEIDA, Fernando Furquin de
- 147 - DAMATO, Carmello
- 148 - DIAS, Candido Lima da Silva
- 149 - LACAZ Netto, Francisco Antonio
- 150 - RABIN, Julio
- 151 - SCHENBERG, Mario

Turma de 1937:

- 152 - CAMARGO, Maria Izabel Arruda
- 153 - MONTEUX, Yolanda<C>

Turma de 1938:

- 154 - MORAES, Abrahão de<C>

Turma de 1939:

- 155 - ABDELHAY, José
- 156 - GASTRUCCI , Benedito<C>

FISICATurma de 1936:

- 157 - SANTOS, Marcelo Dany de Souza

Turma de 1937:

- 158 - BREVES FILHO, João Augusto<C>

Turma de 1938:

- 159 - BITTENCOURT, Paulo Taques
- 160 - CAMPOS, Moacyr Santos de
- 161 - MESQUITA, Zillah Barreto de<C>
- 162 - POMPEIA, Paulus Aulus

<C> Formou-se em Física e em Matemática.

QUIMICATurma de 1937:

- 163 - BARZAGHI, Luciano
- 164 - FRANÇA, Jandira
- 165 - MATHIAS, Sinão
- 166 - SENISE, Pasquale Ernesto Americo

Turma de 1938:

- 167 - BARSATTI, Rolando Humberto
- 168 - MICHELETTI, Emiliano J. Fortunato
- 169 - PEREIRA, Ruy da Cunha
- 170 - PUCCI, Flavio Aurelio José
- 171 - SANTINI, Pedro

Turma de 1939:

- 172 - BERTI, Francisco Antonio
- 173 - CAMPOS, Hercules Vieira de
- 174 - MARIUTTI, Domingos
- 175 - MAZZEI, Francisco Mattos
- 176 - MELLO, José Alves de
- 177 - PREGNOLATTO, Hugo

HISTORIA NATURALTurma de 1937:

- 178 - BARROS, Rosina de
- 179 - CANTO, Maria de Lourdes
- 180 - PIOVESAN, João Baptista
- 181 - SAWAYA, Michel Pedro

Turma de 1938:

- 182 - FRANCO, Rui Ribeiro
- 183 - GALVAO, Gilberto
- 184 - WHOLERS, Armando

Turma de 1939:

- 185 - CAMPOS, João Ernesto de Souza
- 186 - FERRI, Mario Guimarães
- 187 - MENDES, Erasmo Garcia

II. Base de Dados para os alunos da FFCL

Códigos utilizados:

1. Faculdade:
 - ff = Filosofia
 - fs = Ciências Sociais e Políticas
 - fg = História e Geografia
 - fp = Línguas Portuguesas
 - fe = Línguas Estrangeiras
 - fn = Matemática
 - fi = Física
 - fq = Química
 - fn = História Natural
2. Ano de Conc = Ano de Conclusão
(refere-se ao curso na FFCL)
3. Ano Nasc = Ano de Nascimento
4. Proc do Sec = Procedência do Secundário:
 - icc = Instituto Caetano de Campos
 - eni = Escola Normal do Interior
 - enc = Escola Normal da Capital
 - gpc = Ginásio Particular da Capital
 - gpi = Ginásio Particular do Interior
 - gpo = Ginásio Particular de Outros estados
 - gic = Ginásio da Igreja da Capital
 - gii = Ginásio da Igreja do Interior
 - gio = Ginásio da Igreja de Outros Estados
 - gec = Ginásio do Público da Capital
 - gei = Ginásio do Público do Interior
 - geo = Ginásio Público de Outros Estados
5. Ano de de Conc Sec = Ano de Conclusão do curso secundário
6. Proc de Fac = Procedência de Faculdade
(aplica-se aos dispensados de vestibular)
 - fde = Faculdade de Direito - Cursando
 - fdf = Faculdade de Direito - Formado
 - fdc = Escola Politécnica - Cursando
 - fdf = Escola Politécnica - Formado
 - foc = Faculdade de Odontologia e Farmácia - Cursando
 - fof = Faculdade de Odontologia e Farmácia - Formado
 - fac = Faculdade de Agronomia - Cursando
 - faf = Faculdade de Agronomia - Formado

7. Ano Conc Fac = Ano de conclusão da Faculdade
(refere-se a Faculdade cursada anteriormente à FFCL)

8. Com = Comissionado

8. Origen

(refere-se ao cargo ocupado pelo professor)

iec = Instituto de Educação Caetano de Campos

gcp = Grupo Escolar da Capital

giu = Grupo Escolar do Interior - Urbano

gir = Grupo Escolar do Interior - Rural

eni = Escola Normal do Interior

sif = Sem Informações

out = Outros

nsa = Não se aplica

10. Prof = Professor

(refere-se a carreira acadêmica na USP até 1950)

pr = Professor

pf = Professor que deixou os quadros da FFCL

ap = Auxiliar de Ensino que já assumira interinamente o cargo de professor

ae = Auxiliar de Ensino

af = Auxiliar de Ensino que deixou os quadros da USP

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

UMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
1	ff	36	m	897		0	fdf	20	n	nsa	n	
2	ff	36	m	901		0		0	n	nsa	n	
3	ff	36	m	894	eni	32		0	n	nsa	n	
4	ff	36	m	0		0		0	n	nsa	n	
5	ff	36	m	904		0	fmc	0	n	nsa	n	pr
6	ff	36	f	911	enc	30		0	n	nsa	n	
7	ff	36	m	913	eni	0		0	n	nsa	s	
8	ff	36	m	910	icc	31		0	n	nsa	n	
9	ff	36	m	900		0	fpf	26	n	nsa	n	
10	ff	36	m	905		0	fdf	29	n	nsa	n	pr
11	ff	36	m	902	gpi	19	fdf	27	n	nsa	n	
12	ff	37	f	0		0		0	s	sif	n	
13	ff	37	m	907	eni	0		0	s	sif	n	af
14	ff	37	f	894	eni	10		0	s	giu	n	
15	ff	37	f	911	enc	27		0	s	sif	n	
16	ff	37	f	912	icc	31		0	s	giu	n	
17	ff	37	f	915	icc	35		0	n	nsa	n	
18	ff	37	m	909	eni	26		0	s	giu	n	ae
19	ff	37	f	907	eni	26		0	s	gir	n	
20	ff	37	m	907	icc	23		0	s	gcp	n	
21	ff	37	f	903	enc	21		0	s	gir	n	
22	ff	37	f	910	icc	35		0	n	nsa	n	
23	ff	37	f	911	eni	28		0	s	sif	n	
24	ff	37	m	913	geo	33		0	n	nsa	n	ae
25	ff	37	f	911	icc	33		0	s	giu	n	

Age No. 2
1/10/86

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

NUMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
26	ff	38	f	910	icc	32		0	s	iec	n	pr
27	ff	38	m	911	eni	28		0	n	nsa	n	
28	ff	38	f	914	icc	33		0	n	nsa	n	
29	ff	38	f	910	icc	32		0	s	gcp	n	
30	ff	38	f	915	icc	33		0	s	gir	n	
31	ff	38	m	917	gpc	33		0	n	nsa	n	
32	ff	38	m	912	gpo	31	fdc	0	n	nsa	n	
33	ff	39	m	914	eni	34		0	s	giu	n	
34	ff	39	m	893		0	fdf	24	s	out	n	
35	ff	39	m	0	gpc	34		0	n	nsa	n	
36	ff	39	f	919	gpc	34		0	n	nsa	n	ae
37	ff	39	m	914	gpc	0	fmc	37	n	nsa	n	af
38	ff	39	m	895		0	fdf	17	n	nsa	n	
39	ff	39	m	911		0	fpf	35	n	nsa	n	
40	fs	37	f	903	icc	32		0	s	giu	n	
41	fs	37	m	913	eni	32		0	s	giu	n	
42	fs	37	f	895	eni	16		0	s	giu	n	
43	fs	37	f	914	eni	32		0	s	gir	n	
44	fs	37	m	912		0		0	s	gcp	n	
45	fs	37	m	916	gic	34		0	n	nsa	n	
46	fs	37	f	913	enc	31		0	s	eif	n	af
47	fs	37	f	912	icc	33		0	s	giu	n	
48	fs	37	f	902	eni	20		0	s	eni	n	af
49	fs	37	m	911	eni	30		0	s	giu	n	af
50	fs	37	f	913	enc	32		0	s	gcp	n	

Age No. 3
1/10/86

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

NUMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
51	fs	37	m	907		0	fdf	34	s	gcp	n	
52	fs	37	f	911	enc	31		0	s	giu	n	
53	fs	37	m	912	eni	30		0	s	giu	n	
54	fs	37	m	912	eni	0		0	s	giu	n	
55	fs	37	f	912	gpc	33		0	n	nsa	s	
56	fs	37	m	911	gei	33	fdc	0	n	nsa	n	
57	fs	37	f	901	enc	17		0	n	nsa	n	
58	fs	38	m	915	gii	32	fdc	0	n	nsa	s	
59	fs	38	m	917	gei	32	fdc	38	n	nsa	s	ap
60	fs	38	m	911		0		0	s	gir	n	pr
61	fs	38	f	913	enc	31		0	n	nsa	s	
62	fs	38	f	912	eni	0		0	s	iec	n	ae
63	fs	38	m	911	eni	33		0	n	nsa	e	
64	fs	38	f	914	icc	33		0	s	gcp	n	
65	fs	38	m	917	gpc	33	fdc	0	s	out	n	
66	fg	38	m	912	gec	30	fdc	0	n	nsa	n	
67	fg	38	m	912	eni	32		0	n	nsa	n	
68	fg	38	m	909	gec	34		0	n	nsa	n	ae
69	fg	38	m	901		0	fof	27	n	nsa	n	pr
70	fg	38	m	891	enc	10		0	n	nsa	n	
71	fg	38	m	910		0	fdc	35	n	nsa	n	pr
72	fg	38	m	911		0	fdc	0	n	nsa	n	
73	fg	38	m	913	gei	33	fdc	0	n	nsa	n	pr
74	fg	37	f	898	enc	16		0	s	gcp	n	
75	fg	37	f	911	enc	30		0	s	giu	n	ae

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

NUMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
76	fg	37	m	893	icc	34		0 s	gcp	n		
77	fg	37	f	911	eni	32		0 s	gir	n		
78	fg	37	m	0		0		0 s	sif	n		
79	fg	37	m	915	gpi	31	fdc	0 s	gcp	n		ap
80	fg	37	f	917	enc	34		0 n	nsa	n		
81	fg	37	m	911		0	fdf	34 s	gcp	n		
82	fg	37	f	912	enc	31		0 s	gir	n		
83	fg	37	m	883		0	fof	15 n	nsa	n		
84	fg	37	f	902	eni	21		0 s	giu	n		
85	fg	37	f	899	eni	22		0 s	giu	n		
86	fg	37	f	913	eni	29		0 s	gir	n		
87	fg	37	f	901	enc	16		0 s	gcp	n		
88	fg	37	f	910	eni	28		0 s	gir	n		
89	fg	38	f	914	icc	33		0 s	gir	n		
90	fg	38	f	906	gpc	28		0 n	nsa	n		af
91	fg	38	m	913	gpi	31		0 n	nsa	n		
92	fg	38	m	917	eni	33		0 n	nsa	s		ap
93	fg	38	m	915	icc	33		0 n	nsa	s		ac
94	fg	38	m	905	eni	23		0 s	gcp	n		if
95	fg	38	f	907	gei	23		0 s	gir	n		
96	fg	38	f	917	enc	34		0 n	nsa	n		
97	fg	38	f	0		0		0 n	nsa	n		af
98	fg	38	m	910		0	fdf	31 n	nsa	n		pr
99	fg	38	m	904	gpo	36		0 n	nsa	n		
100	fg	38	f	914	icc	36		0 s	giu	n		

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

NUMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
101	fg	39	m	915	gic	32		0	n	nsa	n	
102	fg	39	m	913	gic	32		0	s	giu	n	af
103	fg	39	m	916	gpo	30		0	n	nsa	n	
104	fg	39	f	911	enc	31		0	s	gcp	n	
105	fg	39	f	914	icc	33		0	s	out	n	
106	fg	39	f	914	icc	34		0	n	nsa	s	
107	fp	36	m	895	eni	18		0	n	nsa	n	
108	fp	36	m	912	gei	30		0	s	giu	n	
109	fp	37	f	907	enc	24		0	s	gpc	n	
110	fp	37	f	911	gic	31		0	n	nsa	n	
111	fp	37	f	917	gpc	34		0	n	nsa	n	
112	fp	37	f	912	gei	29		0	s	giu	n	
113	fp	37	f	912	gei	29		0	s	giu	n	
114	fp	38	m	912	gpc	34		0	n	nsa	s	pr
115	fp	38	m	915	eni	34		0	n	nsa	s	
116	fp	38	f	899	eni	19		0	n	nsa	n	
117	fp	39	m	917	gpi	34		0	n	nsa	n	ap
118	fp	39	f	904	gpc	22		0	s	out	n	
119	fp	39	m	915	gei	34		0	n	nsa	s	
120	fp	39	m	0		0		0	n	nsa	n	
121	fp	39	f	904	gei	35		0	s	gir	n	
122	fp	39	m	913	gpo	34		0	n	nsa	s	ae
123	fp	39	m	902		0	fmf	27	n	nsa	n	
124	fe	38	f	911		0	fof	32	n	nsa	n	
125	fe	38		0		0		0	n	nsa	n	

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

UMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
126	fe	37	m	910	eni	30		0 s	giu	n		
127	fe	37	f	904	eni	23		0 s	gcp	n		
128	fe	37	f	908	gic	36		0 n	nsa	n		
129	fe	37	m	911	eni	30		0 s	giu	n		
130	fe	37	f	0		0		0 s	sif	n		
131	fe	37	m	906	eni	24		0 s	giu	n		
132	fe	37	f	909	eni	30		0 s	giu	n		
133	fe	37	f	910	enc	27		0 s	gir	n		
134	fe	37	f	910	enc	32		0 s	gir	n		
135	fe	37	f	902	eni	21		0 s	sif	n		
136	fe	37	f	912	enc	31		0 s	gcp	n		
137	fe	37	f	910	enc	28		0 s	giu	n		
138	fp	37	f	908	enc	27		0 s	sif	n		
139	fe	37	f	897	eni	13		0 s	giu	n		
140	fe	37	f	912	gei	30		0 s	gir	n		
141	fe	38	f	916	enc	0		0 n	nsa	n		
142	fe	38	f	915	enc	35		0 n	nsa	s		
143	fp	38	f	916	gpc	36		0 n	nsa	n		
144	fe	38	f	0		0		0 n	nsa	n		
145	fe	38	m	917	gpi	34	fdc	0 n	nsa	s		
146	fm	38	m	913	gpc	31	fpc	35	n	nsa	n	pr
147	fm	38	m	895	gec	27	fpf	33	n	nsa	n	
148	fm	38	m	913	gpc	32	fpc	0	n	nsa	n	pr
149	fm	38	m	911	eni	28	fpc	0	n	nsa	n	
150	fm	38	m	913		0	fpc	35	n	nsa	n	

ge No. 7
/10/86

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

NUMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC.	PROC. DE FAC. SEC.	ANO DE CONC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
151	fm	36	m	914	geo	0	fpc	35	n	nsa	n	pr
152	fm	37	f	914	eni	30		0	s	giu	n	
153	fm	37	f	910	gec	35		0	n	nsa	s	af
154	fm	38	m	916	gic	33	fpc	0	n	nsa	s	pr
155	fm	39	m	917	gpc	34		0	n	nsa	s	
156	fm	39	m	0		0		0	n	nsa	n	pr
157	fi	36	m	914		0	fpc	0	n	nsa	s	pr
158	fi	37	m	917	gic	33	fpc	0	n	nsa	s	
159	fi	39	m	918	gii	34		0	n	nsa	n	af
160	fi	39	m	913	gei	30	fpc	0	n	nsa	s	
161	fi	39	f	911	enc	29	fpc	0	s	oui	n	
162	fi	39	m	911	gei	28	fpf	35	n	nsa	n	pf
163	fq	37	m	917	gpc	34		0	n	nsa	n	
164	fq	37	f	914	eni	0		0	s	sif	n	ae
165	fq	37	m	908		0	fof	34	n	nsa	n	pr
166	fq	37	m	917	gpc	34		0	n	nsa	n	ae
167	fq	38	m	916	gpc	34		0	n	nsa	n	
168	fq	38	m	915	gpc	34		0	n	nsa	n	
169	fq	38	m	913	gec	31		0	n	nsa	s	
170	fq	38	m	916	gpc	34		0	n	nsa	n	ae
171	fq	38	m	916	gpc	34		0	n	nsa	n	
172	fq	39	m	918	gex	0		0	n	nsa	n	
173	fq	39	m	908	gec	34		0	n	nsa	n	
174	fq	39	m	912	gic	34		0	n	nsa	n	
175	fq	39	m	915	gpc	34		0	n	nsa	n	

ge No. 8
/10/86

LISTAGEM DA BASE DE DADOS DA FFCL.

UMERO	FACUL- DADE	ANO DE CONC.	SEXO	ANO DE NASC.	PROC. DO SEC.	ANO DE CONC. SEC.	PROC. DE FAC.	ANO DE CONC. FAC.	COM.	ORIGEM	BOLSA	PROF
176	fq	39	m	915	6gi	34		0	n	nsa	n	
177	fq	39	m	912	gei	30		0	s	giu	n	
178	fn	37	m	909	eni	28		0	s	giu	n	ap
179	fn	37	f	911	eni	28		0	s	giu	n	
180	fn	37	m	900	eni	32		0	s	giu	n	
181	fn	37	m	909	eni	30		0	s	giu	n	ae
182	fn	38	m	916	gei	33	fac	0	n	nsa	n	ap
183	fn	38	m	909	eni	28		0	s	giu	n	
184	fn	38	m	918	gec	34		0	n	nsa	s	
185	fn	39	m	911		0	faf	35	n	nsa	n	
186	fn	39	m	918	gpc	36		0	n	nsa	s	ae
187	fn	39	m	915	gec	33		0	n	nsa	s	ap

BIBLIOGRAFIA

- ANUARIO DO ENSINO.**
 1907/1908. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1911/1912. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1913. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1914. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1916. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1917. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1918. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
 1935/1936. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo.
- ANUARIO DA FCL 1935/1934.**
 1936. USP, FFCL.
- ANUARIO DA FFCL 1937/1938.**
 1938. USP, FFCL.
- ANUARIO DA FFCL 1939/1949.**
 1953. USP, Seção de Publicações.
- ANUARIO DA FFCL 1950.**
 1952. USP, Seção de Publicações.
- ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ferreira de**
 1946. A Escola Normal e sua Evolução. in Centenário do Ensino Normal em São Paulo, 1846-1946; pp 15 a 19. São Paulo: s. ed.
1965. Sob as Arcadas. Rio de Janeiro: MEC/INEP-CBPE.
1966. A Escola Pitoresca e Outros Estudos. MEC/INEP/CBPE.
- ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves**
 1967. A Reforma de 1920. São Paulo: Estudos e Documentos. FEUSP.
1974. Universidade de São Paulo - Fundação e Reforma. São Paulo: Estudos e Documentos, FEUSP.

- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul
s/data. Fernando o Homem - Contribuição para o Plano de um Ginásio Ideal. São Paulo: Sociologia Editora.
- AURELIANO, Liana Maria
1981. No Limiar da Industrialização. São Paulo: Brasiliense
- AZEVEDO, Fernando de
1958a. A Universidade de São Paulo. in Ensaios Paulistas. São Paulo: Anambi.
1958b. A Cultura Brasileira (tomo III). São Paulo: Melhoramentos, 3a. ed.
1958c. A Educação e seus Problemas. São Paulo: Melhoramentos, 2 v. 4a. ed.
1960. A Educação na Encruzilhada. Problemas e Discussões. Inquérito para "O Estado de S. Paulo, em 1926. São Paulo: Melhoramentos, 2a. ed.
1971. História da Minha Vida. Rio de Janeiro: José Olympio.
1973. Figuras de meu Convívio, Retratos de Família e de mestres e educadores. São Paulo: Duas Cidades, 2a. ed.
- BUSCH, Reynaldo Kuntz
1946. Evolução e Organização atual do Ensino Normal em São Paulo. in Centenário do Ensino Normal em São Paulo, 1846-1946; pp. 8 a 14. São Paulo, s. ed.
- CAMPOS, Ernesto de Souza
1954. História da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP
- CANO, Wilson
1979. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: DIFEL.
- CAPELATO, Maria Helena
1981. O Movimento de 32: a Causa Paulista São Paulo: Brasiliense.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia
1980. O Bravo Matutino. São Paulo: Alfa-Omega.
- CARDOSO, Fernando Henrique
1977. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. in FAUSTO, Bóris (org) História Geral da Civilização Brasileira, Vol.8. São Paulo: DIFEL, 2a. ed.

- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro
1982. A Universidade da Comunhão Paulista. São Paulo: Cortez
- CARONE, Edgard
1978. A República Velha (Evolução Política) São Paulo: DIFEL, 2a ed.
- CARVALHO, José Murilo de
1983. Forças Armadas e Política, 1930/1945. in A Revolução de 1930. Seminário Internacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CARVALHO, Nanci Valadares de (org)
1987. Leituras Sociológicas. São Paulo: Vértice.
- CASALECCHI, José Enio
1987. O Partido Republicano Paulista. Política e Poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense.
- CASTRO GOMES, Angela Maria de, et alii.
1980. Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos anos trinta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- CORREA, Maria Martinez.
1976. A Rebelião de 1924 em São Paulo. São Paulo: Hucitec
- CUNHA, Luiz Antonio
1980. A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia a Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CURY, Carlos R. Jamil.
1980. Ideologia e Educação Brasileira (Católicos e Liberais). São Paulo: Cortez
- DEAN, Warren
1971. A Industrialização de São Paulo, 1880-1945. São Paulo: DIFEL.
- DIAS, Fernando Corrêa
1986. A Renovação da Escola Pública: Idéias e Práticas Educativas de Firmino Costa. In Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas, Brasília: INEP.
- DORIA, Antônio de Sampaio
1922. A Questão Social. São Paulo: Monteiro Lobato & C.
1923. Questões de Ensino, A Reforma de 1920 em São Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato.

- DUARTE, Paulo
 1931. O que é que há? s. ed.
1975. A Inteligência da Fome. (Memórias; Vol. II). São Paulo: Hucitec
- 1976a. Raízes Profundas. (Memórias; Vol I). São Paulo: Hucitec. 2a. ed.
- 1976b. Selva Obscura. (Memórias; Vol. III). São Paulo: Hucitec
- 1976c. As Mortes de Seabrook. (Memórias; Vol. IV). São Paulo: Hucitec
1977. Júlio Mesquita. São Paulo: HUCITEC
1985. Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: HUCITEC
 Secretaria Municipal da Cultura
- DULLES, John W. F.
 1980. Getúlio Vargas. Biografia Política. Rio de Janeiro: Editora Renes.
1984. A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência anti-Vargas - 1838/1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FAUSTO, Boris
 1977. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920). Rio de Janeiro: DIFEL.
- FETIZON, Beatriz A. Moura
 1986. Subsidios para Estudo da USP. Tese de doutoramento apresentada à FEUSP.
- FIGUEIREDO, Euclides
 1977. Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo: Martins.
- FIorentino, Terezinha A. del
 1982. Prosa de Ficção em São Paulo, Produção e Consumo, 1900 - 1920. São Paulo: HUCITEC/ Secretaria de Estado da Cultura - São Paulo.
- FERNANDES, Florestan
 1984. A Questão da USP. São Paulo: Brasiliense.
- FONT, Maurício Augusto
 1985. Planters and the State. The Pursuit of Hegemony in São Paulo, Brazil (1889-1930). Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Sociology); University of Michigan

- FONTOURA, João Neves
1933. Acusoi. Rio de Janeiro:s/editora.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina Forjaz
1982. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, USP
- FREITAS, Affonso A. de
1915. A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus Primórdios em 1823 até 1914. São Paulo: Typografia do Diário Oficial.
- GOLDEMBERG, José
1986. Análise Crítica da História da Ciência no Brasil. Revista da Universidade de São Paulo, n.2, agosto de 1986.
- GOULART, Maurício
1981. Júlio Mesquita. in Homens de São Paulo. São Paulo: Martins/EDUSP
- HALLEWELL, Laurence
1985. O Livro no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz/ EDUSP.
- IGLESIAS, Francisco
1981. História e Ideologia. São Paulo: Perspectiva.
- INFANTOSI, Ana Maria
1983. A Escola na República Velha em São Paulo - a Expansão do Ensino Primário em São Paulo. São Paulo: Edec
- JARDIM, Renato
1932. A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika
1982. Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário e Editor. São Paulo: T. A. Queiroz.
- KUGELMAS, Eduardo
1987. A Difícil Hegemonia. São Paulo; Tese de Doutorado, Depto. de Ciência Política, USP.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco
1986. Os Subversivos da República. São Paulo: Brasiliense
- LAJOLO, Marisa
1985. Monteiro Lobato. São Paulo: Brasiliense.
- LEITE, Aureliano
1934. Martírio e Glória de São Paulo. São Paulo:s/editora.

- LESSA, Renato
1988. A Invenção Republicana. São Paulo-Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ
- LIPPI OLIVEIRA, Lúcia
1986. Ilha de Vera Cruz. Terra de Santa Cruz. Brasil. Um estudo sobre o nacionalismo. Tese de doutoramento apresentada ao Depto. de Ciências Sociais, USP.
- LOURENÇO FILHO; Manuel Bergstrom
1930. Joazeiro do Padre Cicero. São Paulo: Melhoramentos, 2a. ed.
- LOVE, Joseph L.
1971. Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882 - 1930. Stanford: Stanford University Press.

1982. A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira, 1888 - 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARAM, Sheldon Leslie
1979. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARTINS, José de Souza
1974. O Conde Matarazzo. O Empresário e a Empresa. São Paulo: HUCITEC, 2a. ed.
- MARTINS, Wilson
1978. História da Inteligência Brasileira: Vol. VI (1915-1930) São Paulo: Cultrix/ EDUSP
- MELLO, João Manuel Cardoso de
1982. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense.
- MELO, Luís Correa de
1954. Dicionário de Autores Paulistas. São Paulo: s. ed.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de
1973. Rodrigues Alves. Apogeu e Declínio do Presidencialismo. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MESQUITA FILHO, Júlio de
1922. A Comunhão Paulista. Revista do Brasil (84) 374-376

1925. A Crise Nacional. Reflexões em Torno de uma Data. São Paulo: Seção de Obras de O Estado de S. Paulo.

1969. Política e Cultura. São Paulo: Martins.

MICELI, Sérgio

1977. Poder, Sexo e Letras na República Velha (Estudo Clínico dos Anatolianos). São Paulo: 1977.

1979. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL

1983. O Conselho Nacional de Educação: esboço de um Aparelho do Estado 1931-1937. in A Revolução de 1930 Seminário Internacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

1987. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964) Revista Brasileira de Ciências Sociais 5 (2); 5 a 26.

MILLIET, Sérgio

1936. Marcha a Ré. Rio de Janeiro: José Olympio.

1982. Roteiro do Café e outros Ensaio. São Paulo: Hucitec, 4a. edição.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal

1981. O Ideário Republicano e a Educação. O Colégio Culto à Ciência de Campinas. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, USP.

MOREIRA, Silvia Levi.

1982. A Liga Nacionalista de São Paulo: Ideologia e Atuação. São Paulo; Tese de Mestrado, Depto. de História, USP.

MOREL, Regina Lúcia Novaes

1979. Ciência e Estado: A Política Científica no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz.

MORSE, Richard

1970. Formação Histórica de São Paulo. De Comunidade à Metrópole. São Paulo: DIFEL.

MOTA FILHO, Cândido

1972. Contagem Regressiva - Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio.

1977. Dias Idos e Vividos - Memórias 2. Rio de Janeiro: José Olympio.

- NAGLE, Jorge**
 1974. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU - EDUSP
1977. A Educação na Primeira República, in FAUSTO, Bóris (org) História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 9, pp 259 - 292.
- NOBRE, Freitas**
 1950. A História da Imprensa em São Paulo. São Paulo: Leia
- NOGUEIRA, Oracy**
 1961. Os Movimentos e os Partidos Políticos em Itapetininga. in Revista Brasileira de Estudos Políticos (11) pp. 222-47.
1962. Família e Comunidade - Um estudo Sociológico de Itapetininga. São Paulo: CBPE.
1963. O desenvolvimento de São Paulo através de índices Demográficos, Sanitários e Educacionais. Revista de Administração (63)
- NOGUEIRA FILHO, Paulo**
 1958. Ideais e Lutas de um Burguês Progressista. O Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo: Anambi. 2 v.
1965. A Guerra Cívica de 1932. 1º Vol. Ocupação Militar. Rio de Janeiro: José Olympio.
1966. A Guerra Cívica de 1932. 2º Vol. Insurreição Civil. Rio de Janeiro: José Olympio.
- OLIVEIRA, Armando de Salles**
 1935. Discursos. São Paulo: s. ed.
1937. Jornada Democrática (Discursos Políticos). Rio de Janeiro: José Olympio.
- PACHECO E SILVA, A. C.**
 1980. Armando de Salles Oliveira. São Paulo: Parma/Edusp.
- PAIM, Antônio**
 1961. A UDF e a Idéia de Universidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PAIVA, Vanilda**
 1973. Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à História da Educação no Brasil. São Paulo: Loyola.

- PENNA, Maria Luiza
1987. Fernando de Azevedo: Educação e Transformação. São Paulo: Perspectiva.
- PEREIRA, Antonio Carlos
1982. Folha Dobrada. Documento e História do Povo Paulista em 1932. São Paulo: *O Estado de São Paulo*.
- PILETTI, Nelson
1986. Fernando de Azevedo: A Educação como um Desafio. In Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas, 1985 Brasília: INEP.
- PONTES, Heloisa
1988. Retratos do Brasil, um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasileiras", nas décadas de 1930, 40 e 50, no Brasil. IDESP (mimeo).
- PRADO, Maria Lígia Coelho
1986. A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Atica.
- PRADO, Paulo
1982. Retrato do Brasil (ensaio sobre a tristeza brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio.
- REALE, Miguel
1986. Memórias - Vol.1 - Destinos Cruzados. São Paulo: Saraiva.
- REIS FILHO, Casemiro dos
1981. A Educação e a Ilusão Liberal. São Paulo: Cortez.
- RINGER, Fritz K.
1969. The Decline of the Germans Mandarins: the German Academic Community (1890-1933); Cambridge: Harvard University Press
- RODRIGUES, Leôncio Martins
1966. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: DIFEL.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira
1988. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes 10 ed.
- SAES, Décio
1975. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930). Petrópolis: Vozes
- SALEM, Tania
1982. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. in SCHWARTZMAN, S. *op. cit.*

- SANDRONI, Carlos
1988. Mário contra Macunaima. Cultura e Política em Mário de Andrade. São Paulo: Vértice.
- SANTOS, Paulo Ricardo da Silveira
1980. Contribuição para a História da Imprensa em São Paulo Separata da Revista do Arquivo Municipal (192) São Paulo; Gráfica Municipal de São Paulo.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos
1978. Ordem Burguesa e Liberalismo Político. Rio de Janeiro: Duas Cidades.
- SCHWARCZ, Lília Moritz
1987. Retrato em Branco e Preto. São Paulo: Cia. das Letras.
- SCHWARTZMAN, Simon
1971. O Dom da Eterna Juventude. DADOS (8) 26-45.
1978. Universidade Ciência e Desenvolvimento. DADOS (19)
1982. As Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 2a. ed.
- SCHWARTZMAN, Simon (Org)
1982. Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq.
- SCHWARTZMAN, Simon *et alii*
1984. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SEVECENKO, Nicolau
1983. Literatura como Missão, Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2a. ed.
- SILVEIRA, Joel
s/data. Grã Finos em São Paulo e outras Notícias do Brasil. s. ed.
- SKIDMORE, Thomas
1976. Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- SODRE, Nelson Weneck
1977. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 2a. ed.

- SOUZA, Maria do Carmo Campello de
1974. O Processo Político Partidário na Primeira República in MOTA, Carlos Guilherme Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 5a. ed.
1976. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Omega.
- TANURI, Leonor Maria.
1979. O Ensino Normal no Estado de São Paulo. São Paulo: Estudos e Documentos, FEUSP
- TRINDADE, Hêlgio
1979. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANOL, J. H. e GONZAGA, S., Rio Grande do Sul: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- VAZ, Leo
1957. Páginas Vadias. Rio de Janeiro: José Olympio.
- VITA, Luis Washington
1965. Alberto Sales, ideólogo da República. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ EDUSP.
- WILLIAMS, Raymond
1961. The Long Revolution. New York: Columbia University Press
1969. Cultura e Sociedade 1780-1950. São Paulo: Cia. Editora Nacional
- WIRTH, John D.
1982. O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1888-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra.